novellae olivarum



8 4.° TRIM. 1966

Artigos

novos rumos da eclesiologia 344
A constituição «Lumen Gentium» é epifania não só de uma visão nova da Igreja mas de uma vida nova em Igreja
F. JOÃO A. SOUSA

a renovação pastoral do concílio 354
Cinco redescobertas fundamentais que renovam a face da Igreja
P. CASSIANO FLORISTÁN

a constituição «a igreja no mundo» 366
A animação cristã co mundo, ou mais especificamente a sua humanização, é obra de toda a comunidade cristã
P. ARTUR LEMOS

Reflexões

actualidade: pelo seminário 378
Em unidade de obediência e amor com o Bispo, a Igreja renova-se no seminário
P. PERES

maturidade (pistas para uma reflexão) 385
Porque é que muitos homens, nomeadamente muitos cristãos não atingem uma verdadeira maturidade?
A. SANTOS

algumas reflexões sobre o militante da j.a.c 390
Terá a J.A.C. seguido caminho certo na eleição e formação dos seus militantes?
JOSÉ GUIA

livros juventude de hoje 403
Uma visão vasta dos problemas da juventude de hoje
JOSÉ L. SERUYA

Documentação

a igreja e o mundo de hoje 410
O Santo Padre fala-nos da presença da Igreja no mundo e convida-nos à leitura da constituição «Gaudium et Spes»

os problemas da urbanização 412
Esta carta pontifícia situa-nos dentro do fenómeno da urbanização e abre a porta a novos rumos da pastoral.

os jovens na igreja de paris 416
Estar presente à juventude, falar uma linguagem que ela perceba, ir ao encontro dos seus problemas com franqueza e lucidez, são coordenadas que dão um valor extraordinário a esta pastoral dos bispos de Paris.

patriotismo e autoridade supranacional 432
Será conciliável ser patriota e ao mesmo tempo aceitar uma autoridade supranacional?
MONS. ANCEL

CAPA DE JORGE VILAÇA

n.º 8
4.º TRIM.
— 1966 —
2.ª SÉRIE — ANO XX

Novellæ olivarum

editorial

«Sereis levados à presença dos governadores e dos reis, por minha causa, para dar testemunho diante deles e dos pagãos» (Mt. 10, 18).

A imprensa do mês de Agosto referiu-se várias vezes ao diferendo que envolveu o episcopado do Nordeste brasileiro e o governo militar do Marechal Castelo Branco. Lembremos em síntese as etapas do facto, para em seguida o confrontarmos com alguns aspectos da doutrina conciliar sobre as relações entre a Igreja e o «poder público».

Nos dias 12, 13 e 14 de Julho realizou-se uma assembleia extraordinária do episcopado do Nordeste brasileiro a que presidiu o Arcebispo do Recife D. Hélder da Câmara. Dessa assembleia nasceu um manifesto à nação em que, dando seguimento a diversas informações recebidas, sob diversas formas, da ACO, da ACR, e da JAC, se denuncia, deplora e condena vigorosamente «todas as injustiças cometidas contra os trabalhadores» ao mesmo tempo que se lança um apelo «às autoridades e dirigentes de empresa para que empreguem as suas energias e os seus recursos na criação de novos

meios de promoção social». Com este manifesto, cuja publicação foi suspensa, a tensão latente entre a Igreja e o Estado no Brasil transformou-se num conflito aberto. Foram feitas graves acusações ao Arcebispo D. Hélder da Câmara. No entanto, depois de algumas conversações e contactos, e com a nomeação dum novo comandante militar para a região do Nordeste o conflito veio finalmente a desfazer-se, tendo sido reconhecido oficiosamente «o alto valor espiritual e humano» do manifesto.

Apresentado o acto, interroguemo-nos sobre o mesmo.

Terá esta atitude comprometido a autonomia que deve existir entre a Igreja e a Comunidade Política, ou como se diz vulgarmente, a Igreja «meteu-se em política»?

O número 76 do capítulo sobre a Vida da Comunidade Política da Constituição Gaudium et Spes afirma-nos claramente que «no campo que lhes é próprio, a Comunidade Política e a Igreja são independentes uma da outra e autónomas». No entanto autonomia não pode significar paralelismo. Se pela própria natureza das duas comunidades em causa lhes convém a autonomia, também, por essa mesma natureza, lhes convém uma cooperação vitalmente indispensável. É que ambas, «ainda que a títulos diversos, estão ao serviço da vocação pessoal e social dos mesmos homens». Autonomia sem

dúvida, mas adentro duma cooperação necessária, benéfica e transcendente, porque numa linha de compromisso com o «carácter transcendente da pessoa humana» de que a Igreja é «simultâneamente sinal e defesa».

Esta cooperação realiza-a a Igreja de muitos modos, mas principalmente «pregando a verdade do Evangelho, iluminando todos os sectores da actividade humana pela sua doutrina e pelo testemunho que dão os cristãos». Na verdade, «é justo que ela possa, em todo o lugar e sempre, pregar a fé com autêntica liberdade, ensinar a sua doutrina sobre a sociedade, realizar sem entraves a sua missão no meio dos homens, fazer um juízo moral, mesmo em matérias que tocam o domínio político, quando os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação dela o exigem, utilizando todos, e só os meios que são conformes ao Evangelho e de harmonia com o bem de todos, segundo a diversidade dos tempos e das situações».

Formulámos uma pergunta: a resposta deu-no-la a própria Constituição Gaudium et Spes. A atitude do episcopado do Nordeste brasileiro constitui uma manifestação viva duma cooperação oferecida pela Igreja à Comunidade Política, cooperação que não destrói a autonomia recíproca, já que foi um imperativo de fidelidade ao Evangelho a determinante funda da citada atitude. E a Palavra de Deus não pode estar presa.

novos rumos da eclesiologia

P. JOÃO A. DE SOUSA

o vaticano II, concílio de uma nova «epifania» da igreja

Foi em 25 de Janeiro de 1959 que a ideia de convocar um Concílio ecuménico acudiu ao espírito simples e ousado de João XXIII, como «uma espécie de flor espontânea de inesperada primavera», segundo o gracioso dizer do próprio Papa, que logo lhe atribuiu três objectivos fundamentais: reforma interior da Igreja; esforço de aproximação entre a Igreja e as outras comunidades cristãs; maior consciencialização da Igreja quanto às suas responsabilidades missionárias para com o mundo.

Como era de esperar, o Papa decidiu imediatamente associar o Episcopado de todo o mundo à preparação de tão extraordinário acontecimento para a vida da Igreja. Para tanto, dispôs que os Bispos fossem ouvidos acerca dos temas que deviam ser tratados na assembleia conciliar. O resultado deste amplo inquérito traduziu-se na elaboração de 73 propostas de «esquemas». O projecto era demasiado ambicioso para um só Concílio... A experiência da primeira Sessão, aberta em 11 de Outubro de 1962, provocou, em boa hora, a condensação dos esquemas em 17 documentos, que, aliás, haviam de acabar por serem 16 (sem contar a Mensagem do Concílio aos homens de todo o mundo, publicada no início dos trabalhos, em 21 de Outubro de 1962).

Entretanto, uma intuição começou a impor-se, no fim da primeira Sessão: a vantagem de concentrar todos os temas à volta do mistério

Texto que serviu de base à conferência proferida na Assembleia do Clero do Patriarcado de Lisboa — Setembro de 1966.

da Igreja, em dois planos complementares: problemas da vida interna da Igreja (a Igreja **ad intra**); problemas das relações da Igreja com as comunidades cristãs separadas, com as religiões não-cristãs e com a humanidade em geral (a Igreja **ad extra**).

Estava aberto o caminho: o Vaticano II queria ser um Concílio verdadeiramente **eclesial**, tentando uma visão nova da Igreja, em perspectivas bíblicas e pastorais. Deste esforço de «refontalização» iria resultar uma admirável «epifania» do mistério da Igreja, da Esposa Santa de Cristo, na Igreja Católica da segunda metade do século XX.

O caminho estava encontrado, mas o prosseguimento da viagem haveria de ser muito acidentado...

As preocupações **eclesiológicas** dos Padres Conciliares não podiam deixar de concentrar-se no esquema **De Ecclesia.** A ideia de elaborar uma espécie de **suma** oficial de Eclesiologia católica não era nova. Já o concílio Vaticano I (1869-1870) se propusera tão benemérito objectivo, mas as circunstâncias da guerra contra os Estados pontifícios forçaram Pio IX a suspender o Concílio, em 20 de Setembro de 1870, antes da aprovação do texto completo. A Eclesiologia do Vaticano I ficou pràticamente reduzida à definição de dois dogmas respeitantes ao Pontífice Romano: o primado de jurisdição e a infalibilidade pessoal do Papa (embora este último ponto não figurasse no projecto apresentado ao Concílio). Mas a doutrina relativa à missão do sucessor de Pedro na Igreja constituía apenas o capítulo XI do esquema distribuído aos Padres conciliares, para discussão e aprovação. A Eclesiologia, como tal, continuou à espera de melhor sorte, porquanto os outros capítulos ficaram letra morta. Como quer que seja, vale a pena recordar aqui os temas dos 11 primeiros capítulos (de um total de 15), em ordem a um significativo confronto entre duas épocas, duas mentalidades, dois Concílios da história recente da Igreja, no período que vai de 1870 a 1964 (ano da promulgação da constituição dogmática sobre a Igreja. no final da terceira Sessão do Vaticano II).

capítulos do I projecto da constituição «de ecclesia» do concílio vaticano I

Cap. I — A Igreja é o Corpo Místico de Cristo.
Cap. II — A religião cristã só pode ser praticada na Igreja e pela Igreja fundada por Cristo.
Cap. III — A Igreja é uma sociedade verdadeira, perfeita, espiritual e sobrenatural.
Cap. IV — A Igreja é uma sociedade visível.
Cap. V — A unidade visível da Igreja.
Cap. VI — A Igreja é absolutamente necessária para a salvação.

Cap. VII — Fora da Igreja não há salvação.
Cap. VIII — A indefectibilidade da Igreja.
Cap. IX — A infalibilidade da Igreja.
Cap. X — Os poderes da Igreja.
Cap. XI — O primado do Pontífice Romano.

Seguiam-se mais quatro capítulos, sem especial importância para a Eclesiologia.

As Actas do Vaticano I registam que em 9 de Maio de 1870 foi decidido dividir este projecto em dois documentos: o cap. XI formaria um esquema à parte, consagrado ao Pontífice Romano e passaria a denominar-se **Constitutio I De Ecclesia,** a qual, mais pròpriamente, poderia chamar-se «Constitutio de Romano Pontifice» (este relevo dado à pessoa do Papa correspondia às tendências centralizadoras de Pio IX); a matéria dos restantes capítulos formaria a **Constitutio II De Ecclesia,** a qual, porém, não chegou a ser aprovada, em razão das circunstâncias históricas já apontadas. A título de informação, vem a propósito acrescentar que o texto reelaborado pelo P. Kleutgen para esta **Constitutio II De Ecclesia** apresenta algumas alterações, nem sempre muito felizes: o cap. I, sobre o Corpo Místico, desapareceu (a expressão «Corpo Místico» foi acusada de suspeita por alguns Bispos, que viam nela um vago sabor a Protestantismo!...); o tema do cap. IV foi substituído por um capítulo novo, sobre os membros da Igreja, no qual se punha em relevo o valor da vida sacramental para a união orgânica com a Igreja visível.

Não há dúvida de que a Eclesiologia foi a grande vítima das circunstâncias históricas e teológicas em que decorreu a celebração do Concílio Vaticano I. Infelizmente, a teologia «oficial» dos compêndios não conseguiu libertar-se das preocupações demasiado jurídicas do Vaticano I. E esta pobreza «oficial» manteve-se pràticamente até ao concílio Vaticano II, apesar da oportunidade oferecida pela encíclica **Mystici Corporis** (1943), de Pio XII, para uma renovação dos estudos eclesiológicos.

O ambiente teológico «romano» estava ainda dominado por esta preocupação de reduzir a Eclesiologia a uma Apologética (quer dizer, à **defesa**) dos privilégios e dos poderes da Igreja, quando, em 30 de Novembro de 1962, no decorrer da primeira Sessão, foi apresentado aos Padres do Vaticano II o **projecto oficial de uma Constituição sobre a Igreja.** Eis os temas dos capítulos deste primeiro projecto (1).

Cap. I — Natureza da Igreja militante.
Cap. II — Os membros da Igreja militante e necessidade desta para a salvação.

(1) Segundo B. Kloppenburg, *Concílio Vaticano II*, vol. II, pg. 234.

Cap. III — O Episcopado como grau supremo do sacramento da Ordem, e o Sacerdócio.
Cap. IV — Os Bispos residenciais.
Cap. V — Os estados de perfeição evangélica.
Cap. VI — Os leigos.
Cap. VII — O magistério da Igreja.
Cap. VIII — Autoridade e obediência na Igreja.
Cap. IX — Relações entre a Igreja e o Estado.
Cap. X — Obrigação da Igreja de anunciar o Evangelho a todos os povos e por toda a parte.
Cap. XI — O Ecumenismo.

Desde logo se fizeram ouvir críticas muito contundentes contra o espírito acentuadamente jurídico do esquema, o qual tanto abundava em tendências «triunfalistas», como carecia de inspiração «ecuménica», conforme observou o Bispo de Bruges, Mons. Emílio de Smedt, na Congregação Geral de 1 de Dezembro de 1962.

Perante o texto apresentado ao Concílio, apetecia, de facto, perguntar se valia a pena redigir uma nova constituição dogmática sobre a Igreja, sem ter em conta as aquisições teológicas dos últimos anos. Para quê repetir pura e simplesmente documentos do passado? O Concílio Vaticano II, para se justificar nesta matéria, precisava de trazer algo de novo, se não na doutrina, ao menos na formulação. **Non nova, sed nove!** Justamente observou o P. Philipon que cada Concílio possui uma dominante. O primeiro Concílio de Jerusalém, embora fiel às promessas do Antigo Testamento, foi para a jovem Igreja de Cristo a ocasião dela se libertar da velha Sinagoga e encontrar no Evangelho a carta da sua liberdade. Niceia foi um Concílio trinitário. Éfeso e Calcedónia, Concílios cristológicos. O Concílio de Trento foi o Concílio da defesa contra o Protestantismo. O Vaticano I foi o Concílio da exaltação do Pontífice Romano, em desagravo dos insultos de que ele, então, era alvo. E o Vaticano II? Esse, para ser dócil aos «sinais dos tempos» nestes meados do séc. XX, tinha de ser um **Concílio francamente eclesial,** mas em sentido positivo, sem preocupação de fazer doutrina contra os outros, aproveitando os resultados da «refontalização» teológica, iniciada nos meados do século passado, com Moelher, Scheeben, Schrader..., e intensificada neste século, a partir da década de 20, com D'Herbigny, Tromp, Cerfaux, De Lubac, K. Adam, Koster, Schmaus, Congar e tantos outros pioneiros.

Como era de esperar, o texto veio a sofrer profunda refundição, para beneficiar de mais animação teológica, de modo a mover-se num ambiente doutrinal mais bíblico e mais ecuménico. Na discussão conciliar, ficou claro que o regresso à Escritura, por cima da fortaleza monolítica da Contra-Reforma, era condição para descobrir a plenitude do mistério da Igreja, em todas as suas dimensões,

no contacto directo com a Palavra de Deus, com aquela Palavra que foi **criadora** da Igreja e que deverá ser **normativa** da vida da Igreja, em todos os tempos e lugares.

De acordo com este spírito novo, que Deus fez soprar na assembleia conciliar, preparou-se um texto que há-de constituir ponto de referência para a reflexão teológica dos próximos anos. Foi ele aprovado, em 21 de Novembro de 1964, no fim da terceira Sessão do Concílio (2).

situação histórica da constituição sobre a igreja

É já lugar comum dizer-se que a Constituição dogmática sobre a Igreja, promulgada no Concílio Vaticano II, representa a passagem inesperada entre duas épocas da história da Igreja. **Passagem inesperada,** repetimos porquanto esta nova suma de Eclesiologia surgiu como primavera precoce nos ambientes do magistério oficial, onde nada fazia adivinhar tão repentina mudança de ventos... Mas o Espírito sopra onde quer (cfr. Jo. III, 8). O certo é que o texto, tal como está, mais que «fruto amadurecido ao calor lento do verão, constitui uma «flor cheia de promessas» para a doutrinação oficial sobre o mistério da Igreja, como espera o P. Dejaifve. Este inesperado passo em frente do magistério hierárquico explica que o texto ainda revele certas imperfeições de linguagem, como acontece, por exemplo, na doutrinação sobre a Colegialidade episcopal, a cujo respeito abundam os «compromissos» de redacção, para que houvesse garantia de maior unanimidade na votação final. Só assim se justifica que no capítulo terceiro, sobre a Hierarquia, se fale cerca de 50 vezes do primado do Sucessor de Pedro. O texto reflecte o estranho receio de que a Colegialidade episcopal minimize a doutrina do Vaticano I sobre o primado do Bispo de Roma... Fica certamente reservado para um futuro Concílio expor a doutrina sobre a Colegialidade sem compromissos de linguagem, sem receio de conflitos internos, com mais serenidade e mais profundidade, de acordo com a antiga tradição.

É por isso que a Constituição **Lumen Gentium,** mais que termo de chegada, mais que batalha ganha de uma vez para sempre, tem de ser considerada ponto de partida para a intensificação do esforço de renovação da mentalidade cristã, acerca do mistério da Igreja, tanto ao nível da Igreja discente como ao nível da Igreja docente.

A Constituição é uma **passagem,** dissemos. Antes dela, está a **era da Contra-Reforma,** a qual, ao longo de quatro séculos, se deixou dominar por preocupações jurídico-apologéticas, para fazer frente

---

(2) Mas este texto definitivo era já a *terceira* tentativa de redacção: ver Ch. Moeller, em *L'Eglise. Const. Lumen gentium,* Ed. Mame, 19.7-8.

ao vendaval protestante. A sua intenção primeira, no que respeita à Eclesiologia, era determinar **onde está** a Igreja, esquecendo-se de explicar **o que é** a Igreja. As consequências desastrosas de tal método ficaram bem à vista: separação entre o «mistério» e a «organização» externa, com insistência unilateral nesta.

A este espírito apologético da Contra-Reforma sucedeu, em boa hora, o **espírito novo da era ecuménica** em que vivemos, depois do Vaticano II. Agora, procura-se manter o espírito aberto à totalidade do mistério da Igreja, tal como a Revelação o apresenta: como «instituição» jurídico-visível, sem dúvida, mas também e sobretudo como «acontecimento» místico-invisível, sem a preocupação sistemática de fazer doutrina contra terceiros, para defender poderes e prerrogativas dos escalões hierárquicos da Igreja. É sempre sinal de fraqueza fazer doutrina **contra** outros. Assim como a luz não tem melhor argumento, para mostrar o que é, senão brilhar, do mesmo modo a verdade sobre o mistério da Igreja de Cristo não tem processo mais eficaz para se impor, do que a manifestação das admiráveis riquezas espirituais que se escondem no seu íntimo. A luz é prova de si mesma.

Com o Concílio Vaticano II, nasce um clima novo na mentalidade cristã, agora liberta das limitações impostas pelas preocupações apologéticas dos séculos passados. O Concílio vem recordar-nos que, em vez de defender determinados aspectos da Eclesiologia, que tinham sido postos em causa pelos movimentos da Reforma protestante, urge ultrapassar o tempo da polémica estéril, para se poder superar o dilema criado à Eclesiologia, pelos exclusivismos da Reforma e da Contra-Reforma. Contràriamente ao que poderia deduzir-se da polémica entre católicos e protestantes, a Igreja não é estrutura **ou** vida, instituição **ou** comunidade, hierarquia **ou** fraternidade, mas estrutura **e** vida, instituição **e** comunidade, hierarquia **e** fraternidade, numa síntese orgânica que se torna possível pelo facto de a Igreja ser o **Corpo de Cristo,** o qual é ao mesmo tempo «organização funcional» e «dinamismo vital».

Ainda é cedo para fazer um juízo definitivo sobre a Constituição **Lumen gentium.** Mas não será ousado afirmar que ela representa um momento privilegiado no progresso da consciência que a Igreja tem de si mesma, empenhada como ela está em descobrir-se cada vez mais intensamente no seu mistério íntimo, por um esforço constante de contemplação da sua imagem no próprio Coração de Cristo, que a pensou com amor infinito, a ponto de se entregar à morte por ela (cfr. Ef. v. 25).

visão da Igreja na constituição «lumen gentium» (3)

São bem conhecidos os temas de cada um dos oito capítulos da Constituição **Lumen gentium** que o Concílio Vaticano II nos ofereceu no termo da terceira Sessão. Muito havia a dizer sobre cada tema escolhido para figurar nesta suma oficial de Eclesiologia, e até sobre o pormenor literário da seriação dos temas. A ordem dos capítulos, também ela objecto de discussão na assembleia conciliar, é já por si uma tomada de posição quanto ao espírito que deve presidir ao estudo do mistério da Igreja. Repare-se, por exemplo, na referência ao tema do Povo de Deus logo no capítulo II, antes da exposição sobre a estruturação hierárquica da Igreja. Segundo a intenção que inspirou esta ordenação da matéria, o que é primeiro na Igreja é a qualidade de membro do Povo de Deus; só num segundo tempo há razão para falar da existência de ministérios postos ao serviço deste Povo. O valor primeiro não é a autoridade mas a liberdade dos filhos de Deus (cfr. Rom. VIII, 21; Gal. IV, 31; V, 13). Verdade muito simples, dado elementar na teologia do Novo Testamento; mas os textos oficiais do pensamento católico pareciam esquecê-lo... Este capítulo II da Constituição faz lembrar a história do ovo de Colombro (cfr. Ch. Moeller, em **L'Eglise. Constitution «lumen gentium»**, Mame, pg. 10).

a. estrutura literária da constituição. Quatro secções binárias:

1. O mistério da Igreja (cap. I-II).
2. A estrutura orgânica **da** Igreja: Hierarquia e Laicado (cap. III-IV).
3. Finalidade e estruturas **na** Igreja (cap. V-VI).
4. A consumação escatológica da Igreja, à imagem de Maria (cap. VII-VIII).

b. inventário descitivo das principais aquisições teológicas da constituição (com o valor de «**re**descobertas» nas genuínas fontes do pensamento cristão).

1. *insistência no valor de «mistério» da realidade eclesial* (cap. I). Diz-se que a Igreja é **mistério,** não tanto para reivindicar o seu carácter «enigmático», como sobretudo para afirmar o seu valor de **sinal divino de salvação** para o mundo. A Igreja é o grande **sinal de que Deus está no mundo** para o salvar. É pela Igreja que se comunica aos homens a gratuita participação no **Mistério** da vida trinitária. É neste sentido dinâmico que a Igreja nos é apresentada como «mistério». E, como tal, ela nasce da Trindade, toma forma em Cristo e volta à Trindade (n.º 2-4). Só nestas perspectivas franca-

(3) Ver G. Dejaifre, *La «Magna Charta» de Vatican II. La Constitution «Lumen gentium»*, em *Nouv. Rev. théol.*, Jan. 1965, 19.3.22; Ch. Moeller, *L'Eglise Constitution «Lumen gentium»*, Ed Mame, 19.7-30.

mente sobrenaturais é que se pode descobrir a Igreja, com o auxílio das diversas imagens e figuras bíblicas do seu mistério, daquele mistério que está por detrás do aparato externo, de carácter transitório (n. 5-8).

2. *visão «sacramental» da Igreja* (n. 1, 9, 48)
Na mesma ordem de idéias, diz-se que a Igreja é «sacramento», no sentido de ser o «sacramento primordial», «o sinal e o instrumento da união íntima com Deus e da unidade de todo o género humano».

3. *reconhecimento da essencial «condição de pobreza», da Igreja, no tempo presente* (n. 5, 8)
Reagindo contra o tom «triunfalista» do primeiro projecto de esquema, o Concílio revalorizou o tema bíblico da «Igreja dos pobres». Por um lado, o texto evita identificar simplesmente «Reino de Deus» e «Igreja» na sua fase actual: a Igreja contém o Reino, é certo, mas constitui apenas o seu germe; Ela não herdou toda a «Senhoria» de Cristo (cfr. final do n. 5). Por outro lado, recorda que, à imitação da pobreza apostólica de Jesus, também a Igreja deve viver na humildade, acolhendo com especial predilecção os pobres e os pecadores (final do n. 8). Obedece à mesma «consciência de pobreza» a afirmação de que a Igreja de Cristo **«subsiste** na Igreja católica, em vez de se dizer que é a Igreja Católica» (n. 8).

4. *definição da Igreja como «Povo de Deus»* (cap. II)
Evoca-se o mistério da Igreja, não já no plano meta-histórico do seu aspecto de comunhão de vida com Deus, mas no plano histórico da sua realização no tempo como «Povo de Deus», — Povo conquistado para Deus por Cristo dentre todos os povos da terra e n'Ele participante de tríplice múnus messiânico: profetismo, sacerdócio e realeza.

À sombra desta categoria bíblica de «Povo de Deus», redescoberta a partir da década de 30, puseram-se em relevo diversos aspectos do mistério da Igreja:
— a dignidade fundamental do cristão: a filiação divina adoptiva, anteriormente a qualquer diferenciação hierárquica para o ministério (n. 32);
— a «comunidade da graça» ou a «ontologia da graça», como diz o P. Congar, por detrás da «organização» jurídica, e até em dimensões mais vastas que esta;
— a coordenação orgânica entre «sacerdócio ministerial» e o «sacerdócio universal» ou espiritual de todo o Povo cristão.
— relação objectiva entre a Igreja visível e a realidade misteriosa da graça, que actua para além das fronteiras visíveis do Povo de Deus;
— existência de graus diversos na pertença ao Povo de Deus;

— dimensão histórica da vida da Igreja como «Povo de Deus em marcha» (Schlink) nos caminhos da História, desde os tempos de Abraão; a Igreja situa-se no interior da própria História da Salvação, preparada no A. T. e centrada em Cristo; em virtude desta «historicidade» do Povo de Deus, a Igreja dá sentido à história humana, mas também sofre das próprias limitações da história, como tudo o que se realiza na História;
— O dinamismo missionário da Igreja, toda Ela enviada por Cristo ao mundo como «testemunha» da salvação (n.º 17).

5. *apresentação da Igreja como corpo orgânicamente diferenciado em «Hierarquia» e «Laicado»,* por igual direito divino. Hierarquia e Laicado constituem as duas estruturas fundamentais **do** Povo de Deus, segundo a vontade de Cristo; ou, em linguagem técnica mas tradicional, clérigos e leigos representam os dois **ordines** constitutivos da Igreja, por direito divino (n. 18, 30).

Mas esta coordenação orgânica entre Hierarquia e Laicado não significa plena equiparação funcional, pois há que ressalvar a subordinação dos fiéis aos seus Pastores, por vontade de Cristo.

6. *visão da hierarquia como «serviço» dos homens, como «diakonia» ou «ministério» no seio do povo de Deus,* que não tanto como sujeito de poderes e honras, como valor em si (recordar a distinção feita por S. Agostinho entre o «ministerium» da Igreja e a «potestas» de Cristo, na obra da salvação).

7. *redescoberta do dinamismo pastoral da consagração sacramental recebida na ordenação:* esta consagração, mais do que simples adorno pessoal e estático do cristão, pelo «carácter», é já por si compromisso de actividade apostólica, apelo para a acção, enquanto é já investidura radical no **tríplice múnus** do ministério: magistério, sacerdócio e jurisdição (n. 21). Tal é o alcance da distinção estabelecida entre **munus** ou **potestas simpliciter loquendo** (aspecto dependente da consagração sacramental) e **potestas ad actum expedita** (aspecto dependente da determinação canónica). A esta luz, o poder recebido na Ordenação **não é apenas sacerdotal** ou cultual e a função pastoral profético-jurisdicional é **também sacerdotal** (ver «Nota explicativa praevia», n. 2).

8. *redescoberta do episcopado como plenitude sacramental* dos poderes ministeriais na Igreja (n. 21) **e *como «colégio» orgânicamente unido ao Papa,*** em consequência do comum carácter sacramental recebido na Ordenação (n. 22, 23).

9. *proclamação da existência de três graus sacramentais no ministério:* Episcopado, Presbiterado e Diaconado; **e *restauração do Diaconado como ministério permanente*** na Igreja latina (n. 28, 29).

10. *reconhecimento do laicado como parte ou «ordem» orgânicamente integrante do Povo de Deus* e como expressão da presença

da Igreja ao mundo (cap. IV). Os leigos estão **na** Igreja porque são da Igreja; eles são a **Igreja no mundo.**

11. ***afirmação solene da vocação universal da Igreja para a santidade cristã.*** Esta não é património exclusivo dos Religiosos, embora eles, pela observância mais manifesta dos conselhos evangélicos, devam dar mais eloquente testemunho dela diante do mundo (cap. V-VI).

12. ***revalorização da tensão escatológica da vida cristã,*** à qual é essencial o sentido dinâmico da esperança da glória em Cristo (cap. VII).

13. ***contemplação da virgem Maria no próprio interior do mistério de Cristo e da Igreja,*** da qual Ela é membro privilegiado, numa situação de superioridade-interioridade e com a dupla função de colaboradora e tipo da salvação (cap. VIII).

Esta rápida análise do conteúdo doutrinal da Constituição «Lumen gentinum» coloca-nos perante uma Eclesiologia renovada, na qual predominam as seguintes características:

— inspiração bíblico-patrística (uma Eclesiologia a partir da **Palavra** de Deus);

— valor antropológico (uma Eclesiologia-antropologia, que procura atender ao homem-cristão em concreto);

— perspectiva místico-sacramental, que não apenas jurídica;

— dimensão escatológica da vida cristã;

— abertura ecuménica (uma Igreja em diálogo com outras experiências cristãs);

— dinamismo missionário (uma Igreja sempre **enviada** ao mundo).

Tal é a Igreja que transparece no texto da Constituição conciliar **Lumen gentium:** é a Igreja de sempre, mas agora apresentada em toda a sua verdade de «Templo de Deus entre os homens» (cfr. Ap. XXI, 3). Perante esta nova «epifania» do mistério da Igreja, que o Espírito Santo nos facultou por intermédio do Concílio Vaticano II, impõe-se à teologia (dos compêndios e da pregação) a urgente e salutar tarefa de proceder a uma reestruturação do tratado da Igreja, para que a Eclesiologia se decida a ser menos «apologética» dos aspectos hierárquico-jurídicos do Povo de Deus e se tranforme em reflexão sobre a **totalidade** do Mistério, mas de modo a ressalvar a primazia dos valores da graça no ser concreto da Igreja como Corpo de Cristo.

Isto exige nada menos que uma refundição total dos tratados clássicos de Eclesiologia, de acordo com as novas linhas de força traçadas pelo Concílio para o estudo do mistério da Igreja. Mas assim pode afirmar-se que valeu a pena fazer o Concílio.

a renovação pastoral do concílio

P.º CASSIANO FLORISTÁN

Queridos amigos

O tema que escolhi para vos apresentar nesta conferência podemos intitulá-lo «A Renovação Pastoral do Concílio». Em primeiro lugar, podemos falar de uma justificação do sentido pastoral que tem o Concílio. Os vocábulos que foram talvez mais repetidos na aula conciliar, e até nos próprios documentos, são o de Pastoral e o de Ecumenismo, que respondem perfeitamente a certas exigências sentidas pela Igreja, especialmente quando João XXIII, o Papa-Bom, começou os trabalhos conciliares. A respeito da justificação, podemos dizer que o Concílio brotou da **necessidade de uma reflexão em comum** entre o Papa e os Bispos. Um Papa como João, vendo a quantidade de problemas existentes na Igreja, confessou que não tinha capacidade suficiente (era um homem humilde, um homem de Deus) para resolver, ele só, os problemas pastorais. É evidente que, com Pio XII, o magistério da Igreja, personalisado no Papa, tinha chegado a uma altura extraordinária, difícil de prosseguir; e João XXIII convocou para a tarefa da Igreja os restantes bispos.

Assim, temos uma segunda justificação: **a intervenção dos Bispos.** A teologia do Papado, tão desenvolvida depois do Concílio Vaticano I, foi completada por uma teologia episcopal, em que se

---

Conferência pronunciada no Seminário dos Olivais em Janeiro de 1966

verifica que os assuntos da Igreja não se reduzem exclusivamente ao Papa, mas que todos os Bispos, formando um corpo, um colégio, têm uma responsabilidade colegial sobre toda a Igreja.

Por outro lado, e em terceiro lugar, existiam na Igreja, especialmente desde os começos deste século ou finais do século passado, uns **movimentos de renovação.** Movimentos de renovação que se baseavam sobretudo em duas preocupações: uma, a primeira, o contacto com a Palavra de Deus (diríamos que era uma questão de conteúdo); e por outro lado uma adaptação da Igreja às características do mundo moderno, quer dizer, uma questão de expressão. Estes movimentos de renovação começaram pelo movimento bíblico e continuaram pelos movimentos litúrgico, patrístico, pastoral ou apostólico, e outra série de movimentos em relação com o mundo moderno: teologia dos leigos, teologia do trabalho, teologia das realidades terrestres, teologia da natureza, teologia da história. Estes movimentos estavam tomando corpo dentro da Igreja e era necessário que ao nível episcopal fossem assumidos e aceites.

Por último, o mundo mudou nestes últimos anos muito ràpidamente e de uma maneira muito fundamental em alguns aspectos humanos, e é evidente que a Igreja tinha que adaptar-se. Esta é a expressão do «aggiornamento», palavra utilizada por João XXIII e tomada por quase todas as línguas modernas. O «aggiornamento» não significa que a Igreja está cedendo ante a história do mundo, mas que a Igreja, continuação de Cristo nos nossos tempos, vai-se adaptando e incarnando em todas as formas de cultura e civilização que o mundo moderno suscita: assim, frente a modificações do mundo moderno, como por exemplo a do tipo de trabalho. Aquele trabalho de grémios, de pequenos grupos de artesãos, vai-se transformando nas grandes **fábricas** do mundo moderno. Uma modificação que atinge sobretudo a **agricultura,** a sua mecanização, fez com que as formas de trabalho agrícola se fossem também transformando. Os problemas da **emigração,** intensos sobretudo nos países em que há excesso de mão-de-obra. Problemas de **nível de vida,** na habitação, na alimentação, nas comunicações e, também, de uma maneira muito importante, nas modificações políticas das grandes ditaduras (que todavia subsistem hoje em alguns países). Estas modificações políticas exigiram uma reflexão teológica nova a respeito da Igreja.

A Igreja tinha que viver incarnando em todos os tipos de regimes políticos, com características distintas uns dos outros: nos países comunistas, nos países totalitários de tipo cristão, nos países democráticos, nos países repubdicanos, nos países monárquicos. Toda esta série de mudanças exigia que a Igreja fosse tomando novas fórmulas de expansão e manifestação. Assim, o Concílio, depois de quatro etapas, como sabemos, apresentou definitivamente 16 es-

quemas. Falta sòmente uma comunicação sobre problemas conjugais, problemas de casamento e de natalidade que estão em vias de resolução. O Concílio pô-los nas mãos do Papa e o Papa nas mãos de uma comissão.

Não posso falar dos 16 esquemas, mas vou resumi-los em cinco grandes questões.

Quando perguntamos ao povo, aos nossos fiéis, de que tratou o Concílio, sabem responder pràticamente, muito pouco e muito mal. Recentemente viajava eu num comboio espanhol — para uns dias de Pastoral Litúrgica em Barcelona — e no comboio ia um grupo de jovens desportistas. Um perguntava aos outros: — qual é o acontecimento mais importante do ano? Tendes visto a televisão? A televisão espanhola, no final do ano, fez uma reportagem a diversas pessoas de todos os tipos, e punha esta questão: qual foi o acontecimento mais importante do ano 65? De todas as pessoas a que perguntaram — perguntaram a umas 12 ou 15 — sòmente duas responderam que tinha sido o encerramento do Concílio. Um disse: o acontecimento mais importante do ano foi uma vitória que, pelos vistos, teve o Real Madrid... Em Portugal suponho que teriam respondido que fora uma vitória da magnífica equipa, o Benfica... Outros afirmaram que eram as eleições de De Gaulle; outros optaram pelos astronautas e alguns outros responderam com questões de muito pouca importância.

Quer dizer, há muito pouca gente que reflecte; alguns responderam que não sabiam, que não lêem nunca os jornais. Entre os estudantes do comboio suscitou-se a questão e um disse que pensava que o acontecimento mais importante do ano era o Concílio e os demais disseram: mas o que fez o Concílio? Que efeitos produziu? E ali ninguém sabia nada do que havia tratado o Concílio. Um estava mais inteirado e disse que havia lido a Imprensa, mas, por sua vez, estava muito inseguro. De qualquer modo, se perguntarmos ao nosso povo em que consistiu o Concílio, apenas nos sabem responder: o Concílio fez umas modificações litúrgicas; o povo apenas percebeu isto. E ao nosso povo antes de começar o Concílio, ao menos em Espanha, parecia que este ia tratar de duas questões fundamentais: uma, que os sacerdotes deixariam de usar batina, e outra que os sacerdotes poderiam casar.

Vamos ver em que consistiram as cinco grandes questões do Concílio. Podemos falar de cinco grandes redescobertas; não descobertas, porque são coisas existentes na Igreja.

I. REDESCOBERTA DA PALAVRA DE DEUS. A isto responde **o Decreto sobre a Divina Revelação,** um decreto que, como sabemos, naufragou na primeira sessão porque era excessivamente escolástico, falava de duas fontes, questão discutida pelos teólogos, e

sobretudo era um decreto sobre a Divina Revelação em que não havia Escritura, não se baseava na Escritura. O Decreto da Divina Revelação está originando uma série de transições:

a — De uma vida cristã baseada nos livros acessórios a uma vida cristã baseada nas Sagradas Escrituras.

Vós, seminaristas, jovens do nosso tempo, críticos de muita coisa, necessitais de estudar a sério, muito a sério, a Sagrada Escritura. Nota-se em nós sacerdotes, que saímos dos seminários há uns anos, uma formação deficiente na Escritura. Tivemos que reconstruir a a Escritura e estudá-la depois, com grande esforço no próprio ministério. A vida cristã terá que basear-se fundamentalmente na Sagrada Escritura. Isto é o que estão fazendo os movimentos apostólicos, sobretudo a Acção Católica Operária. Foi talvez ela que redescobriu, por volta dos anos 31-35 os problemas da revisão de vida e a iluminação das realidades humanas com a Palavra de Deus, especialmente com a Palavra Evangélica.

b — Passagem de uma teologia abstracta e filosófica a uma teologia cuja alma é a Sagrada Escritura. Quer dizer, hoje caminha-se para uma Teologia Bíblica e todo o professor de Dogma ou Moral tem que centrar-se fundamentalmente na História da Salvação. Os manuais que actualmente se escrevem em França e na Alemanha são manuais baseados na História da Salvação. Houve grandes modificações na Teologia porque no princípio houve factos da Escritura e a Escritura narrou-se nos documentos — os documentos sagrados. Naturalmente que, com as primeiras discussões e as primeiras heresias nasceram as **glosas;** as glosas eram uns breves comentários ao serviço da Escritura; a glosas foram aumentando muito, havendo depois necessidade de ordená-las e nasceram as **sentenças;** das sentenças, impôs-se o Livro das Sentenças do mestre Lombardo; as sentenças, por sua vez, foram também aumentando muito e nasceram as **Sumas,** um pouco mais claras, mais ordenadas, mais pedagógicas; impôs-se uma Suma, a de S. Tomás, e começaram os **comentários às Sumas;** os comentários foram-se multiplicando muito com a teologia do séc. XVIII-XIX e houve necessidade de fazer uns **manuais.** Os manuais são o que actualmente estudamos. Em vez de estar o manual ao serviço da Escritura, a Escritura fraccionada serviu o manual e assim se diz «Probatio ex Sacra Scriptura». Portanto, a Escritura esteve ao serviço do manual e do sistema, quando o sistema mais simplificado, mais útil, muito mais profundo, tem que estar ao serviço da História da Salvação. A resolução há-de ser como a quis Copérnico: em vez de dar o sol voltas ao redor da terra, a terra dá voltas ao redor do sol.

c — No que diz respeito ao **Catecismo** e à Catequese o problema é muito semelhante ao da Teologia porque, de facto, dos manuais

fez-se um resumo que é o Catecismo e o Catecismo tem que ser centrado na História da Salvação, muito mais bíblico, muito mais litúrgico, muito mais vital. O Catecismo não pode ser um resumo da teologia: o Catecismo tem que ser uma explicitação do Kérigma, da Boa-Nova, da Boa-Nova do Reino de Deus. O catecismo não pode ser um «minimalismo teológico», mas tem que ser um «maximalismo teológico», quer dizer, não é «minimum» de teologia, mas é um «maximum» de Evangelho. A teologia baseia-se no Evangelho — também o Catecismo. A Teologia vai mais longe que o Catecismo, mas o Catecismo não é um resumo da Teologia.

d — Por último a pregação. Dos grandes sermões, eloquentes, majestosos, barrocos está-se passando a uma pregação acessível, homilética, em que se proclamam as maravilhas operadas por Deus na História da Salvação, que é o Mistério de Cristo. A Divina Revelação está pois a dar origem a uma vida teologal baseada na Escritura, numa teologia mais bíblica, numa pregação mais evangélica, num catecismo mais kerygmático.

II. SEGUNDA REDESCOBERTA: A DA LITURGIA. O movimento bíblico foi seguido pelo movimento litúrgico e actualmente estão ambos em profunda conexão. O movimento de renovação litúrgica já existia desde os princípios do século devido a Dom Beauduin, aquele grande pastor de almas belga que fez uma conferência, num congresso que houve na Bélgica, sobre a piedade litúrgica. O organizador do Congresso tinha-o dividido em dez secções. Dom Beauduin levou um tema: a piedade litúrgica, e o organizador do Congresso não sabia onde colocá-lo, introduzindo-o finalmente na última secção: a de Arqueologia. Este movimento litúrgico que começou com um grupo de jovens e de intelectuais passou depois a um estádio mais científico. Depois passou às comunidades paroquiais e, finalmente, aos nossos bispos.

Com a Constituição Conciliar sobre a Sagrada Liturgia verificaram-se as seguintes modificações:

a — De um individualismo religioso a um sentido comunitário. A vida espiritual e a vida cristã têm que ser uma vida em comum. É a passagem de uma consciência excessivamente individual a uma consciência muito mais social e muito mais comunitária de celebração.

b — Passou-se do rubricismo ao espírito da Liturgia. O que interessava fundamentalmente aos liturgistas era o «rubrum» que significa o vermelho — (os livros Litúrgicos têm uma parte escrita em vermelho, as rubricas, de onde vem o «rubrum», a rubrica, e outra parte escrita em negro; a parte negra não interessava, mas tão sòmente a rubrica, isto é, o modo de fazer as coisas). O Movimento Litúrgico fez a revolução. As rubricas não têm grande importância

e estão ao serviço da letra negra: não vale a letra, mas o espírito. As rubricas hão-de mudar constantemente. Agora estão desconcertados os rubricistas porque já não podem precisar como antes. Os 6.500 decretos declarados pela Congregação dos Ritos desde o século XVI tinham precisado tanto as coisas, que estavam todas exactas, e quando alguma coisa se discutia, perguntava-se à Congregação que dava a resposta exacta. Mas isto não é a Liturgia. A Liturgia é um espírito e tem que estar relacionada com a vida, relacionada com todas as exigências cristãs.

c — Outra mudança importante é a passagem de uma Liturgia excessivamente angélica a uma Liturgia vital. Havia uma tensão entre liturgistas e sociólogos. Os homens preocupados com os factos sociais diziam que os liturgistas se situavam numa evasão, que a Liturgia era uma evasão. Por sua vez, os liturgistas também acusavam os sociólogos de não terem contacto com a transcendência e com o mistério.

d — Passa-se ainda de uma celebração absolutamente uniforme e que é a mesma em todos os países, a uma variedade. Muitos leigos, sobretudo os integristas que não vão ao fundo das coisas, surpreendem-se porque numa paróquia se celebra de uma maneira e noutra se celebra de modo diferente; e então dizem: cada um celebra como quer. Realmente, quando estamos à mesa, comemos segundo umas normas de educação, mas não comemos com um ritual preestabelecido: estabelecemos o ritual quando comemos. Não temos rubricas, umas normas sim.

e — E, por último, a transição de uma Liturgia clerical para uma Liturgia da Igreja inteira. A Liturgia era um assunto dos sacerdotes e, no entanto, é de todos, de modo que há que fazer participar todo o povo na Liturgia: conseguindo que os leigos façam as leituras, dirijam o canto, sejam os leitores, ajudem o presidente da celebração, tenham muito mais intervenção activa.

III. TERCEIRA QUESTÃO DE QUE TRATOU O CONCÍLIO: REDESCOBERTA DA IGREJA. A isto respondem vários esquemas ou vários Decretos: Que é a Igreja — responde a **Constituição sobre a Igreja**; qual é a Igreja — responde o **Decreto sobre o Ecumenismo;** quais são as formas de apresentação da Igreja Católica — responde o **Decreto sobre as Igrejas Orientais Católicas** (quer dizer que a Igreja não se identifica com a Igreja Ocidental Católica, mas também com a Igreja Oriental Católica); **Relação da Igreja com as religiões não cristãs** — outro decreto; e, por último, o dinamismo interior da Igreja de que trata o **Decreto sobre a Actividade Missionária da Igreja.** Estes decretos podemos, pois, resumi-los em torno desta questão: Redescoberta da Igreja.

Há uma transição de uma eclesiologia antiga para uma nova eclesiologia. Assim, podemos dizer que se está passando de uma Igreja como facto histórico a uma Igreja como mistério. De uma Igreja exterior a uma Igreja como mistério, a uma Igreja que é uma assembleia que vive e celebra a sua fé, a uma assembleia que está em estado de oração, de celebração. Está-se passando duma Igreja institucional a uma Igreja do Povo de Deus. Portanto, a Igreja não é exclusivamente de instituição hierárquica, mas a Igreja de Deus é o Povo de Deus. Antes de estudar os Bispos e os Sacerdotes, estuda-se o Povo de Deus; em seguida os responsáveis do Povo de Deus, os bispos, os sacerdotes e os leigos.

De uma Igreja antropocêntrica estamos passando a uma Igreja Cristocêntrica. A Igreja não é uma questão exclusivamente humana, nem é uma pura reunião de homens: a Igreja é Cristo continuado hoje entre os crentes. Portanto, um sentido mais profundamente Cristológico da Igreja e não exclusivamente humano ou antropocêntrico.

De uma Igreja polémica a uma Igreja ecuménica. De uma Igreja que, em vez de discutir com os irmãos separados, os protestantes, mostra o que há de comum, porque, de facto, há muito de comum e é muito mais importante o que nos une do que o que nos separa.

De uma Igreja estática a uma Igreja Missionária. De uma Igreja reduzida à sacristia, a uma Igreja que chega ao compromisso temporal. De uma Igreja exclusivamente clerical a uma Igreja em que têm participação activa todos os leigos. De uma Igreja latina a uma Igreja que aceita todas as culturas, todas as coisas indígenas, a uma Igreja que nomeia bispos em todas as partes do mundo, a uma Igreja que não é do mundo ocidental branco, mas que é a Igreja de todos os homens. O Esquema da Igreja é talvez o mais importante do Concílio e de toda esta série de transições.

E, por último, de uma Igreja de signo primacial predominante a uma Igreja de signo colegial. Estas transições são de importância fundamental para revelar ao mundo em que consiste essencialmente a Igreja. É talvez do que de mais importante falou o Concílio — uma nova visão do que é a Igreja.

IV. EM QUARTO LUGAR, PODEMOS FALAR DA REDESCOBERTA DOS AGENTES DA IGREJA OU DOS RESPONSÁVEIS DA IGREJA, dos homens que participam ou são membros da Igreja. Aqui podemos resumir os seguintes esquemas: Em primeiro lugar, o **Decreto sobre o Múnus Pastoral dos Bispos,** — são os principais responsáveis da Igreja; o **Decreto sobre os sacerdotes** — a vida e a santidade do ministério sacerdotal; o **Decreto sobre a formação sacerdotal;** o **Decreto dos Religiosos** e o **Decreto sobre o Apostolado**

dos Leigos. É evidente que aqui também há uma série de transições. Podemos falar das seguintes:

a — De um sacerdócio imperialista e dominador a um sacerdócio servidor do Povo de Deus — o Sacerdote não é senhor da grei, mas é servidor do Povo de Deus; portanto, na Pastoral não se trata de um «dominium», mas de um «servitium». É a grande transição de uma Paróquia beneficial a um verdadeiro ministério serviçal da Paróquia. Isto atinge-nos muito particularmente porque a vocação sacerdotal é a vocação de um servidor do Povo de Deus. Nós somos os servos, os servidores. Nosso Senhor Jesus Cristo, que foi o grande Mestre, fez-se servidor e na última Ceia serviu os Apóstolos como escravo porque eram os escravos que lavavam os pés aos Senhores, e dá-nos o exemplo: o que quiser ser maior, que seja o menor; não vim para ser servido, vim para servir. Isto é um primeiro conceito que é válido para bispos e sacerdotes. Há que abandonar a posição de senhores feudais, deixar o castelo, o palácio e ir viver com o Povo, a servir o Povo. Deixar as grandes insígnias e ser como todos os demais; deixar as grandes vestes e vestir como toda a gente, deixar as púrpuras e vestir os tecidos humildes.

b — Em segundo lugar, de episcopados feudalistas a bispos com preocupação autêntica de pobreza. No Concílio, um grupo de bispos fez um compromisso. Estes compromissos de bispos são muito concretos. Trata-se, por exemplo, de abandonar, por parte deles, o título de Excelência para que simplesmente se lhes chame Padre; de não ter conta corrente no Banco em nome próprio, mas apenas em nome da Diocese; de deixar todas as insígnias que não sejam estrictamente litúrgicas e vestir como todas as pessoas; de utilizar a habitação, os meios de comunicação, alimentação, etc., de todos os cidadãos normais; de não fazer baptismos e casamentos de gente de classe privilegiada e rica, mas atender a todos por igual e ter preferência pelos pobres. Toda uma série de aspectos que exigem profundas modificações nos nossos bispos.

c — Em terceiro lugar, de bispos e sacerdotes preocupados pela administração e a sacramentalização a bispos e sacerdotes com preocupação litúrgica e missionária. Na Igreja primitiva baptizavam-se os convertidos; agora, pertence-nos converter os baptizados. Nesta transição é fundamental que nos demos conta que é a nós que vai corresponder esta missão eminentemente profética e caritativa; a missão litúrgica, há que realizá-la bem — é o cume e a fonte de toda a vida da Igreja —, mas a vida da Igreja não se reduz a uma acção litúrgica. A Igreja tem que estar presente nas comunidades naturais, tem que comprometer-se inteiramente com todos os problemas que existem no mundo e temos que dar o testemunho de que não estamos ligados a governos e a classes políticas, nem a classes previlegiadas e de que a Igreja é de todos, tanto do homem

como da mulher, do adulto como da criança, do rico como do pobre, do doente como do são. Quando examinamos uma paróquia, e para isto os sociólogos dão-nos os critérios, perguntamos: há tantos homens como mulheres? há tantos de entre 40 anos e 16 como de mais de 40 e menos de 16? há equilíbrio entre os assistentes e entre os que comungam? Se numa paróquia o número de mulheres é igual ao de homens, o número dos que estão entre os 16 anos e os 40 predomina sobre os menores de 16 e maiores de 40 e se o número dos que comungam quase se identifica com o dos assistentes, essa paróquia é pujante, é viva; mas é uma paróquia morta aquela em que a maioria são mulheres, em que o santuário está repleto de crianças, em que não estão presentes nem as classes trabalhadoras nem as classes intelectuais — está a classe burguesa — em que a maioria está passiva — não comunga. Uma paróquia como esta é o que os sociólogos chamam um aglomerado, como um aglomerado de pedras reunidas, indiferentes umas às outras, como uma massa informe que se aglomera. A paróquia tem que ser uma comunidade para que não se sinta mal o operário ou o intelectual, para que o homem não se envergonhe, para que o jovem encontre ali um futuro e tenha uma esperança. Há que dar estes testemunhos duma Igreja que tem que ser transformada.

d — Em quarto lugar, há também, no que toca aos religiosos, uma transição. De religiosos que identificam a Igreja com o seu convento a religiosos preocupados pela Igreja universal e a Igreja diocesana. Esta é outra transição fundamental. Dentro de poucos anos seremos uma Igreja que tem meios fracos, uma Igreja com poucas influências humanas, uma Igreja livre de política, uma Igreja que tem sensibilidade para com os pobres, para com os operários, para com os intelectuais críticos, para com os homens desintegrados de tudo, para com os exilados, para com os grupos clandestinos. Uma Igreja que terá uma grande sensibilidade para com toda esta série de problemas, será uma Igreja de poucas influências humanas, mas dará verdadeiros sinais. A Igreja sem sinais de transcendência não opera, a Igreja quando tem grandes possessões, grandes palácios e quando tem bispos que são apenas governadores humanos, é uma Igreja que não é evangélica e a Igreja tem que ser evangélica.

e — Em quinto lugar, no que diz respeito aos seminários e aos seminaristas, podemos dizer que a transição se verifica de seminários com tendência monacal a núcleos pré-sacerdotais de jovens comprometidos com a Igreja e com o mundo. Como será o seminário do futuro? Pessoalmente, embora não conheça muito os seminários, creio que o seminário é uma comunidade de trabalho e não uma comunidade eucarística. As comunidades eucarísticas são as comunidades paroquiais. O seminário tem que estar em

contacto com as comunidades eucarísticas e com os grupos apostólicos evangelizadores. Quando se pretende formar um sacerdote, há que distinguir três coisas: é necessário formar o consagrado no celibato, o teólogo e o sacerdote. No momento actual estudamos uma teologia que só nos vale para uma coisa: para voltar a repeti-la a outros do mesmo modo que antes. O seminário há-de ser uma preparação sacerdotal porque nós temos que preparar-nos para ser presidentes de assembleia e homens de Palavra de Deus e homens de dinamismo apostólico. Para ser um sacerdote e presidente de celebração é necessário estudar fundamentalmente duas coisas: o Livro da Revelação, que é o livro da Escritura, e o «livro» da vida. Se vivemos numa comunidade monacal e nos retiramos excessivamente do mundo, ficamos segregados do mundo e temos que retornar a um contacto. Naturalmente é necessário um certo isolamento, especialmente pelo que respeita à vocação, sobretudo ao celibato que necessita uma vida em comunidade especial, uma vida distinta da natural, uma fraternidade, uma experiência de fraternidade. O seminarista será aquele rapaz que provou e comprovou poder já comprometer-se com a acção da Igreja, será um militante que durante certo tempo serviu nos movimentos apostólicos.

E, por último, no que diz respeito ao laicado, dá-se o passo de um laicado adolescente, submetido sempre a sacerdotes a um laicado com plena maturidade. Estas são as transições no que toca aos membros da Igreja.

V. E finalmente, o último ponto, a quinta questão — é a REDESCOBERTA DO MUNDO MODERNO. Igreja e mundo — a isto respondem os seguintes esquemas: **Decreto sobre a Igreja e o Mundo, Decreto sobre a Liberdade Religiosa** e **Decreto sobre os Meios de Comunicação Social.** De todos, os mais importantes são o que se chamou o Esquema 13 (Relação da Igreja com o Mundo) e a Liberdade Religiosa.

Podemos dizer que, a respeito do mundo, havia um sentido totalmente pejorativo: o Mundo é o Maligno, o mal — há que separar-se do mundo. O mundo, como se vê na teologia, é ambivalente, como todas as realidades naturais: é bom e, ao mesmo tempo que é criação de Deus, bondade de Deus, é lugar da cólera de Deus. Portanto, o mundo, ambivalente, faz que não sejamos do mundo e estejamos no mundo. Também nas Escrituras o mundo aparece como uma criação de Deus, numa bondade de Deus e, por outro lado, também como o lugar da tentação e, em certo sentido, também, como um domínio do tentador. O mundo tem que ser aceite no que tem de bom e todo o progresso que há no mundo tem que ser aceite como uma confirmação da primeira criação. Naturalmente, o mundo não se acerta nem se completa com a primeira criação, mas sòmente com a segunda criação que é Cristo, é a Igreja e são os Sacramen-

tos, é a «Consecratio mundi». Podemos falar das seguintes transições pelo que respeita à mentalidade da Igreja e mundo:

Primeira — De uma comunidade cristã que condena o temporal a uma comunidade cristã que se compromete nas tarefas temporais. Na realidade, essas comunidades cristãs, as velhas cristandades integristas, dialogam mal com o mundo, discutem com o mundo, não aceitam o mundo como ele é, não se aproximam do mundo como ele é, mas condenam-no e, assim, há uma pastoral apressada em termos de condenação. Há que compreender os homens, o mundo em que vivem, e compreender os problemas e as grandes crises de fé que têm os intelectuais e aproximar-se muito mais do mundo, pois foi isso que Jesus Cristo fez. Jesus Cristo tomou a carne, incarnou e viveu como todos os homens passando por ser um pecador. Jesus Cristo aceitou plenamente todas as realidades humanas. Se Deus não se envergonha de tudo o que criou, também nós não nos podemos envergonhar de tudo o que é criado, não temos que ter vergonha de reflectir teològicamente sobre todas estas realidades. Passamos de uma comunidade cristã triunfalista, que pretende dominar o mundo, a uma comunidade de mediação, uma comunidade mediadora que não é a comunidade que tende a dominar o mundo. As comunidades de consagrados no celibato, de virgens, comunidades religiosas, comunidades sacerdotais correm o perigo de ser excessivamente ricas. Se a Igreja não se vai desprendendo por generosidades colectivas, corre o perigo de ser rica, de ter instituições ricas, de ter meios excessivos. As comunidades naturais têm que ter um «minimum», têm que ser comunidades que transcendam para não criar rivalidades. Há que introduzir os militantes nas comunidades humanas e não fazer um mundo separado do mundo, mas comprometer-se no mundo, nas instituições temporais do mundo.

Também passamos de uma comunidade cristã ligada com as classes poderosas a uma comunidade cristã sensível às classes e grupos mais desamparados. Se a Igreja tem que ser um sinal da transcendência de Deus, ela tem fundamentalmente que estar com os fracos. Deus não manifesta neste mundo a sua transcendência senão com entidades débeis. Quando o sinal é poderoso, então não se vê a manifestação de Deus. O sinal cristão tem que ser um sinal em relação aos homens e em relação a Deus. Se o sinal só o é em relação aos homens e não o é em relação a Deus, é um sinal hipócrita. Por exemplo, se nos apresentamos perante o mundo com cara de ascetas como se não comêssemos e vestíssemos muito mal, e ao chegarmos a casa, comemos opiparamente, isto é um farisaísmo. Damos um sinal frente ao mundo, mas que não é sinal aos olhos de Deus. Mas também pode haver sinais que são sinais para Deus e não são bons sinais para o mundo. Por exemplo, um bispo com um carro muito luxuoso que usa em si cilícios, que é muito austero,

mas que aparece ao mundo com aspecto de grande senhor que se dá vida de grande. Isto também não é um bom sinal. Portanto, o sinal tem que o ser para Deus e para os homens e é necessário que em toda a Igreja se crie verdadeiramente sensibilidade para com os fracos, os pobres, os doentes, os exilados, os emigrantes, os clandestinos, os encarcerados, todos os que sofrem.

É necessário que demos importância às instituições fundamentais da Igreja. A instituição eucarística, a comunidade eucarística e as instituições de evangelização e de catequese, instituições catecumenais, instituições de evangelização, grupos apostólicos em dinâmica e instituições catecumenais de catequese. As outras instituições educativas — universidades católicas, colégios católicos — todas são menos imporantes. Creio que hoje não se opta tanto por uma Universidade Católica como por Católicos na Universidade, não tanto por colégios católicos como por católicos nos colégios. Doutro modo, criaremos uma grande rivalidade. Hoje há que fazer uma revisão profunda sobre o significado destas instituições temporais cristãs. Temos que nos apresentar ao mundo não como rivais do mundo, mas como servidores do mundo, um mundo com o qual há que dialogar e conviver, ao qual há que escutar e cristianizar.

Com isto, diríamos que ficam resumidas, em linhas muito genéricas, as cinco grandes questões de que podemos falar acerca do Concílio. No fundo e definitivamente, o Concílio não fez mais que assumir um movimento teológico anterior e torná-lo, diríamos, movimento oficial, episcopal, universal, um «regressus ad verbum divinum», o regresso às fontes. Em segundo lugar, uma visão da totalidade das coisas, uma visão de todo o universo cristão polarisando simultâneamente todas as questões. E, em terceiro lugar, como característica, uma sensibilidade aos problemas do homem de hoje. Quando tivermos esta tripla sensibilidade — fontes, totalidade e actualidade —, então, nós seremos actualmente membros perfeitamente renovadores da Igreja e homens que crêem nas decisões do Concílio Vaticano II.

a constituição «A Igreja no mundo»

P. ARTUR LEMOS

Não é minha intenção fazer uma análise teológica da Constituição Pastoral «Gaudium et Spes» nem tirar-lhe as consequências de ordem pastoral, mas simplesmente fazer uma introdução à leitura do próprio documento. Para tal julguei conveniente dar alguns apontamentos sobre a sua génese e situá-la, genèricamente, na já longa história das relações da Igreja com o mundo. Pareceu-me também que o mais importante para introduzir à leitura, seria pôr em evidência as linhas fundamentais do modo novo de a Igreja se situar perante o mundo.

como surgiu a ideia dum documento conciliar sobre o problema Igreja-Mundo

Entre os 73 esquemas aceites pela Comissão Central para serem debatidos pelo Concílio nenhum deles abordava o problema das relações da Igreja com o mundo. No final da 1.ª sessão, contudo, ((11 de Outumro a 8 de Dezembro de 1962) estava decidido elaborar um texto referente a este problema.

Conferência pronunciada a 7 de Março de 1966 no Seminário dos Olivais.

A iniciativa foi o fruto da feliz convergência das aspirações do Papa, da Assembleia Conciliar, dos peritos e do mundo.

O Times escrevia no dia imediato à abertura do Concílio: «O que se espera desta assembleia não é a proclamação de um dogma novo, mas a clarificação da doutrina cristã em ordem a ajudar o homem comum a enfrentar as suas preocupações quotidianas na família e no trabalho, e os grandes problemas do nosso tempo: a guerra, a paz, a ameaça de destruição nuclear, a coexistência, o auxílio aos países em vias de desenvolvimento. O Cónego Bonlard, por sua vez, chamava a atenção para o novo tipo de bispo que o Vaticano II iria consagrar. O Concílio de Trento fez do bispo, senhor feudal, um pastor como bem o demonstram os exemplos de S. Carlos Borromeu e Frei Bartolomeu dos Mártires. O Vaticano II fá-lo-á «consciência evangélica e cristã ao mundo, a um mundo plenamente temporal e laico, mas chamado a encontrar a sua realização perfeita em Cristo». A Bula «Humanae Salutis», de Dezembro de 1961, em que foi anunciada oficialmente a abertura do Concílio para o ano de 1962, respirava optimismo ao perscrutar os sinais dos tempos e referia-se à função maternal da Igreja para com o mundo, em especial quanto à paz, que a Igreja queria exercer no Concílio que se aproximava. Optimismo e serviço do mundo — temas que afloravam nos discursos do Papa, especialmente no da inauguração do Concílio, ao lado de outros igualmente importantes para a elaboração da futura Constituição: preocupação pastoral, atitude ecuménica, Igreja dos pobres.

Portadores das angústias dos homens confiados ao seu pastoreio e sensibilizados à preocupação de João XXIII, os bispos dirigiram a 21 de Outubro de 1962, 10 dias apenas depois do início do Concílio, uma mensagem ao mundo em que insistiam no insubstituível serviço que a Igreja lhe deve prestar, faziam um convite à humanidade para colaborar na construção duma cidade mais justa e fraterna e prometiam dar importância, nos trabalhos do Concílio, aos problemas do mundo. Comenta o P. Congar: «O Concílio abriu com uma mensagem ao mundo; era, sem o saber ainda, prometer um esquema XIII».

A promessa dos Padres Conciliares foi tomando corpo dentro e fora da aula conciliar. No fim de Novembro estava decidido criar uma comissão conciliar para estudar estes problemas. O Cardeal Suenens, na memorável intervenção de 4 de Dezembro, defendeu a necessidade de reduzir e centrar os trabalhos do Concílio sobre a Igreja, «Lumen gentium», tomada na sua interioridade e nas relações com o exterior. Deste modo os problemas da Igreja-Mundo encontravam o seu lugar dentro do programa geral. Na lista dos esquemas, já reduzida, apresentada a 7 de Dezembro, o último, o 17.º,

tinha este título: «Dos princípios da acção da Igreja para promover o bem da sociedade».

fases de elaboração da Constituição

Quando a Comissão de Coordenação escolheu uma comissão para elaborar o texto a apresentar ao Concílio, formada por membros da Comissão Teológica e da do Apostolado dos Leigos, esta deu-lhe um novo título: «A presença da Igreja no mundo moderno». A publicação, entretanto, da «Pacem in Terris», que se dirigia a todos os homens e resituava o problema da paz veio abrir novos caminhos que a Comissão Mista não aproveitou imediatamente assim a eleição de Paulo VI,veio incentivar o estudo dos problemas Igreja-Mundo, dado que o Cardeal Montini fora um dos seus principais animadores. A recusa pela Comissão Coordenadora, graças ao esforço do Cardeal Suenens, do texto elaborado pela Comissão Mista representou um grande passo em frente: o esquema devia abordar claramente e de modo amplo o problema das relações da Igreja com o Mundo e não ser apenas um condensado do catolicismo social.

Com um esboço do que devia ser o texto, elaborado em Lovaina por certo número de peritos da confiança do Cardeal Suenens, a Comissão Mista decidiu criar uma sub-comissão, secretariada pelo P.e Häring, para redigir o texto. Depois dum trabalho insano foi apresentado ao Concílio na 3.ª sessão, um documento, sem título, com os seguintes capítulos: o 1.º capítulo sobre a vocação do homem e o valor da criação; o 2.º sobre a missão da Igreja na ordem temporal o 3.º, sobre os cristãos no mundo de hoje e, finalmente, eram abordados os problemas mais urgentes do tempo actual, em 5 anexos, com valor oficial, mas para não figurar no texto definitivo, sobre os 5 problemas mais urgentes que o esquema, pròpriamente, versava de modo sintético e um pouco abstracto.

O debate foi muito animado. Foram variadas as críticas e interrogações: A quem se havia de destinar: — aos cristãos ou a todos os homens? A encíclica «Ecclesiam Suam», publicada dois meses antes do início do debate, e onde se fez a apologia do diálogo, nomeadamente com o mundo, foi decisiva para que o esquema XIII viesse a ser um instrumento de diálogo — em especial com o mundo ateu, que muitos padres consideravam prejudicial ou impossível. Deveria ser um esquema doutrinal, uma encíclica, uma Mensagem? Porquê em anexo os problemas mais urgentes do mundo actual: não quererá o Concílio falar para o nosso tempo? Alguns teólogos observavam que sem uma antropologia completa e coerente era impossível situar a Igreja no mundo e abordar com clareza, por exemplo, os complexos problemas do casamento e da família e da vida económico-social. Queixavam-se ainda alguns de que o texto era excessivamente ocidental.

O esquema voltou a ser redigido por uma pequena equipe, constituída pelos Padres Haubtmann, Moeller, Tucci, Hirschmann e por Monsenhor Philips, para dar maior unidade ao texto. Foi aprovado depois pela Comissão Mista e por mais sete Padres Conciliares de países do 3.º mundo e dos países sob regime comunista.

Em Fev. de 1965 o esquema XIII conseguiu a actual sistematização em 2 partes. O anexo sobre a dignidade da pessoa humana passou para o cap. I e foi elaborado, de raiz, um novo capítulo sobre a vida da comunidade política,

Veio depois o último debate, muito vivo e largamente influenciado pela ida de Paulo VI à ONU, especialmente no problema da guerra e da paz. Pediram os padres que a antropologia fosse decididamente cristã, que o texto afirmasse claramente a liberdade da cultura e que não esquecesse a ambiguidade dos valores humanos. Nesta sessão encontrou-se, a designação a dar ao documento. **Constituição,** porque não é um simples decreto de aplicação, mas uma posição de princípio e porque a relação com o mundo não é resultado dum certo contexto histórico mas pertence à constituição da Igreja; **pastoral** — porque nela a Igreja situa-se perante o mundo de hoje; assim se superou a aparente antítese, muito sentida por grande número de Padres no início do Concílio, entre doutrina e pastoral. Dirige-se a todos os homens, que não só aos cristãos, porque pretende ser um instrumento de diálogo com eles.

linhas de força da Gaudium et Spes

visão histórica e cósmica do mundo

O mundo a que a Constituição Pastoral se refere é «o mundo dos homens, a universal família humana com o universo onde vive, o teatro que é a história do género humano, o mundo marcado pelo esforço dos homens, pelas suas derrotas e pelas suas vitórias» (n.º 2). Dois parágrafos à frente a Constituição abre com um quadro onde faz uma síntese, rápida mas poderosa, das principais transformações operadas na história recente do mundo e que levaram ao nascimento duma nova era. Entre as notas características do mundo novo e como fruto do predomínio das ciências e da técnica vem a concepção evolutiva e dinâmica do mundo, a sua dimensão histórica, que a Constituição desposou plenamente, como o prova o que atrás referimos. Constitui igualmente prova disso o facto de os anexos sobre alguns problemas mais urgentes terem passado a fazer parte do texto. Quando o fez, a Igreja quis falar para os homens do nosso tempo e aceitou, simultâneamente, que a sua resposta viesse a envelhecer quando outros mundos estivessem para nascer. Não há parágrafos especialmente dedicados ao cosmos, mas na antropologia que nos é apresentada nos 3 primeiros capítulos, como na

Introdução a que nos referimos — a consciência da indissolúvel união do cosmos à história humana é outra nota característica da «Weltanschauung» da nova civilização — o universo material, aparece indissolùvelmente ligado ao homem, que, através do seu corpo, nele se prolonga e dele faz «cosmos» (ornamento). Foi preciso superar uma certa filosofia essencialista da tradição teológica mais recente com que era difícil pensar a dimensão temporal, para considerar o mundo como história, como foi preciso abandonar um certo pendor maniqueu e dualista para associar ìntimamente ao homem o universo material onde ele vive. Valeu a pena pois assim o mundo sente-se compreendido pela Igreja e a Igreja assume com mais totalidade o mundo realizando com mais verdade a missão de incarnação que lhe cabe.

Cristo, chave, centro e fim de toda a história humana

Diz a Constituição que Cristo é «a chave, o centro e o fim de toda a história humana» (n.º 10). Efectivamente é «só no mistério do Verbo Incarnado que o mistério do homem se esclarece». (n.º 22). Na base da antropologia apresentada pelo Concílio para situar os cristãos perante o mundo está uma cristologia que não ilude a incarnação. Foi um docetismo larvado o inspirador, durante largo tempo, duma antropologia espiritualista. «A Igreja afirma que, subjacente a todas as mudanças, há muitas coisas que não mudam e que têm o seu fundamento em Cristo, o mesmo ontem, hoje e para sempre. À luz de Cristo, imagem do Deus invisível, primogénito de toda a criatura, o Concílio propõe dirigir-se a todos para iluminar o mistério do homem...» (n.º 10). O n.º 22 que termina a série de reflexões sobre a dignidade da pessoa humana intitula-se «Cristo, o homem novo»; o n.º 32 fala do «Verbo Incarnado e da solidariedade humana» e o n.º 38 é sobre «a actividade humana e a sua realização plena no mistério pascal».

«É para Cristo que a história converge. Ele é o alfa e o omega» (n.º 45). O Verbo é o criador e salvador do mundo. O mesmo Verbo que cria e que salva, o mesmo mundo que é criado e salvo. Há, por consequência, uma única história, a história da salvação, a história santa. Diz a Constituição no n.º 2: «Para a fé dos cristãos, este mundo foi criado e é conservado pelo amor do Criador; caiu sob a escravidão do maligno e libertou-o em ordem a ser transformado segundo o desígnio de Deus e chegar à sua plena realização».

Consequência de enorme alcance de haver uma única história santa é serem as tarefas terrestres serviço e construção do Reino. Por elas prepara-se a matéria do Reino dos céus» (38). «Misteriosamente o Reino está presente sobre a terra» (39). Daqui o apelo instante da Constituição no sentido de os cristãos se entregarem à construção do mundo; «trabalhar no mundo é um dever» (34); e

a condenação da titude laicista de separar a acção no mundo da vida cristã, que é «um dos erros mais graves do nosso tempo» (43).

Uma outra consequência é a necessidade que se impõe à Igreja de perscrutar os sinais dos tempos (n.º 4) e interpretá-los à luz do Evangelho, para discernir quais são os sinais verdadeiros da presença ou do desígnio de Deus (n.º 11).

À semelhança da história do povo judaico em que os acontecimentos eram portadores de mensagens de Deus e que os profetas procuravam interpretar a história de toda a humanidade, é sinal do desígnio de Deus, porque toda ela está penetrada pelo amor misericordioso e salvador de Deus em Jesus Cristo.

autonomia dos valores terrestres

«Se o mesmo Deus é simultâneamente Criador e Salvador, esta ordem divina não suprime a autonomia da criatura e, em especial do homem, antes a fundamenta e confirma na sua dignidade» (n.º 41). Há muitos espíritos que, lembrados talvez do passado, temem que a religião anule a consistência do mundo, invada o mundo com o sagrado; outros há que temem que ela o combata, como acontece nas religiões dualistas. A religião do Verbo criador e incarnado é a religião do respeito pela autonomia da criação. A religião de Israel foi, no meio ambiente geográfico e histórico, uma excepção, ao menos na doutrina: afirmava que entre Deus e o mundo não havia confusão nem luta, mas relação de criação — autonomia do mundo e transcendência imanente de Deus. O facto de o Verbo não ter anulado com a sua divindade a humanidade que uniu a Si na incarnação fundamenta o respeito pelos valores terrestres. Em consequência o Concílio adverte os cristãos do perigo duma sacralização do mundo, convidando-os a respeitar as leis próprias de cada disciplina e a serem verdadeiramente competentes nelas (n.º 43).

a missão da igreja no mundo: salvar o homem

Afirma a Constituição no n.º 11: «A missão da Igreja é de carácter religioso e, por isso mesmo, soberanamente humano». «Trata-se de salvar o homem», diz-se a abrir e no último número da Constituição: «O mais vivo desejo dos cristãos não pode ser senão servir os homens do seu tempo com uma generosidade cada vez maior e mais eficaz.» Vinte e oito números dos noventa e três da Constituição são uma síntese sobre o conceito cristão do homem, considerado como base para o diálogo com o mundo.

Por ser a religião do Verbo criador e salvador do mundo, o cristianismo tem íntima e indissolùvelmente ligada a si uma moral. É que, segundo a teologia cristã, o mundo, que para a sua orga-

nização tem como regra última a moral, é objecto dum projecto de Deus. E, no centro deste projecto, está o homem; o valor último da moral cristã é, pois, o homem. «Crentes e descrentes estão Paulo VI apresentou-se na ONU como «técnico em humanidade», geralmente de acordo neste ponto: tudo o que há na terra deve ordenar-se ao homem como ao seu centro e ponto mais alto» (n.º 12). Karl Barth afirma em frase lapidar: «Depois de Deus se ter feito homem, o homem é a medida de tudo». Recorde-se a propósito a violência com que os profetas e o próprio Cristo fustigaram a atitude dos seus contemporâneos, que calcavam os direitos do homem, fecharam o coração ao amor e se refugiaram no culto, reduzindo assim a um estéril formalismo, bem como o texto básico de Mt., 25/31-46.

segundo a sua própria expressão. A «Gaudium et Spes» pede à comunidade política que lhe reconheça o direito de pronunciar um juízo moral, mesmo em assuntos políticos, quando os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigirem (n.º 76). Ambos os casos são a realização da tarefa que cabe à Igreja de ser a consciência defensora duma cidade verdadeiramente humana.

solidariedade e ruptura da igreja com o mundo

A Igreja sente-se solidária com o mundo e a sua história, convive com ele, caminha com a humanidade e partilha da sua sorte, porque «se compõe de homens, de membros da cidade terrestre, os quais têm por vocação formar na história do género humano a família dos filhos de Deus» (n.º 40). A Igreja não arranca os homens ao mundo mas procura fazer com que o mundo venha a desabrochar em família de Deus. Já porque o mundo não é estranho ao Reino de Deus, já porque a missão da Igreja é fazer com que ele seja um mundo verdadeiramente humano e, ainda mais, que se integre dentro do circuito da vida trinitária, Igreja e Mundo são profundamente solidários e interpenetram-se mùtuamente. Note-se que a solidariedade da Igreja com o mundo vai tão longe que ela própria está sujeita ao tempo e às limitações humanas; o mundo oferece à Igreja um pensamento para se exprimir, instituições para se organizar e, até quando a persegue, lhe está a fazer bem.

Não é possível antes da consumação final fazer com que a história humana seja o Reino de Deus, porque há o mistério do pecado, a que a Constituição faz amplas referências, porque o Reino de Deus é essencialmente sobrenatural e escatológico — a natureza não gera o sobrenatural; a fase final da história será obra de intervenção extraordinária de Cristo. Daí dever a Igreja, «sacramento universal da salvação», anúncio e esboço da «cidade celeste» (fase última da história humana), como organização social e histórica que é, distanciar-se em relação ao mundo. Ela é «realidade social

da história e fermento» (n.º 44), «a alma do mundo», para retomar a expressão da Carta a Diogneto.

toda a igreja ao serviço do mundo

«A animação cristã do mundo» (n.º 43) ou mais especìficamente a «sua humanização» é «obra de toda a comunidade cristã».

Aos leigos compete pròpriamente, muito embora não de modo exclusivo, exercer as profissões e as actividades ordenadas à construção do mundo. Aos pastores pertence proclamar a Palavra de modo a banhar com a luz do Evangelho toda a actividade dos fiéis. A Constituição aconselha os leigos a assumir as suas responsabilidades próprias como adultos em Cristo, sem esperar que a hierarquia se pronuncie sobre cada uma das atitudes a tomar. A hierarquia irá limitando as suas intervenções à medida que os leigos forem adultos.

Os leigos que assumem as suas responsabilidades na construção do mundo fazem-no enquanto membros da cidade dos homens e enquanto membros da cidade celeste. Estas duas cidades, como vimos, não se distinguem, ùltimamente, de modo adequado. O leigo a quem a cidade terrestre confiou determinado serviço actua por força desse mandato e por força dum mandato mais alto, o projecto de Deus a respeito da história, que a Igreja anuncia e de que é a primeira realização. Não é outro o motivo por que o Decreto sobre o apostolado dos leigos declara que a humanização do mundo é verdadeiro apostolado.

seu significado histórico

Igreja conheceu ao longo da história outros modos de se situar frente ao mundo. Na era constantiniana, que se prolongou por vários séculos no mundo bizantino, a Igreja deixou-se absorver pelo mundo, pensando ter na protecção que lhe foi oferecida pelos poderosos e nas tarefas terrestres que assumiu, meios para realizar melhor a sua missão. Não foi de todo inútil esta íntima associação ao mundo, mas o tempo acabou por revelar-lhe os erros e limitações. Perdeu a liberdade e a lucidez para apontar constantemente o caminho ainda a percorrer — à Igreja compete anunciar o mundo futuro — e para combater os ídolos — ela deve ser a defensora do perfeito monoteísmo, «Deus tudo em todos». Como era de esperar até o simples anúncio do kérigma foi prejudicado. Efectivamente, ao ver ruir a civilização greco-romana perante as migrações dos bárbaros, alguns cristãos — entre eles havia espíritos brilhantes — pensavam assistir ao fim do mundo e, consequentemente, neles resfriava o espírito missionário que os deveria fazer passar aos bárbaros. A própria Igreja se deixou secularizar nas suas instituições. Feita religião oficial do Império romano, era quase inevitável

que viesse a cair em situação semelhante ao paganismo: ficar reduzida a um dos pelouros da administração e da vida pública romana. Com o andar do tempo o Estado omnipotente ocupou-se de tudo o que dizia respeito à vida exterior da Igreja. Não é difícil de compreender, assim, que a eclesiologia ortodoxa tenha dificuldade em aceitar os aspectos organizativos e institucionais da Igreja, já que o Estado secularizou essas funções eclesiais.

A relação da Igreja com o Mundo na Idade-Média, de íntima união como na era constantiniana, apresenta, contudo, diferenças muito notáveis. A Igreja levou tanto a sério a sua missão em relação ao mundo no tempo que medeia entre o séc. V e o séc. VIII, tempo de gestação da Idade-Média, que se pode afirmar ter sido ela a mãe da civilização europeia. O mundo europeu nasceu da Igreja, pelo que não admira que a Igreja tivesse absorvido a nova civilização, necessitada durante a infância de firme condução. Neste tempo o mundo não tem autonomia, é puro serviço da Igreja. A expressão acabada da sacralização do mundo, que passa a ser simples epifania do divino é, quanto à vida política, o conceito de «república cristã» ou, como hoje se diria, de teocracia, de cristandade. Os reinos não estão ao serviço da Igreja. É que não há Igreja e reinos, há um só Reino. As únicas distinções situam-se ao nível das funções; há a função régia e a função sacerdotal. O símbolo da Idade-Média é o mosteiro, como a sua heresia característica é o milenarismo. No mosteiro, tudo, o trabalho inclusive, se ordena à contemplação, objectivo único e exclusivo do monje. O milenarismo pretende eliminar o hiato entre a fase terrestre do Reino de Deus e a sua fase celeste e definitiva. É a sacralização gral do mundo e da história, anuladora da autonomia e do dinamismo do mundo. A sacralização do mundo na Idade-Média sucedeu a sua laicização nos tempos modernos. O mundo foi longe de mais — não interessa distribuir responsabilidades — na emancipação que procurou em relação à Igreja passando além duma justa autonomia, para vir a cair num laicismo que recusa qualquer influência cristã, substituindo o sonho dum paraíso sagrado na terra pelo dum paraíso sem Deus na mesma terra. O divórcio entre a Igreja e o mundo processou-se ao longo de muitos séculos e atingiu todos os campos da vida humana, inclusive a religião. O deísmo dos «filósofos» do séc. XVIII, a religião do supremo arquitecto do mundo, relegou Deus para trás da cortina do céu logo após a criação, rival temido posto fora de combate. A Igreja, perante a afirmação de autonomia do mundo, voltou-se para si próprio, entregando-o ao maligno. Dedicou-se ao culto, e em formas de outrora, porque então não aceitara a fecundação da história, clericalizando-se por isso mesmo, e ofereceu aos leigos uma moral não de desposamento do mundo mas de aperfeiçoamento interior, subjectiva, alienadora e laicizante.

A Constituição «Gaudium et Spes» representa uma nova fase na história das relações da Igreja com o mundo. A Igreja tem consciência de que tem uma missão imprescindível em relação ao mundo, apelo que, por sua parte, recusa o divórcio que existiu entre ambos. Mas não quer enveredar por uma união que conduza à sacralização do mundo, pois considera que a autonomia dele é um valor querido por Deus, ou à secularização de si própria, pois vê a sua dimensão sobrenatural e escatológica. A sua atitude deve ser definida como um serviço que quer respeitar a autonomia do mundo e ser respeitado. Presente e transcendente ao mundo para o servir, qual sua alma, na imagem da carta a Diogneto, que é uma das expressões clássicas das relações da Igreja com o mundo, apesar da sua antiguidade (séc. II) e da perseguição que nesse tempo o mundo (o Império Romano) lhe movia:

«Os cristãos não se distinguem dos outros homens nem pelo país, nem pela linguagem, nem pelo modo de vestir. Não habitam em cidades próprias nem usam qualquer dialecto fora do vulgar. O seu género de vida nada tem de singular... Repartem-se por cidades bárbaras e gregas, conforme a sorte de cada um; conformam-se com os costumes locais quanto ao modo de vestir, ao alimento e ao modo de viver, não deixando entretanto de manifestar as leis extraordinárias e verdadeiramente paradoxais da sua república espiritual. Reside cada um no seu país próprio, mas como estrangeiros domiciliados. Cumprem todos os seus deveres de cidadãos e suportam todos os encargos como estrangeiros. Toda a terra estrangeira é para eles pátria e qualquer pátria é para eles terra estrangeira. Casam-se como toda a gente e têm filhos, mas não abandonam os recém-nascidos...

Amam todos os homens e todos os perseguem. São desprezados, condenados, mortos e ganham a vida. São pobres e enriquecem muitos. São desprezados e têm o desprezo por uma glória...

Numa palavra, o que a alma é para o corpo, são-no os cristãos no mundo. A alma está presente em todos os membros do corpo, como os cristãos nas cidades do mundo. A alma habita no corpo e contudo não é do corpo; os cristãos habitam no mundo, mas não são do mundo... A alma ama a carne e os membros, os quais, por seu lado a detestam; os cristãos amam os que os detestam. A alma está prisioneira no corpo e é ela que, contudo, mantém o corpo; os cristãos estão como que presos na prisão do mundo e contudo são eles que mantêm o mundo. A alma, imortal, habita numa tenda mortal; os cristãos habitam na tenda do corruptível na expectativa da incorruptibilidade celeste. A alma aperfeiçoa-se pela mortificação da fome e da sede; perseguidos, os cristãos multiplicam-se cada dia mais. É tão nobre o posto que Deus lhes atribuiu que não podem desertar.»

COLECÇÃO «JALONS»

TRADUZIDA PELAS **EDIÇÕES PAULISTAS** DE LISBOA

Em 25 volumes, trata dos problemas da cultura cristã, do futuro humano, e de actualidade social.

O conjunto da colecção, dirigida por DANIEL ROPS, *constitui a base da biblioteca do jovem cristão de hoje.*

SAÍRAM OS SEGUINTES VOLUMES:

I Parte: **DEUS OFERECE-SE-NOS**

1. PERDI A FÉ *(Henri Engelmann)*
2. A BÍBLIA, PALAVRA DE DEUS *(E. Charpentier)*
5. A IGREJA E... AS IGREJAS *(Jean Lyon)*
8. «AMARÁS» *(X. de Chalendar)*
9. O PROBLEMA DO MAL *(Francis Ferrier)*
10. E DEPOIS? *(Jean Lyon)*

II Parte: **A VIDA ENTREGA-SE-NOS**

13. PORQUE NÃO? (A Vocação) *(X. Chalendar)*
14. O PROBLEMA DO AMOR *(Marc Oraison)*

III Parte: **VALORES QUE SE NOS CONFIAM**

15. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E FÉ CRISTÃ *(J.-M. Aubert)*
18. ESPIRITUALIDADE E LITERATURA *(Michel Louis)*
19. MORAL E LITERATURA *(Pierre Lecarme)*

IV Parte: **O MUNDO DÁ-SE-NOS**

23. NUM MUNDO QUE SOFRE *(André Tunc)*
24. NUM MUNDO QUE SE TRANSFORMA *(Paul Dreyfus)*

Título da colecção portuguesa: «SINAIS DOS TEMPOS»

Cada volume ... ... **25$00**

PEDIDOS À:

LIVRARIA S. PAULO

LARGO TRINDADE COELHO, 7 — **LISBOA**
RUA DA CEDOFEITA, 355 — **PORTO**
C. E. P. APELAÇÃO (**CAMARATE**)

actualidade

- Pelo Seminário
- Maturidade
  (pistas para uma reflexão)
- Algumas reflexões sobre o militante da J.A.C.

pelo seminário

JOÃO PERES

«Os grandes agentes da vossa transformação são o Espírito e vós próprios.»

Cardeal Cerejeira
aos seminaristas

O Seminário dos Olivais voltou a abrir as suas portas para o início de um novo período de formação na vida de todos aqueles que o Senhor um dia chamará a ser servidores do Povo de Deus no sacerdócio, em algumas das nossas dioceses. Esta casa abre porque tem uma tarefa, uma missão única a realizar e que é a razão mesma da sua existência: dar à Santa Igreja, nesta hora de renovação conciliar, os padres de que ela precisa. E os padres de que a Igreja precisa são padres para o mundo de hoje. Mas o que é, no mundo de hoje, o padre? Certamente, o significado profundo da expressão «padre para o mundo de hoje» não está numa alteração substancial do conceito teológico de padre. Cremos antes que está na modificação, e esta substancial, da preparação do padre para o mundo actual e na sua relação com este.

No número 4 do decreto «Optatam Totius Ecclesiae», ao falar da educação nos seminários maiores, diz o Concílio que ela «deve tender a que, a exemplo de Nosso Senhor Jesus Cristo, Mestre, Sacerdote e Pastor se formem verdadeiros pastores de almas». É uma afirmação que define perfeitamente o que foi sempre e é hoje a missão do seminário: formar pastores. Há, portanto, na definição do ministério sacerdotal uma dualidade de membros — pastor e rebanho que lhe é confiado — de cujo encontro deve resultar a realização efectiva desse mesmo ministério. Foi o próprio Senhor que definiu em termos claros dois elementos principais desse encontro entre o pastor que é bom e o rebanho: ele conhece as ovelhas pelo seu nome e ama-as a ponto de dar a vida por elas. Isto é o diálogo, e o diálogo culminando em Amor. Diz o Concílio: «cultivem-se em geral nos alunos as convenientes aptidões que muitíssimo concorrem para o diálogo com os homens, como são a qualidade de ouvir os outros e de abrir a alma em espírito de caridade às diversas situações humanas».

Vimos, pois, que o padre é aquele que em nome de Deus é pastor, é sacerdote do Povo de Deus unido ao Sacerdócio único de Jesus Cristo enquanto o seu carácter sacerdotal está fundamentado no pleno sacerdócio sacramental do bispo e dele deriva. Por outras palavras, o padre é aquele que, por ser pastor, se põe em diálogo com o mundo para nele continuar o grande Diálogo estabelecido por Deus com os homens.

Não é ousadia dizer que o nosso mundo entrou numa viragem da história, porque ela acontece sempre que uma situação de facto, herdada do passado, entra em conflito com novas possibilidades que, como tais, abrem novos horizontes e um novo futuro. É assim o momento que estamos a viver e por isso a Igreja não deixou que soasse em vão o alarme do Cardeal Suhard: «a maior falta dos cristãos do século XX seria deixar este mundo construir-se e edificar-se sem eles». Para entrar em diálogo com o mundo de hoje a Igreja «renova-se», «tira do seu tesouro coisas novas e velhas», torna-se mais pura e mais santa para que o seu testemunho seja verdadeiro e eficaz. Mas se aceitamos que a Igreja se renova para o diálogo, não urge que exijamos a nós próprios a aceitação de uma outra renovação para o diálogo — a dos embaixadores dessa Igreja, os pastores? A aptidão para dialogar com o mundo de hoje tem que definir um clima novo que deve fundamentar toda a formação sacerdotal, e é aí que mais claramente se revelam insuficientes as estruturas de seminário normalmente apresentadas de alguns decénios a esta parte.

É evidente que a consciencialização de um tal problema nos põe — põe todos os seminários — numa situação que é forço-

samente demasiado complexa para que se possam alvitrar soluções definitivas ou comprometedoras situações de experiência. Contudo, isto não nega que é imperioso caminhar corajosa e decididamente, na reflexão, na paz, na oração, no risco até...

Ao regressarmos este ano ao Seminário vínhamos possuídos de uma atitude que se pode compreender sob facetas diversas. A assimilação do problema que acima referimos, já feita ao nível do consciente colectivo da comunidade, não irrompeu sùbitamente na vida do seminário: ela foi fruto de um longo amadurecimento na tentativa duma resposta cada vez mais pronta e generosa ao mundo em que vivemos. Coexistiu em periclitantes situações com as estruturas insuficientes a que atrás nos referimos e construiu muito, mas não o bastante. E foi sobretudo nos últimos dois ou três anos que o clima se tornou mais gravemente difícil. Por isso a nossa atitude ao voltarmos era a um tempo confiante e inquieta, esperançada e cansada. Tínhamos necessidade de certezas, não tanto no que se refere a realizações concretas, mas no que se refere ao espírito reinante, pois, só ele, pode conduzir àquelas e dar-lhes um sentido pleno de caminho na verdade, na obediência.

Eis-nos chegados ao ponto fundamental desta reflexão. A toda a problemática que temos vindo a expor, o Seminário acaba de receber da boca do nosso Patriarca uma resposta que não queremos nem podemos calar, porque ela é toda caridade, desejo de encontro, confiança, serenidade, diálogo, luz do Espírito. O nosso Bispo visitou-nos duas vezes no início deste ano para nos apresentar as linhas grandes, os princípios fundamentais que hão-de reger a formação dos alunos da nossa casa. Tentaremos colocar essas linhas na perspectiva de resposta, que são, a alguns problemas básicos da formação do padre de hoje. Seguindo a orientação das palavras do nosso Prelado, abordaremos sucintamente dois temas: o do crescimento da pessoa e o da cooperação na autoridade.

Gostam alguns dos nossos contemporâneos de afirmar que «o homem não é, faz-se». Sem dúvida a verdade tem o seu lugar numa tal afirmação. O homem de hoje compreende cada vez mais e melhor que ser verdadeiramente homem não é experimentar-se dsde sempre como plenitude do seu ser, mas é caminhar, progredir, crescer na construção de si próprio. E o cristão sabe mais: sabe que ser homem cristão é caminhar para atingir «a plena estatura do homem em Cristo». O crescimento é sinal de vida e se, porventura, algum homem ou instituição humana deixa de aceitar a lei do crescimento,

torna-se estéril. O homem tem de crescer para ser ele próprio na busca da singularidade intelectual, espiritual e emocional a que é chamado por Deus. A Igreja tem de formar padres sequiosos desta identidade da pessoa, que tanto dinamiza as vidas humanas dos nossos tempos, e tem, consequentemente, de lhes dar possibilidades de caminhar nesta procura. Para nós, a resposta está nas palavras do Senhor Cardeal Patriarca: «o Seminário visa a formar adultos, a descobrir a singularidade de cada um para actuar com força de carácter, com sentido de responsabilidade, com sentido do risco... O Seminário oferece-vos uma família na qual podereis ser vós mesmos, comunhão em que podeis ir crescendo no que tendes de próprio, de qualidades, de aspirações profundas». Aqui está proclamado um autêntico personalismo cristão como linha fundamental na orientação do Seminário. Aqui se aceita, e utilizamos ainda uma expressão do Senhor Patriarca, que sejamos «criadores de nós mesmos»: «Não sois espectadores, não estais aqui para deixar-vos fazer».

É evidente que um tal estabelecimento de princípios nos conduz naturalmente a consequências de longo mas seguro alcance. A nossa formação de homens, cristãos e padres, que exige um progresso constante na afirmação de nós próprios, na configuração com Cristo Senhor e na aquisição da alma de pastores, não pode mergulhar as suas raízes num contexto existencial diferente do actual, em que os obstáculos à vida cristã são completamente diferentes dos de outro tempo e situação. Referimo-nos à revisão que foi levada a cabo, e continuará a ser, de toda uma estrutura disciplinar, escolar, de vida de oração e de inserção pastoral dos seminaristas que já não correspondia às exigências concretas da formação do pastor de hoje para o rebanho de hoje. As realidades oração, estudo, disciplina e inserção pastoral estão a ser colocadas no nosso Seminário num espaço, tão livre quanto o permite uma comunidade permanente de duzentas pessoas, em que possa movimentar-se a nossa iniciativa responsável.

A vida dos homens não se pode policopiar a partir de fórmulas feitas que alguém, ainda que sàbiamente e de coração recto, julgue ideais. O regulamento ideal é o que tem poucas regras, mas, estas, firmes e libertadoras. Na verdade, o autêntico crescimento do homem faz-se — é este o grande segredo — a partir do interior. Por isso nenhum regime extremo, ausência e estruturas ou rigidez de estruturas, forma homens adultos: o primeiro conduz a caracteres psicològicamente fracos, sem capacidade de adaptação e adesão pessoal à sociedade, e o segundo a conformistas ou a revoltados. Um inquérito feito a padres hospitalizados nos Estados Unidos da América verificou

que setenta e sete por cento declaravam abertamente terem conhecido durante o tempo de seminário problemas como: desiquilíbrios afectivos, dúvidas sérias e prolongadas sobre a vocação, desiquilíbrios sexuais, conselho dos padres a abandonar o seminário, problemas com a autoridade, escrúpulos patológicos e crises de angústia (1).

Este e outros dados só por si justificam que, na estruturação duma vida de Seminário, se defendam princípios de construção pessoal no desabrochar duma capacidade criadora. Toda a sã higiene dos sentimentos ensina que o homem tem de começar por conhecer, integrar e interpretar a significação das suas emoções sob pena de não estar nunca apto a exercer controle sobre elas.

Um tal tipo de educação tem necessàriamente consequências pastorais. O mandamento do Senhor de amar o próximo como a si mesmo (cf. Mt. 7, 12) implica que o homem há-de estabelecer consigo mesmo uma relação sã, pois ela é modelo de todas as outras relações. Os homens de hoje querem padres próximos deles e verdadeiramente empenhados. E esta função pastoral só pode ser realizada por uma personalidade que encontrou a sua unidade. O tempo de seminário tem como um dos seus fins primeiros conduzir a esta unificação pessoal.

Estamos convencidos de que um dos grandes problemas do clero do nosso tempo resulta de uma atitude pessoal para com a autoridade que nunca evoluiu de forma feliz. Vulgarmente os seminários regeram-se pelos sistemas de legalismo e autoritarismo e, à custa da auréola de sagrado das regras em que éramos obrigados a pôr toda a nossa capacidade de consciência fielmente humilde e generosa desviámo-nos do essencial. O permitido e o proibido eram conteúdo permanente do nosso esforço ascético. Não duvidamos de que seja válido aceitar sem compreender, mas não será caro de mais o preço da destruição interior que nos torna ineficazes para uma vida de pessoas ao encontro de pessoas? O Senhor Patriarca citou Mons. Garrone que há pouco tempo enunciou os três principais defeitos dos seminários nas estruturas que têm vigorado: desarmonia entre estudo e vida, falta de diálogo, quer entre padres e seminaristas, quer entre os próprios seminaristas, e, finalmente, a falta de intimidade com Cristo. Ao tocar o problema do diálogo entre padres e seminaristas necessàriamente se encara de frente o problema da autoridade, pois que esta tem de ter o seu ponto de partida num encontro franco, leal.

(1) R. McAllister e A. VanderVeldt, Factors in Mental Ilnesses Among Hospitalised Clergy, in Journal of Nervous and Mental Diseases CXXXII, Janeiro 1961, pg. 84.

«A autoridade é convite, sobretudo apelo, caminho aberto, mas tereis que caminhar pelos vossos próprios pés integrando os valores que ides descobrindo.» Estas palavras do Senhor Cardeal-Patriarca são um programa de vida em comum no seminário e na medida em que este lhe for activamente fiel responderá às necessidades profundas do clero do nosso tempo. Nós temos necessidade de participar activamente — «o que sou eu se porventura não participo? Para ser, tenho necessidade de participar», dizia St.-Exupéry — na criação no seminário de uma atmosfera aberta e feliz em que possamos ser homens desabrochados e cristãos apaixonados por Cristo. Como disse o nosso Bispo, nós temos consciência de ser «corações que se abrem para amar e ser amados, corações que se dão, que se comprometem, que optam por Cristo». Precisávamos do convite para o fazermos na verdade, na comunhão com o nosso Bispo e os nossos padres e, agora que o temos, iremos para a frente respondendo à primeira palavra que este ano nos foi dirigida por Sua Eminência: «peço-vos que coopereis». É uma palavra de atenção aos sinais dos tempos, de compreensão profunda do mundo e dos homens de hoje. Quantos jovens não lutam porque se lhes diga essa palavra simples e vital: tendes um lugar na construção, cooperai!

A vida do Seminário recomeçou caminhando no «aggiornamento», agora reanimada, revitalizada, cheia do «ar fresco» que João XXIII disse faltar à Igreja. Não lutamos com os problemas pelo prazer de lutar: fazêmo-lo porque sabemos que quando estagnarmos seremos estéreis. Quanto gostávamos que todos acreditassem em nós!

Um novo espírito de confiança e alegria reina entre nós, mas se caminhamos em vida, sabemos também que tocaremos o risco e suportaremos a cruz. Mas o que é o homem sem risco e o cristão sem cruz? O Senhor Patriarca encontrou uma forma corajosa de definir as nossas profundas aspirações e angústias: «No meu tempo nós éramos seguramente mais dóceis, mas éramos mais passivos, menos generosos, menos dramàticamente empenhados.» Foi intencionalmente que adjectivámos de corajosa a comparação de Sua Eminência porque ela revela confiança, solicitude, amor. O nosso Patriarca acredita em nós, acredita que o nosso empenhamento é doação a Cristo e à Igreja, é entrega sem condições de egoísmo.

O nosso Reitor soube em toda a lealdade definir o programa que levará à concretização dos grandes princípios que nos regem. São três os pontos do seu e nosso programa: estudo, diálogo e observância. O estudo é a afirmação de quem não

sabe tudo e isso é sinal de vitalidade, de juventude; o seminário propõe-se estudar-se para se construir, isto é, para formar padres cada vez mais «firmes na Fé, presentes no mundo e eficazes nas obras». O diálogo é o compromisso de encontro entre quem abre caminhos e quem neles caminha por seu pé (são palavras do Senhor Reitor: corrigi os nossos erros oportuna e inoportunamente) e estende-se a todas as vontades boas a quem de qualquer modo atinja o problema da formação sacerdotal. Finalmente, a observância é o justo direito que tem uma instituição que séria e conscientemente se propõe estudar e dialogar, de ser estimada e obedecida.

Estamos já a caminhar confiantes, fortalecidos, certos de que somos sobretudo construção do Senhor e nossa. E se Ele está connosco, que há a temer? Nos tempos difíceis seremos como «esses peregrinos a quem o deserto não atormenta, embora os faça sofrer, porque já habitam de coração na cidade santa». Não esqueceremos nunca as palavras do Santo Padre: «a Igreja encontra a sua força no sofrimento paciente, na obediência fiel, na simplicidade austera, na imitação de Cristo crucficado».

★

maturidade

pistas para uma reflexão

A. SANTOS

o fenómeno em si

1. Diz-nos a experiência que muitos frutos da natureza não chegam a amadurecer. Este fenómeno verifica-se também à escala humana. Há homens que se mantêm imaturos durante toda a vida! Sempre assim foi; no entanto nos nossos dias parece-nos que se encontram com mais frequência estes casos.

2. É compreensível: o homem só se realiza na medida em que se projecta, em que «é» frente ao mundo, em que toma atitudes perante o mundo que o rodeia. Mas porque esse mundo se encontra em acelerada mutação, será mais difícil ao homem não deixar submergir nesse caudal impetuoso o seu próprio ser. Custar-lhe-á mais do que nunca colher a sua própria realidade, a sua linha de ser (não estática, mas dinâmica) através do ritmo veloz do mundo que tende a fazer dele mais um autómato.

Será o fenómeno da massificação com tudo o que para ele concorre: o tecnicismo, a força quase irresistível da propaganda ao serviço de interesses vários, etc.

São mais frequentes hoje frases como estas: «diz-se», «toda a gente pensa assim», «dizem que é preferível», etc. E o perigo maior é que quase não há tempo para uma reflexão pessoal!

3. Mas não haverá que procurar a causa do fenómeno da imaturidade ùnicamente fora de si mesmo.

Não impedem menos o processo sempre lento da maturação:

a) o receio ou o medo, por vezes ridículo que cada um tem de se encontrar de frente consigo mesmo. Não será um índice deste sentimento de fuga, o facto de se preencher totalmente, ou com música transistorizada ou com a leitura de livro policial aqueles momentos em que normalmente se estaria só consigo mesmo: o fim do dia, a viagem no eléctrico ,etc.

b) Outra dificuldade será a preguiça natural em tomar sobre si o seu próprio problema, na tentativa de o equacionar conforme os dados das convicções pessoais. Por vezes, dá-se tempo ao tempo e há coisas que o tempo não pode fazer pelo homem.

c) No entanto, o maior obstáculo a este processo de maturação será a dificuldade em superar a tensão existente entre aspirações profundas e por vezes divergentes, (outras tantas fontes de energia) que poderão desagregar o homem em vez de construir o seu ser na procura da unidade. Assim, vemos homens que hoje se deixam conduzir por uns objectivos, amanhã por outros completamente contrários. Tudo isto porque não se atendeu serenamente ao sentido que deveriam seguir as forças diferentes nem se reflectiu com o fim de encontrar o ponto de convergência para que elas se encaminham.

d) Uma certa espiritualidade «de sobreposição», que ignora ou aniquila algumas destas energias interiores, formou indivíduos «estratificados», que são artificiais, como o ambiente que por vezes os mantém.

e) Não será menor obstáculo à maturação uma certa espritualidade «juridicista» em que o homem faz seu ponto de apoio a linha nunca totalmente delimitada dos direitos e deveres, sem que se tenha apropriado e apoiado antes, na força dinâmica que está para além dessa linha de demarcação, no fundo a «Caritas Christi» que «urget nos». Na realidade o querer-se estar «em dia» com todas as regras, poderá ser um fruto do amor que cria uma evasão: um tentar apoiar-se fora de si mesmo.

f) Será sintoma desta imaturidade o desajustamento entre a vida e o «rito», isto é, o sagrado, como se a própria vida não fosse já sagrada em si mesma; a necessidade que têm certos homens, adultos, no que se refere ao mundo, de se apoiarem no sacerdote. Claro que não nos referimos aos aspectos em que é indispensável uma norma hierárquica.

atitudes positivas

1. Parece-nos que a primeira atitude será uma tomada de consciência da situação em que cada um se encontra e, ao mesmo tempo a certeza de que jamais será possível alcançar a maturidade perfeita, como se fosse caso de se atingir um ideal estático. Cada idade do homem terá a maturidade correspondente. É necessário que o homem se encontre numa linha de evolução, consciente de que **maturidade** supõe **progressividade.** Pomos em dúvida se aqueles que dizem ter resolvido todos os problemas pessoais, alguma vez terão resolvido algum.

2. Esta tomada de consciência pôr-se-á numa linha de responsabilidade pessoal e inalienável, fazendo convergir todas as forças interiores no sentido em que cada homem livre e conscientemente se determinou.

3. Não será possível atender tal objectivo sem uma atitude de busca da verdade que liberta, sempre para além de si mesmo, das suas limitações pessoais. Portanto, numa abertura a todos os homens, pois cada um traz em si uma parcela da Verdade Total.

4. Sem a graça, **que Deus concede ao homem de modos tão distintos,** não será possível a cada um esta superação de si mesmo na procura de uma perfeita harmonia, pois o homem foi vulnerado na sua origem. Daí uma atitude de humildade e de oração.

5. Diremos portanto, referindo-nos agora ao cristão, que ele só conseguirá, ou mais exactamente, estará em vias de conseguir a maturidade, na medida em que fizer centro e eixo da sua vida o próprio Cristo, «pedra angular de toda a construção».

Apoiar-se-á n'Ele a ponto de dizer com o Apóstolo «posso tudo n'Aquele que me conforta». Daí uma atitude de coragem e confiança porque o Senhor venceu o mundo. Não são do mundo de hoje os que se deixam dominar por medo dele.

6. Referindo-nos ao sacerdote, diremos «a priori» que ele caminhará para a maturidade pessoal na medida em que fizer a unidade entre o homem, o cristão e o padre, isto é, na medida em que o seu sacerdócio for ao mesmo tempo serviço dos homens (portanto de si próprio também) e de Deus.

sintomas negativos

Depreender-se-á pelas reflexões que são sintomas de imaturidade:

1. O procurar pontos de apoio exteriores a si mesmo: «as vedetas», «os ídolos» sejam eles transformados em mitos ou deificados, ou «ideias-modas» mais ou menos alucinantes, no fundo a realidade

é a mesma. Veja-se como tal adolescente vive à sombra de tal artista. Haverá também adultos esperando sempre a última novidade!

2. Será outro sintoma o não aceitar serenamente as derrotas e os fracassos inevitáveis na evolução do homem. Não haverá infantilismo na apresentação de determinado tipo de heróis, quase impecáveis?

3. Outro sintoma será a recusa de aceitação (não dizemos conformismo) das limitações da época em que cada um vive, da comunidade em que se está mergulhado, ou do grupo social a que se pertence. Estas limitações são uma fonte de vida, na medida em que despertem energias que levam à comunicação entre os homens.

No entanto, seria repudiar o que há de mais básico no cristianismo não aceitar antes de mais, o mistério de morte e de ressurreição. E para chegar a esta é necessário passar por aquela. Este mistério redentor há-de realizar-se diàriamente até ao fim dos tempos, não apenas nos altares mas em cada um de nós mesmos. Quantas perturbações na Igreja por não se aceitar a condição «de morte» (porque também é humana) como condição de passagem «à Vida»; claro que são responsáveis, mesmo perante Deus, os que hipotèticamente impeçam o ritmo da «vida», como aqueles que a ela queiram chegar isentos da condição mortal.

outras reflexões pastorais

Numa vida pastoral, tendo presente o que acima dissemos, será útil reflectir ainda no seguinte:

1. Poderá ser sintoma de imaturidade certa construção pastoral à base de movimentos e iniciativas apostólicas «mistificadas», ou de experiências pastorais alheias, nem sempre aplicáveis à realidade que se vive. Como o homem do Evangelho é necessário calcular, examinar a situação concreta, e os dados de que se dispõe, para não construir sobre a areia.

2. São consequência da imaturidade de quem não acertou ainda no caminho da resolução dos problemas pessoais, certas atitudes em que se projectam sobre as pessoas esses mesmos problemas, defraudando-as assim, naquilo que elas esperam do padre. Concretamente: certo psiquiatra que se deu ao trabalho de escutar as pregações numa cidade cosmopolita, concluíu, talvez com exagero, mas com certo fundamento, que 80% dos sacerdotes projectavam sobre o auditório problemas pessoais.

3. Será igualmente sintoma negativo o recorrer-se consciente ou inconscientemente na vida pastoral, a certo tipo de autoridade bem

perto de um autoritarismo clerical. Tal atitude será frequentemente fuga aos verdadeiros problemas e aos meios mais aptos para os resolver.

4. Tanto o nivelamento total do padre com os leigos, como o seu isolacionismo, poderão ter a mesma raiz: uma defesa da pessoa, que se procura diluir na massa no primeiro caso e, no segundo, fugindo porque teme integrar-se num meio estranho que lhe levantará uma problemática mais vasta.

Não haverá que situar aqui algumas dificuldades no trabalho pastoral com homens adultos, (que querem manter-se leigos e não um clero de segunda ordem)?

5. Porque, como se disse acima, será na abertura aos outros e ao mundo que cada um encontrará o seu ser de adulto. É necessário fomentar uma revisão de atitudes, em trabalho de equipa. Aquele que não tem ninguém perto de si que possa rever a sua acção terá maior dificuldade na maturação pessoal; aquele que pode contar com um pequeno grupo para este trabalho, terá maiores possibilidades.

A abertura à pastoral de conjunto nos nossos dias não se deve explicar só por motivos de ordem teológica (a unicidade da Igreja), nem de ordem sociológica (concentração de esforços), mas também por verdadeiros motivos de ordem psicológica.

Algumas reflexões sobre o militante da J. A. C.

JOSÉ DE OLIVEIRA GUIA

As «reflexões» que a seguir se apresentam, não pretendem ser mais do que isso mesmo: reflexões. São produto de alguma (muito pouca) experiência colhida do trabalho de alguns anos na Direcção Diocesana da J. A. C. do Patriarcado.

Foram escritas antes da nomeação da Comissão de reestruturação da A.C.P. o que tornará irrelevantes algumas observações aqui feitas. Algumas outras, contudo, parece-nos poderem considerar-se actuais.

Inclusivamente, a sugestão apresentada para o estudo, em termos sociológicos, do apostolado na A.C., parece-nos ter já merecido do Episcopado Português algumas disposições concretas, ainda não tornadas públicas.

O objectivo das linhas seguintes é apenas o de incitar todos os dirigentes leigos da Acção Católica Portuguesa a escreverem e tornarem públicas as suas próprias reflexões. Cito, para não alongar, apenas duas consequências utilíssimas: adquirir o saudável hábito de reflectir (e nós, portugueses, somos tão pouco dados a isso), o que daria mais sentido e outra riqueza ao nosso apostolado; e prestar mais um serviço concreto, a toda a Igreja, naturalmente, mas de forma especial aos nossos Bispos e Padres que, para além do seu reduzido número se encontram assoberbados com milhentos outros problemas.

O militante é a «partícula elementar» da estrutura da Acção Católica. Esta simples observação pode conduzir-nos, desde já, a afirmar que para ele deveriam orientar-se os esforços mais intensos e as melhores disponibilidades, no sentido de o **definir**, o **situar** e o **orientar para a acção.**

Estabelecendo um raciocínio por analogia — e, parece-me, não despido de realismo — entre o que se passa com a estrutura da matéria e as suas partículas elementares, e o que se passa no corpo (organizado) que é a Acção Católica e os seus militantes, logo ressalta a extrema dificuldade que reveste um trabalho do tipo que se propôs: isto, porque é nas partículas elementares que se encontram ainda para a ciência os maiores mistérios, as maiores hesitações, as grandes dúvidas, embora também as melhores esperanças e as mais dilatadas perspectivas. A ciência debruça-se sobre as partículas elementares, porque é na sua misteriosa intimidade que reside a explicação para o comportamento sensível das estruturas materiais — para as propriedades físicas e químicas da matéria.

Por vezes os cientistas surpreendem-se, no seu estudo, pelo facto de os comportamentos esperados não serem os que, na realidade, se verificam. Desconcertam-se, e têm extrema dificuldade, em muitos casos até impossibilidade em estabelecer **leis** para definir o comportamento das partículas elementares.

Pois quem poderá negar que o mesmo se passa com os militantes da A.C. — com o militante da J.A.C.? Mais ainda: quanto mais complexo não é o estudo do militante e do seu comportamento, comparado com o dos protões ou o dos electrões? Se estes são desconcertantes, quanto não mais aquele? A medida desta diferença é a que vai do **ser** para a **consciência de ser.**

Vimos assim que é o comportamento das partículas elementares que determina o comportamento sensível das estruturas materiais. O movimento é, portanto, **do elementar para o complexo.** Fixemos a atenção neste facto, que pode ajudar-nos a concluir algo daqui a pouco.

Estabeleçamos outra analogia, entre a estrutura de um cristal, com as suas simetrias, o seu equilíbrio, e o quadro que representa a estrutura da A. C., com os seus organismos e organizações, direcções, secções, etc., encabeçadas pela Junta Central.

Não há dúvida que, olhando para este quadro se tem a mesma sensação de equilíbrio que ao olhar para a fotografia do cristal. Até há simetrias...

Para o cristal assumir uma tal configuração, houve influências exteriores (pressão, temperatura, etc.) actuando sobre os átomos e as moléculas, levando-as a disporem-se de determinada maneira. Quero dizer que o «meio ambiente» actuou sobre as partículas, e estas trataram de tomar posições tais, que lhes garantissem a sua **estabilidade** e lhes permitissem **continuar a existir como corpo** — a ser. Portanto, em face de condições ambientes novas, a **condição de sobrevivência** é a **reestruturação.**

Pela segunda vez fixemos a atenção neste facto, que também nos irá ajudar mais adiante. E voltemos às partículas elementares. Uma digressão muito breve, apenas para referir um fenómeno que é do domínio da ciência e que, em tempo de bombas atómicas e bombas nucleares, também não é estranho ao vulgar cidadão. Trata-se da **transmutação** dos elementos. Quer dizer: um elemento «bombardeado» por **partículas estranhas** à sua estrutura, vê esta alterar-se, mudar-se (transmutação), porque a energia de **choque** é superior à energia de ligação das suas partículas — à energia que sustenta a sua estrutura.

Quem pode negar que o militante da J.A.C. está sujeito a estes «bombardeamentos» do exterior? E nem sempre a sua **energia de ligação** lhe permite resistir e manter a própria estrutura e, portanto, a estrutura do movimento.
E nem vale a pena falar da radioactividade, que é uma transmutação **...espontânea!**

à procura de um militante

Espero que me tenham perdoado esta digressão pela física. Pretendi, tão só, dar um esqueleto às minhas reflexões, e, assim, facilitar o meu próprio trabalho e, porventura, o esforço de quem se dispuser a ler estas linhas.

Numa primeira fase das minhas reflexões posso resumir a perspectiva em que me encontro, do seguinte modo: perante alguns tecidos necrosados de que já enferma a nossa A.C. (recordo que tenho em vista, especialmente, a J.A.C.), parece-me que há lições elementares — buscadas até nas mais ingénuas reflexões sobre a natureza — que é necessário considerar, sob pena de nos embrenharmos em renovações de grande envergadura... que não passam do papel.

Há algum tempo numa das minhas apetecidas digressões aos arquivos da Direcção Diocesana, dei com algumas publicações de há uns quinze anos: boletins de dirigentes e de militantes, boletins da A.C., jornais, etc. A curiosidade de os devassar fez-me gastar umas boas horas, mas não dei o tempo por mal empregado. Estava interessado em bibliografia sobre o militante da J.A.C., afim de

elaborar um trabalho que me tinha solicitado. Folheando, dei de caras com um artigo de algumas páginas, sobre o militante, em que se falava das qualidades, dos deveres e da missão do militante da J.A.C.. Rejubilei! Aquilo era **tudo** o que se podia dizer! — Júbilo tanto de satisfação por ver a minha tarefa facilitada, como de admiração por encontrar — enfim! — alguma coisa escrita sobre elementos concretos da Acção Católica. A bibliografia sobre temas técnicos é quase nula — e a que existe anda dispersa por publicações e publicações de vários organismos.

Comecei a ler o artigo com entusiasmo. Entusiasmo que foi esfriando à medida que avançava. Falava-se nas **qualidades** do militante, e eu lia: generoso, caritativo, puro, perseverante, etc., etc., Falava-se na **missão** do militante, e eu lia: «viver a vida do meio, transformar cristãmente as estruturas, chefe natural, o melhor em tudo...»

Pensei nos militantes da J.A.C. da diocese de Lisboa. Pensei em mim e nos meus dirigentes diocesanos. Pensei mesmo («ousadamente?) em alguns dirigentes superiores da A.C.. Pensei, e senti um tal desfasamento entre o que ali se escrevia e a realidade, que resolvi não prosseguir a leitura.

Era «lindo» o que ali se escrevia — e comparei com certas lições de certo curso para dirigentes diocesanos da J.A.C.. Veio-me o Eça à memória: «sobre a cruel nudez da verdade, o manto diáfano da fantasia».

Claro que é mais fácil teorizar. No sentido de ir aos escritos do início da A. C., tirar de lá dois ou três **princípios,** percorrer as encíclicas ou mensagens dos Papas em que haja referências à A. C., tirar mais uns quantos **pontos clássicos** em livros sobre o apostolado dos leigos, falar no ver-julgar-agir, citar umas frases de Cardijn pelo meio — e eis um «belo» artigo sobre a A.C., uma «profunda lição» para os militantes!

Que me perdoem, mas parece-me que, desta ou de maneira semelhante têm sido «arranjados» os mais dos trabalhos sobre a parte técnica da Acção Católica, disseminados por não sei quantas publicações...

A um inegável progresso no aprofundar da doutrina e da teologia tem correspondido um marasmo, uma inactividade absoluta na reforma das **técnicas de acção.**

o militante que não existe

Falar de um militante ideal (caridoso, puro, generoso, perseverante, piedoso, etc., etc.) — falar deste militante há trinta e dois anos! — e, sobretudo, elaborar **planos de acção** e **exigências de**

piedade a pensar neste militante **que não existe** (louvado seja Deus se há excepções) é, decididamente, construir castelos no ar... Apresentá-lo como ideal a atingir, compreende-se; agora continuar a fazer cursos e a apontar por outros meios aos dirigentes a necessidade de escolher para militantes os rapazes com «aquelas» qualidades...

Ensinar intensivamente isto a um presidente de secção das nossas freguesias rurais é, em primeiro lugar, criar-lhe problemas de consciência. (Pois se mos criam a mim!). Ele, presidente, faz um exame de consciência e verifica que não reúne aquelas qualidades. E, de duas, uma: ou sente que não merece o lugar, «que não presta para aquilo», e procura sair, quando não se relaxa no trabalho; ou passa por cima desta reflexão sobre si próprio e procura encontrar os tais militantes ideais. Muito provàvelmente não encontrará nenhum. E a questão volta a pôr-se: ou fica sem militantes, e a secção morre; ou **arranja** cinco ou seis que vão ser, a partir daí, massacrados com «as qualidades do verdadeiro militante», em reuniões e mais reuniões, em cursos e mais cursos... O vulgar dos mortais reage negativamente a este sistema de ...«formação». Apontam-lhe um ideal — muito bem! Mas não o ensinam, na prática, no concreto da sua vida e das suas preocupações, a caminhar para esse ideal. Ele precisa é de resposta para os seus **problemas imediatos** e para os problemas do seu meio. (Ah, e eu tenho a certeza que a A. C. pode dar-lha). Em vez disso, sente-se um tíbio porque não vence na luta pela pureza, um despersonalizado porque não tem plano de vida, um infiel porque não reza todos os dias as orações da «vida espiritual mínima do bom militante». Pelo menos é assim que ele ouve chamar, nos cursos e nas reuniões aos tipos fracos. (Ele é um destes — pensa, porque se conhece). Então, começa a sentir-se enjoado. Começa a sentir-se a mais. Pensa que não serve para aquilo. Daqui ao abandono é um passo. Ou então, se não se rala, aí temos um ilustre medíocre!

Estas exigências de militantes perfeitos fazem-me lembrar —'a sorrir, desculpem a sinceridade sem ironia — o drama de tantas raparigas do nosso meio rural que, tendo vocação para o matrimónio, rejeitam namorados e deixam correr os anos na esperança de que lhes surja o **virtuoso** que lhes talharam nos cursos, reuniões e... (certas) direcções espirituais. É claro que **o perfeito, o acabado** — o ideal! — jamais o encontrarão, pelo simples facto de que... não existe! E aquelas tristes, à espera do príncipe encantado, vêem chegar os cabelos brancos. É inegável que viverão pelo resto dos seus dias a amargura de uma frustração.

Eu não hesito em atribuir, relativamente a estes casos, graves responsabilidades aos tais cursos, às tais reuniões da A.C. e mesmo às tais (certas) direcções espirituais. Encheram as raparigas de

«modelos», de exigências, e, ao fim e ao cabo, acabaram por lhes fornecer uma «amostra sem valor». Faltou sobretudo realidade à formação que pretenderam dar. Porquê não ensinaram antes às raparigas os modos de corrigir os defeitos dos futuros (ou dos presentes) namorados, de os aperfeiçoar, de os moldar, em vez de as embalarem e de as mentalizarem para uma atitude de pura expectativa (crítica), à espera do «produto acabado»?

É por isto, claro, que não me admiro nada de encontrar tantas raparigas solteiras na A.C. e, nomeadamente, na J.A.C.F.

Penso que este exemplo é elucidativo do efeito prático que têm as «lições» e toda a formação técnica, em geral, em termos de puro idealismo, na vida dos militantes.

vamos descer à terra...

O militante ideal — que é **do meio,** que **vive a vida do meio,** que é **chefe natural,** que transforma cristãmente as estruturas do meio, e que junta a **tudo** isto uma estatura espiritual modelar — não existe! — Conhecem excepções? Graças a Deus! — Confirmam a regra.

O que existe realmente na nossa J.A.C. é um de três tipos, que às vezes coexistem:

— o **«bonzinho»,** que vai à missa, comunga, não frequenta bailes, dá catequese... e às vezes é o sacristão lá da terra. (É o da preferência generalizada dos párocos).

— o **medíocre por excelência:** humanamente sem aspirações, espiritualmente débil, apostòlicamente nulo. Faz número.

— aquele que eu chamarei **«tipo fixe».** Faz as suas asneiras, às vezes é calão, nem sempre corresponde a tudo o que se lhe pede, mas é um rapaz de permanente boa vontade e espírito de serviço. É activo, tem ideias, mexe-se, «desenrasca-se». Espiritualmente, «vai a caminho», como todos nós. Humanamente tem ambições, sobretudo quanto a valorização profissional, melhoria das condições de vida e escolha da namorada.

É portanto com este «material humano» que temos de trabalhar (1). E parece-me que estamos um tudo nada longe do tal ...modelo de militante! Haveria de considerar-se ainda os tipos intermédios e um outro a que chamarei **potencial:** humanamente brilhante, espiritualmente por descobrir, com prática religiosa nula (ou quase) e

---

1) «Cristo Senhor N. utilizou os não perfeitos, como a Samaritana, para o seu apostolado. São os chamados apóstolos intermediários que, no meio da sua ascensão para a plenitude cristã podem realizar óptima obra de influência apostólica...» (Diamantino Gomes no Boletim da A.C.P., N.º 161, pg. 70).

uns namoricos, coleccionados por efeito da sua irreverência, que lhe valem conceito moral desfavorável junto do pároco e das «velhas paroquianas»...

Este, sim, é o **chefe natural.** Mas ainda não nos ensinaram a integrá-lo e a conquistá-lo para a J.A.C.. A maior parte das vezes nem é por isso; trata-se de preconceitos locais que impedem de tentar (quanto mais de consumar!) a conquista (2). Mas adiante.

Tenho para mim, portanto que uma pedagogia aplicada ao militante deverá ter em conta o tal «tipo» que faz asneiras, que lha, que cai, que tem problemas de namoro, de vida familiar, de profissão, de recursos económicos. Este é que é o **militante real** — aquele que é a «partícula elementar» da estrutura da Acção Católica. É este rapaz, que está sujeito a pressões, a influências, a tentações, que, em última análise, realiza a Acção Católica. É ele que está em contacto directo com a massa. É ele que sente as dificuldades desse contacto e toma consciência das deficiências da formação técnica, espiritual e humana que recebeu (3).

A Acção Católica só **começa a ser** quando o militante actua. **Até aí,** todo o trabalho de elaboração, de planificação, de estruturação, realizado pela complexa rede de direcções superiores, poderá ser, quando muito, um **serviço para** a Acção Católica; mas não é, com propriedade, **Acção** Católica.

Estas observações poderão parecer subtilezas — e até são discutíveis, naturalmente — mas destinam-se a preparar uma afirmação de extrema importância e que denuncia, em meu entender, uma **deficiência de base** na «mentalidade dirigente» da Acção Católica: **as direcções superiores existem** para servir **o militante, para preparar** e orientar a sua actuação (4), para responder às suas dificuldades, mais do que para leccionar do alto da cátedra e reclamar a «fidelidade» como sustentáculo da estrutura da Acção Católica. É muito por efeito desta mentalidade «mandona» que se assiste, ainda hoje, à elaboração de planos e promoção de iniciativas sem consultar, sem ouvir primeiro a base — o militante! Resultado: fracasso quase rotundo.

---

2) Cf. «Para realizar a Acção Católica», pg. 16.

3) O Dr. Narcizo Rodrigues, no artigo «A educação dos leigos para o apostolado», publicado no Boletim da A. C., N.º 376, pgs. 31-36, denuncia, com a sua autoridade incontestável, as deficiências do **tipo de formação que os leigos recebem,** e afirma que, à luz dos decretos conciliares, «alguma coisa há a rever no esquema de formação dos leigos».

4) Cf. Diamantino Gomes, no Boletim da A.C.P. N.º 161, pg. 68.

E o mal é que não se trata só do fracasso em si. Não foi apenas alguma coisa que se deixou de fazer; foi um golpe no entusiasmo do militante, que arrefeceu a sua chama, e uma falta de confiança que se gerou relativamente às iniciativas das direcções superiores. Estas consequências, que são reais, embora muitas vezes subconscientes, têm efeitos imprevisíveis no comportamento futuro do militante.

Recordo aqui a primeira reflexão que fiz no início deste trabalho, baseada na analogia com as estruturas materiais. As propriedades físicas e químicas da matéria— o seu «comportamento» — são **reflexo** do comportamento das suas partículas elementares. O movimento dá-se do elementar para o complexo. Assim, também aqui desejaria exprimir o desejo de que **as direcções superiores, antes de elaborarem programas de actividades, desçam à base, ouçam, auscultem o sentir, as dificuldades, as preocupações e os desejos daqueles que, afinal, irão pôr em prática os planos laboriosamente concebidos**... (5) O general que estabelece tácticas sem contar com os homens de que dispõe, quer em número, quer em aptidão física, quer em destreza técnica, está condenado, muito provàvelmente, pelo menos, a não ganhar a batalha...]

formação e formação do militante real

O militante da J.A.C. — todos o sabemos, mas convém que o retenhamos — não é uma peça de máquina. — É uma pessoa! E, ainda por cima, uma pessoa que atravessa o período mais instável da sua vida: a adolescência (6). Independentemente do trabalho na Acção Católica e das solicitações que isso possa constituir para a sua vida, o nosso militante procura, ele próprio, o seu equilíbrio. Anda em busca de estabilidade. Como não achar natural que ele seja também instável no trabalho da J.A.C.? Então, porquê apontar-lhe com «modelos»? — «Olha: tu tens de ser **assim**». Apresentados desta forma, rejeita-os, porque sabe que **ele** não é **assim**...

A orientação deverá ser a de lhe falar claramente das dificuldades que ele enfrenta. Dizer-lhe que as suas fraquezas, as suas quedas são naturais. Dizer-lhe que se levante, que lute, que seja teimoso, mas que não se convença de que é um «falhado» e de que não

---

5) Teòricamente, esta auscultação está prevista, e far-se-ia através de Relatórios elaborados a partir das discussões de secção. Mas a experiência diz que é impraticável um tal processo. Pois se grande parte dos nossos filiados mal sabe escrever o seu nome..., quanto mais elaborar ideias que ele «sente», mas é incapaz de traduzir por escrito!...

6) Sobretudo na J.A.C. este factor tem sido de influência dominante. O serviço militar prolongado afasta os rapazes das suas terras no período em que mais úteis poderiam ser ao movimento.

serve para militante. Em resumo: a pedagogia que me parece indicada é a de aceitar o rapaz tal como ele é (7). — E aceitá-lo como **militante!**

Isto envolve riscos, naturalmente. Como tanto se insiste nos tais cursos e nas tais lições, o **bom exemplo** é uma arma poderosa no apostolado. Quem o nega? Resta definir o que se entende por bom exemplo.

É bom exemplo o testemunho da vida do «militante» do 1.º tipo: beatinho, sem frequentar bailes, talvez ajudando à missa, mas um mole quanto a espírito de iniciativa, um inapto profissionalmente, um envergonhado, um fechado — uma flor de estufa!

Ou será bom exemplo o comportamento do 2.º tipo, o medíocre, o que «nem enche nem vasa», o que faz número?

E quanto ao 3.º? Ao exemplo do **«tipo fixe»?** — Faz a sua asneira, mas corrige-se. Cai, mas levanta-se. Erra, mas emenda-se. Todos sabem que ele é assim, que também tem defeitos. Contudo, todos vêem, também, o esforço viril que ele faz para se corrigir. E nisto se distingue dos bonzinhos, dos medíocres e dos indiferentes.

Isto é um bom exemplo? — Sem dúvida! Creio mesmo que este é o melhor exemplo. Os bonzinhos e os medíocres «não fazem ondas», não provocam «escândalos», não agitam. Digo: nem para o mal nem para o bem. — Não atingem as consciências!

O exemplo do **tipo fixe** é uma afirmação viril de cristão. Porque os cristãos, naturalmente, também caiem. Nisto são iguais a todos os outros. O que os distingue é o esforço constante para se levantarem, para saírem do charco.

E cabe aqui uma observação que julgo importante: **grande parte do desprestígio em que a J.A.C. caiu deve-se à deficiente mentalidade (mais uma vez os tais cursos, as reuniões, as publicações) que se criou junto da massa, segundo a qual os rapazes da J.A.C. eram exemplares de virtude.** Naturalmente, as asneiras surgiram, os erros apareceram, e eis as vozes que se erguem: «Então aqueles são da J. A. C. e também fazem isto ou aquilo? É tudo mas é uma aldrabice. São como os outros, ora não!»

Perante este coro sobrevieram o desprestígio do movimento (assente ainda noutras razões, é claro), o abandono dos mais válidos, e só ficaram os «bonzinhos» e os «medíocres». Assim a J.A.C. tem

---

7) Isto não implica, naturalmente, que se aceite seja quem for para militante da A.C..

vegetado nos últimos anos, embora, graças a Deus, com tendências — e alguns exemplos concretos — para renascer.

Outro erro que tem agido sobre o militante da J.A.C. é o de pretender-se fazer dele, através de recolecções, retiros, reuniões de espiritualidade, um exemplar de vivência espiritual, com prejuízo das actividades que o levem à acção junto dos outros.

Está dito por vozes autorizadas que não incumbe à Acção Católica promover actividades que visem especìficamente a formação espiritual dos seus filiados (8). A formação dos militantes da Acção Católica — particularmente dos da J.A.C. — faz-se através de uma «pedagogia própria»: **na acção** (Cardijn).

Ainda não há muito tempo, um assistente da J.A.C. me dizia: «Sim, tenho alguns rapazes. Mas como vou pô-los em contacto com os outros, se não têm formação?! Aquele assistente — aliás muito zeloso — não tinha entendido ainda os fins e a missão da J.A.C.. Tinha os seus «rapazinhos» em estufa, «formando-os» com uma reunião semanal de uma hora, a fim de os preparar para o contacto com **os outros.** Não reparara ainda que, «em contacto com os outros» já os «seus rapazes» estavam. Estavam toda a semana, menos uma hora. A tal esperançosa hora de «formação» que se esvaía como fumo... (9).

Penso que os rapazes jamais encontrariam resposta para os problemas concretos dos seus contactos pessoais ou de grupo, na família ou no emprego, na rua ou no café, ouvindo meditações sobre as florinhas de Santa Teresinha...

Claro que a secção aonde isto se passava poderia ser muito católica, mas não era — isso não! — de Acção Católica. Por uma razão muito simples: a Acção Católica só **se realiza quando atinge a massa.** É certo que o limiar da sua acção é o despertar das consciências (10), mas não se pode despertar as consciências sem as atingir.

Eis porque o militante não se realiza na reunião ou na direcção espiritual. Realiza-se, sim, **no diálogo com os outros** rapazes do seu

---

8) Cf. «Para realizar a A.C.», pg. 52.

9) «Se a A.C. pretende formar apóstolos para uma acção na vida — isto é, nas pessoas concretas do seu meio e nos ambientes sociais — há-de partir dessa mesma vida. Se este é o campo da sua actuação apostólica é, por isso mesmo, a grande escola em que hão-de ser educados.» (Dr. Narcizo Rodrigues, Boletim da A.C., N.º 376).

10) A. Maréchal — «A Revisão de Vida» — Ed. Logos — Obs. Eu diria, correndo o risco de não ser ortodoxo, que o limiar da acção é o **esclarecimento** das consciências...

meio (11). Sem esta **acção,** e embora o seu B.I. lhe chame militante, ele pode ser tudo menos isso.

Sendo o ver-julgar-agir — **a revisão de vida** — a alma da Acção Católica, esta só pode ser ela própria quando trata de uma **inserção do evangelho todo na vida real e concreta do militante e da massa que ele deve atingir.** De uma séria revisão de vida resultará uma «admirável escola de vida social, espiritual e apostólica» (Paulo VI).

Seria bom que todos os assistentes da nossa J.A.C. se esclarecessem acerca destes factos, e não contribuissem para fazer de certas secções(?) uma confraria de seis ou sete militantes (?) que se reunem para ouvir meditações sobre a graça, sob a justificação de que, para actuar junto da massa, os militantes precisam de «formação»...

Não negamos o interesse ou a utilidade destas meditações; entendemos — e aliás estamos bem acompanhados — que, se elas foram artificialmente «metidas» na reunião, e não se incarnam na vida, tudo se esboroará (12). Além de que o lugar da **meditação** nas reuniões dos nossos militantes também necessitaria de ser revisto (13).

Com «formações espirituais» deste tipo, não me admira nada que os nossos rapazes não colaborem, uns, e deixem de colaborar, outros, no apostolado (14). É que até a oração e o sacrifício — armas importantíssimas e indispensáveis na vida do apóstolo — surgem, no enquadramento deste tipo de formação (?) como que desincarnadas e sem sentido. Ah, que quando a formação é feita a partir da vida (cf. notas 11 e 12) as mesmas orações e os mesmos sacrifícios revelam-se bem concretos, e são feitos com alegria e o entusiasmo de quem sabe que reza ou se sacrifica **por alguém** ou por **alguma coisa!** É isto que fortalece a tal «energia de ligação» entre os militantes e os defende dos «bombardeamentos» exteriores... Há muito menos razões para temer os efeitos da «radioactividade»...

---

11) A A.C. é uma acção de conquista que não se faz dentro da obra mas, por meio dela, no exterior, em pleno meio indiferente que tem de ser recristianizado... (Con. Tiberghien, em Bulletin des Aumôniers de l'A.C.J.F. — Cit. na «Para realizar a Acção Católica», pg. 16).

12) «A eficiência da pedagogia da A.C. não assenta em discursos ou teorias, mas na Revisão de Vida». (Dr. Narcizo Rodrigues, Boletim da A.C., N.º 376).

13) Pela mesma razão da nota anterior achamos que as «meditações» deveriam ser feitas a partir de casos concretos apresentados pelos militantes, e não de textos mais ou menos teóricos preparados pelo assistente ou publicados nos boletins. Elas resultam quase sempre em exposições áridas, desincarnadas e cansativas. Com o esquema actual, a meditação surge como um compartimento fechado, que dura 10 ou 15 minutos, separado do resto da reunião, o que pode provocar uma falsa separação entre o espiritual e o humano.

14) Cf. Dr. Narcizo Rodrigues em Boletim da A.C. N.º 376 pg. 36.

Falei de formação. Formação espiritual e humana. Melhor: espiritual-humana. Mas confesso que, ao idealizar estas considerações, eu tinha mais em mente recordar a inexistência e afirmar a necessidade imperiosa de trabalhos sobre a **formação técnica** do militante.

É confrangedora — falo pela diocese de Lisboa — a preparação dos nossos militantes para a **actuação directa no meio.** Falo mesmo dos aspectos mais insignificantes dessa actuação, como é o simples convite a um rapaz para participar em alguma actividade. Como abordá-lo? Pessoalmente ou em grupo? Quais as palavras a empregar? Por onde começar?

São questões deste tipo, interrogações desta natureza que confundem e manietam os nossos rapazes. Eles não sabem nada disto. Soa-lhes falso o papel de convidar outro rapaz, que não é da JAC nem vai à Igreja, e as dificuldades surgem ampliadas pelo desconhecimento dos mais elementares princípios da técnica de acção pessoal.

Já não é possível estabelecer-se confusões acerca da missão dos apóstolos. «Ide» — é a palavra de ordem. Um apostolado estático, assente em gestos e práticas de piedade e em manifestações de «virtude colectiva» — como são os almoços anuais para pobres e a distribuição de roupas às famílias mais necessitadas, na festa do padroeiro da freguesia — não é um apostolado missionário, embora tenha inegáveis valores que não ouso discutir. É preciso ir lá onde se vive, onde se sofre, onde há dificuldades e hesitações, onde se faz sentir a necessidade de uma ajuda, de um esclarecimento, de uma orientação. É preciso contactar, directamente, ora pessoa a pessoa, ora frente a um grupo, com outro grupo. É preciso saber como isto se faz. É preciso ensinar os nossos rapazes — os nossos militantes — a fazer isto: é preciso dar-lhes **formação técnica adequada.**

Naturalmente, o simples enunciado destas preocupações — destas necessidades — não deve fazer supor que alguém, mesmo entre os dirigentes superiores da Acção Católica, sabe muito bem **como é** que esta formação técnica se vai fazer. Por ora, limito-me a revelar uma falha, embora tenha, evidentemente, algumas ideias acerca do que eu entenderia como tal, nas suas linhas gerais.

Sem ser pessimista, parece-me que há todo um caminho a percorrer, pois não dispomos de **tentativas** nem de **experiências** válidas no decurso das três dezenas de anos da Acção Católica Portuguesa.

É certo que a designação «Técnicas de Acção» tem sido por demais usada; simplesmente tem servido para designar coisas que nada

ou muito pouco têm a ver com o que entendemos por tal e o próprio termo deixa supor (15).

Realmente, não faz sentido que, numa época em que a psicologia e a sociologia revelam surpreendentes possibilidades nas técnicas das relações humanas, continuemos sem aproveitar o contributo precioso (e indispensável) que as ciências sociais podem dar ao apostolado.

Esta preocupação não é, certamente original. Mas ainda a não vimos expressa em caracteres de imprensa pelo menos no nosso país. Falar de uma **sociologia do apostolado** deixou de ser uma ousadia de forma para ser uma exigência de facto. O próprio estudo da pedagogia adequada ao militante vem, cremos, depois do estudo da sociologia do meio.

---

15) Quero esclarecer melhor esta afirmação, manifestando a minha grande satisfação pelo nível excepcional — na linha da formação técnica que defendo — de um curso para Responsáveis da Pré, organizado em 1965 pelas J.C. e J.C.F. do Patriarcado de Lisboa. Não constituindo resposta para a falha revelada, é, contudo, uma indicação segura de que é possível fazer alguma coisa de concreto.

livros

juventude de hoje

«Não descreio da juventude. Não me parece melhor nem pior do que a do meu tempo. Penso que são diferentes os seus problemas e outras as dificuldades que tem de enfrentar».

FRANÇOIS MAURIAC

POR J. L. SERUYA

Certos escândalos da juventude foram suficientes para que a atenção do mundo se voltasse para ela. Jovens cheios de vida e de náusea, formados em grupos maiores ou menores, provocaram distúrbios nas ruas. Os «blusons-noirs» franceses, os «teddy-boys» ingleses e os «beatniks» na América, assustaram as pessoas, mobilizaram sociólogos, psiquiatras e políticos, despertaram a Igreja.

É verdade que a juventude é um tempo de crise, porque tempo de crescimento, de afirmação da personalidade, de procura de valores, de integração no mundo dos adultos. Esta crise é boa. Mas há peroídos da história em que ela adquire proporções de um verdadeiro drama colectivo. Estes períodos coincidem com o desmoronamento dum mundo. A sociedade de

hoje vive atormentada pela fome, pela guerra, pelas lutas sociais, pelo perigo dos armamentos nucleares. Os adultos mostram-se cépticos quanto ao futuro, e não o escondem aos jovens. E a angústia do caos junta-se à sua inquietação interior. A integração na comunidade é, por isso, um salto no desconhecido de que eles apenas conhecem a dureza.

Nesta sociedade, que se está reformando, a juventude aparece como um corpo social, com uma importância efectiva, com um contributo específico a dar a essa sociedade. Os jovens tomaram consciência de que formavam um grupo social e passaram a viver colectivamente a sua juventude. Têm os seus chefes, associações de todo o género, possuem órgãos para se exprimir: jornais, revistas, programas de rádio e televisão, discos. Eles querem dialogar com os adultos, porque se sentem responsáveis na construção do seu próprio futuro.

Os jovens precisam de homens com uma visão clara dos valores novos que se levantam no mundo. Hoje em dia o educador é a pessoa mais importante na construção da sociedade; mais importante do que o diplomata, o político ou o militar. É a ele que se destina este livro. Não pretende mais do que dar uma visão ao mesmo tempo vasta e profunda dos problemas actuais da juventude, e dos grandes valores que a podem orientar. A diversidade de autores não dá homogeneidade ao livro; mas a sua autoridade enriquece-o em profundidade. Está dividido em três séries de estudos: a primeira diz respeito às **causas da inadaptação dos jovens** (que têm lugar no próprio «fenómeno» juventude e na sociedade actual); a segunda série estuda **os factores positivos duma educação da juventude**; e a última analisa **as principais preocupações dos movimentos familiares perante o futuro dos jovens.**

G. HOURDIN situa a crise da juventude, na crise mais geral da sociedade, como uma crise de autoridade, de presença do pai na família. A família, no seio da qual o jovem procura o máximo de apoio para a sua formação, foi profundamente abalada de há uns vinte anos para cá. A **revolução técnica** modificou profundamente as relações entre pais e filhos. As **guerras** dispersaram e desfizeram muitas famílias. A **mudança de costumes, a anarquia sexual** e a **falta de crenças comuns** quebraram os laços familiares. Em 50% das famílias em que falta o pai, os jovens não encontram a segurança e a firmeza necessárias para uma educação que eles próprios desejam. A crise da juventude é, em grande parte, fruto da crise da família.

R. LAFON (professor de medicina) descreve no 2.º artigo os principais factores de inadaptação da juventude, devidos à sua evolução física e psíquica. A evolução somática (biológica) intensa, que culmina na «pubescência» e no pleno desenvolvimento dos caracteres sexuais primários e secundários; a ambivalência da vida sexual a um tempo egoísta e altruísta; as complicações neuro-vegetativas próprias do crescimento; e a descoberto do «eu», são outros tantos factores que dificultam a integração do jovem na sociedade. Muitas perturbações psicológicas profundas provêm da maneira brutal como os pais reagem às manifestações deste crescimento. Os dados da evolução do jovem e suas influências sociais, têm que ser bem conhecidos dos educadores. É necessário não tomar a juventude como uma fase estável da vida. Ela é um período de crise, devido às transformações de toda a ordem que se operam nos jovens.

Aos factores da inadaptação dos jovens, derivados do seu crescimento físico, juntam-se os factores colectivos, fruto do condicionalismo social.

R. PRIGENT (antigo ministro francês) no 3.º artigo, aponta os dois factores principais da inadaptação: 1) a densidade de população demasiado elevada, e 2) o clima geral da nossa época, caracterizado: a): pela insegurança do futuro, e b) pelo desgosto aparente

que existe na sociedade dos adultos. Mas, juntamente com estes, analisa a influência de uma série de outros factores: o desenvolvimento dos meios urbanos e a migração rural urbana; a homogeneidade dos grupos habitacionais e a execssiva densidade dos grupos de jovens (amontoados humanos anónimos); o prolongamento do ensino escolar obrigatório e o superlotamento das turmas; e ainda o hiato entre a escola e o emprego, agravado pela prestação do serviço militar. Uma solução, urgente e viável, sugerida por Prigent é a remodelação da «arquitectura» dos grandes aglomerados habitacionais, por meio duma distribuição mais heterogénea das famílias.

Na segunda série de estudos A. REY-HERME (Doutor em ciências humanas) aponta os três elementos essenciais que devem constituir o esqueleto da educação dos jovens. Importa criar no jovem uma **atitude interior,** que lhe permita evitar a escravidão de determinadas condições sociais e económicas. Para isso o jovem deve possuir um **sentido sociológico,** um **sentido crítico** e o **sentido da pessoa.**

O sentido sociológico dá-lhe a capacidade de distinguir os valores absolutos, a exigência interior (afectiva, intelectual, estética, religiosa, moral, etc.), das estruturas concretas através das quais esses valores se exprimem em determinadas circunstâncias de tempo, lugar ou grupo humano. Ignorando as condições materiais e sociológicas do futuro, os educadores têm que ensinar os jovens a traduzir, em qualquer altura, as exigências fundamentais da natureza humana: o amor, a liberdade, a verdade, a justiça...

O sentido cristão é essencial para que o homem, informado sobre tudo, através dos modernos meios de comunicação social, possa assegurar por uma escolha pessoal o seu equilíbrio e o seu desenvolvimento intelectual, moral e religioso. Hoje já não há métodos preventivos. É preciso, sim, inculcar no jovem uma série de critérios que o preparem para enfrentar as mais diversas situações. Através da discussão levá-lo a formular juízos pessoais sobre atitudes, ideais, crenças diferentes das suas.

Por fim, terceiro elemento do esqueleto educacional, **o sentido da pessoa.** Numa sociedade cada vez mais colectiva, em que as relações humanas se multiplicaram ao extremo, o jovem tem que conservar a sua personalidade frente a dois perigos: a dispersão pelas diversas comunidades em que está inserido e o esmagamento pelas pressões sociais. O jovem tem que ser educado a apreciar em cada homem uma vocação absolutamente original. E, como o único meio de progresso é a reflexão pessoal, no seio duma comunidade em que os diversos membros se completam, se complementarizam uns aos outros, o jovem tem que resistir à tentação de se diluir no seio do seu grupo.

J. HONORÉ (Director do Centro Nacional do Ensino Religioso, em França) aponta algumas pistas para uma catequese dos jovens. Se as crianças já recebem uma educação religiosa razoável, o mesmo não se pode dizer dos adolescentes. A Igreja abandona os jovens no período mais crítico da sua vida, quando eles começam a descobrir-se a si próprios e ao mundo. O estudo torna-os racionalistas. O sabor da conquista do mundo, o poder da razão, fecha-os ao problema de Deus. Acham-no inútil.

Frente a esta juventude a Igreja tem o dever de criar «capelanias» que correspondam às necessidades dos jovens constituídos em grupo social. Além disso, e com muito mais urgência, deve tornar inteligível a mensagem evangélica. A sua transmissão deve firmar-se em três preocupações principais: 1) dispôr os jovens a aceitar a existência duma verdade sobrenatural — pelo apelo à sua exigência de absoluto; 2) mostrar a grandeza cósmica do Reino de Cristo, no qual se encontram todos os desejos de construção do mundo e de união entre todos os homens no respeito supremo

da liberdade — indo assim ao encontro do desejo de justiça, de paz e de interioridade que o mundo, que nós dominamos, não nos dá; 3) propôr **toda** a mensagem revelada — mas numa relação constante com os problemas e apelos profundos dos jovens, apresentando-a como **apelo e diálogo.** Apesar de tudo J. Honoré acha que a catequese tem mais necessidade de professores do que de programas e métodos.

A integração social do jovem não ficaria completa sem uma educação cívica. O bom cidadão não se poderá alhear de uma ideologia política. Pretender tirar à política toda a ideologia, para fazer dela pura técnica, uma «administração de coisas» e de homens, é tirar a liberdade e a responsabilidade aos homens. É preciso ser-se lúcido na apreciação dos problemas tanto nacionais como mundiais, perante os quais muitas soluções se podem apresentar (nacionalismo ou descolonização; neocolonialismo ou ajuda aos povos subdesenvolvidos; expansão demográfica ou maltusianismo; etc.). É também fundamental que se saiba tomar a responsabilidade de uma determinada situação histórica. R. DE MONTVALON fez um inquérito a várias personalidades francesas sobre este assunto, de que nos apresenta os resultados no seu artigo. Todos concordaram que, para se formar bons cidadãos, se deve facultar aos jovens a possibilidade de **assumir responsabilidades** (em associações, movimentos de todo o género, sindicatos...) por um lado, e por outro facultar-lhes as **bases de uma formação teórica.** Esta é essencial para o homem dar um sentido à evolução do mundo. A despolitização que se processa no nosso país só leva ao desinteresse pelo destino tanto nacional como internacional e ao egoísmo pessoal. É necessário uma informação séria, diálogo entre as gerações e iniciação dos jovens nas responsabilidades e iniciativas públicas. Devem existir, além disso, movimentos juvenis de diferentes ideologias que completem o ensino escolar cada vez mais unificado.

No último estudo desta série, deu-se um lugar especial à educação das raparigas. A senhora Paul ARCHAMBAULT aponta algumas características da mulher do futuro, para orientar a sua formação. Em primeiro lugar nota a consciência cada vez mais forte, duma dignidade e responsabilidade da mulher no mundo, iguais à do homem. É necessário, por isso, ultrapassar os conceitos de «virtudes activas» do homem em oposição às «virtudes passivas» da mulher. Também a mulher tem que se preparar cultural e profissionalmente para poder ser útil à sociedade segundo as suas faculdades (agora que está liberta de maternidades permanentes). A sua preparação para a maternidade (ou o celibato) deve ser tão responsável como a do homem: no respeito pela pessoa (própria e dos outros) e preparando-se para enfrentar a dureza da vida. Os perigos no campo sexual são hoje tão fortes para as raparigas como para os rapazes... A educação caseira que era o principal objectivo da antiga educação das raparigas, todos nós sabemos como o avanço técnico lhe retirou quase toda a importância.

A rapariga tem que ser educada na mesma linha do rapaz. Ela precisa de tomar a responsabilidade total da liberdade que a vida moderna lhe concede. Mas aceitará a mulher esta «promoção»? Não lhe despertará a sua natureza uma memória milenária que a leva a considerar-se apenas em ordem à maternidade física? A senhora Archambault acredita que o homem é um animal que deve ultrapassar-se, e a mulher também.

Na última série de estudos R. BOUDET apresenta as actuais preocupações dos movimentos familiares perante a educação dos jovens. Ela já não pode ser feita apenas em casa e na escola. É no encontro em grupos, que os jovens reflectem e se ajudam uns aos outros a viver os valores que descobriram. Por isso, só no diálogo no interior destes grupos, é que os adultos, através dos movimentos familiares, poderão colaborar activamente na edu-

cação dos jovens em ordem ao matrimónio, à orientação profissional, a encontros internacionais, etc.

Este livro é, certamente, muito incompleto, mas é de muita utilidade para quem queira ter conhecimento dos principais problemas que se põem aos educadores da juventude de hoje. O seu principal mérito é dar-nos uma **visão ampla** do «fenómeno juventude» no mundo de hoje.

★

livros recebidos

FRANÇOIS CHALET, *Cris d'Hommes*, 1 vol. de 11,5 × 18, de 144 pág. — Les éditions ouvrières. Colecção «A Pleine Vie». Preço 7,20 F.

Poderão os salmos vir a ser a oração do militante cristão do séc. XX?

O autor assim o julgou e, com ele, todos aqueles e aquelas que, empenhados aqui ou além, na fábrica, no escritório, na oficina, rezaram estes salmos antes mesmo de serem publicados. A união entre salmistas e estes cristãos do séc. XX, sem grande cultura religiosa, fez-se contudo muito simplesmente. O motivo é simples: para lá dos séculos e das diferentes civilizações, salmistas e militantes conhecem a mesma vida, as mesmas angústias, as mesmas alegrias, os mesmos sofrimentos e, por consequência, lançam os mesmos gritos. Não existem mesmo linguagens, directas, afectivas, simples, que não se encontrem.

Neste livro onde se encontra uma adaptação de cerca de cinquenta salmos, é concludente julgar que este encontro entre salmistas e militantes cristãos valia a pena ser tentado...

Os leitores encontrarão, talvez, uma ocasião de renovar, senão de retomar, a partir da sua própria vida, o contacto com este Deus que inspirou os Salmos e continua a trabalhar o coração do homem.

ABBÉ PIERRE DANSE, *La Religion du Christ*, 1 vol. de 110 pág. — Les éditions ouvrières. Preço 6,00 F.

Baseada sobre a Sagrada Escritura, esta brochura põe a Palavra de Deus em primeiro plano e permite ao leitor, pelos comentários que a acompanham, melhor compreender os textos sagrados e penetrar mais profundamente no seu sentido. Daí, merecer bem o título que lhe deu o seu autor: «Initiation des adultes au christianisme».

Esta obra dirige-se aos leitores desejosos de se iniciar no cristianismo:

— oferece-lhes um resumo da Religião de Cristo *a partir da Bíblia*.

— a *ordem adoptada* para esta apresentação é aquela mesma de Deus na Revelação: Deus Criador; o Pecado; a Incarnação; o Mistério da Redenção; a Igreja; a Santíssima Trindade.

— os *deveres* da vida cristã derivam das verdades reveladas. Também a moral e os preceitos são tratados a propósito e no seguimento de cada um dos dogmas de que são consequência.

Este pequeno livro não contém, evidentemente, tudo; apesar disso é um guia na descoberta do cristianismo e constitui um plano de trabalho prático para os círculos de jovens.

A. BRUNOT — X. DE CHALENDAR — H. DENIS, *Prêtres Pourquoi?*, 1 vol. de 14 × 22, de 170 pág. — Les éditions ouvrières. Preço 7,20 F.

Prêtres, pourquoi? Eis a interrogação que atormenta alguns padres. Frente à ineficácia do seu ministério, tal qual foi assumido até ao presente, o padre sente-se um inútil.

Formado para ser o homem da religião, está desamparado quando a religião perdeu o seu sentido, quando descobre que já não está em comunicação real com os homens do seu tempo, que é incapaz de «experimentar e revelar que o mundo é o lugar onde o homem, fazendo-se homem, recebe a graça de ser inteiramente para Deus».

Este problema do padre encontra hoje um grande eco. Fala-se, seja para tentar acalmar a ansiedade, seja para carregar o padre com todos os males da Igreja de hoje, atribuindo à sua falta de fé ou de dedicação, a diminuição da «vida cristã». Fala-se, também, porque se sofre ao senti-lo tão longe das questões que põe a vida moderna e preso a um modo de pensamento, de cultura e de vida, com a tentação de não esperar dele mais do que a estrita «distribuição» dos Sacramentos.

O livro «Prêtres pourquoi?» é o resultado de um inquérito feito na sessão dos padres diocesanos dos movimentos rurais. Partindo das questões postas por algumas centenas de padres, em diferentes inquéritos e em múltiplas ocasiões, quer atender às interrogações que se levantam, nos nossos dias, à volta da função e da vida do padre. As constatações são, por vezes, vigorosas, as coisas em questão muito delicadas, as pistas abertas, árduas.

Entrando já nas perspectivas que o Concílio oficializa, esforça-se por situar no coração do mistério da Igreja a missão do padre ao serviço dos cristãos e dos homens, vivendo hoje, nas suas tarefas ordinárias, o mistério da salvação.

«Prêtres Pourquoi?» no seguimento de «Prêtres pour ce temps» marca mais uma etapa do caminho, contribuirá por seu lado para esta procura, que se revela urgente, de uma melhor situação e acção do padre no mundo de hoje.

BERNARD DE LA PERRANDIÈRE, *Le Combat d'Une Vivante*, 1 vol. de 13,5 × 18, de 112 pág. — Les éditions ouvrières. Preço 5,40 F.

D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA, *Cartas de Roma — Concílio Ecuménico Vaticano II*, 1 vol. de 97 pág. — União Gráfica.

ARTIGOS RELIGIOSOS

PARA REVENDA E PROPAGANDA

CASA DE S. JOSÉ — PORTO

(FUNDADA EM 1896)

168, RUA DAS FLORES, 170

Visitai esta casa, apreciai, o seu sortido e confrontai os seus preços!

TELEFONE 2 28 86

documentação

- **A Igreja e o mundo de hoje**

  Alocução de S. S. Paulo VI por ocasião da audiência geral de 30 de Março p. p.

- **Os problemas da Urbanização**

  carta Pontifícia à XXIV Semana Social de Espanha, Madrid 17-23 de Maio

- **Pastoral da juventude**

  carta Pastoral de Monsenhor Feltin e Veuillot à juventude

- **Patriotismo e Autoridade supranacional**

  Intervenção de Mons. Ancel na Aula conciliar a 8 de Outubro de 1965

a igreja e o mundo de hoje

PAULO VI

Qual a posição fundamental da Igreja para com o mundo de hoje? Eis uma interrogação que angustia muitos cristãos (e mesmo não cristãos) do nosso tempo. O Papa, numa alocução pronunciada por ocasião da audiência geral de 30 de Março p. p., oferece-nos preciosos elementos para uma resposta cabal e convida-nos ao estudo da Constituição «Gaudium et Spes».

Caros Filhos e Filhas

Depois do Concílio, como bem o sentistes, o problema das relações entre a Igreja e o mundo pôs-se com maior veemência. A grande Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo, discutida e aprovada no final do Concílio, apresenta amplamente esta questão. Nela é abordada grande quantidade de problemas doutrinais, morais e práticos dos quais, se alguns têm importância passageira e contingente, outros são problemas de sempre. Esta Constituição foi objecto de grande discussão que voltou para o Concílio a atenção não só dos fiéis como também a dos não crentes, e mostrou àqueles que não praticam, quanto a Igreja Católica está viva, quanto está próxima das realidades temporais e espirituais da experiência humana.

O Concílio considerou à luz da teologia católica a ciência, a filosofia, a história, a moral, a sociologia, a cultura em geral, a economia, as realidades temporais, como hoje se diz, para sobre elas fazer um novo e audacioso juizo, um esforço de compreensão, de classificação, de estudo e de

investigação, como jamais fizera sob forma tão directa, sistemática e autorizada o Magistério da Igreja. Todos aí encontrarão matéria de reflexão para muitos anos.

Nestes escassos momentos que nos são concedidos limitar-nos-emos a notar o problema levantado tanto por numerosos intelectuais como pela massa: qual a posição fundamental da Igreja para com o mundo? Será uma condenação, uma separação ou uma aliança? Significa indiferença, aquiescência, simpatia?

a Igreja está consciente do mal que existe no mundo

A realidade designada pela expressão «mundo de hoje» é demasiado complexa para que se possa dar uma resposta simple e unívoca. Quando a Igreja faz um juizo, fá-lo de modo positivo e não a priori, de modo superficial e supersticioso. Sabe que no mundo, quer dizer, na nossa realidade humana, há imensas contingências e males. Não ignora nenhuma das razões do pessimismo moderno, mas aponta a raiz de todo o mal: o pecado original. A Igreja está de acordo com todos os diagnósticos os mais sinceros e motivados que são feitos sobre a alma e a história humanas, de modo a poder dizer que os males do homem são profundos, renascem sem cessar, são, por si mesmos, incuráveis. Conhece os abismos do sofrimento, do pecado e da morte. Sabe medir a densidade das injustiças humanas, das misérias pessoais e sociais. Sabe denunciar as temíveis ciladas dos «poderes das trevas». Sabe chamar as coisas pelo seu nome, por mais penoso, ignóbil ou criminoso que seja. A Igreja sabe chorar. A liturgia da Semana Santa diz-nos a este propósito palavras comoventes e terríveis.

a Igreja continua a ensinar o «desprezo pelo mundo»

Para mais a Igreja não pode esquecer a ascese que ensina sobre o «desprezo pelo mundo». Esta ascese desempenhou um grande papel na pedagogia medieval para libertar o homem do materialismo e da animalidade da vida pagã e bárbara. A Igreja continuará a lembrar a distância espiritual que deve haver entre o cristão que caminha para o «reino dos céus», quer dizer, que tende para a vida do espírito, para a vida escatológica, para lá do tempo, e uma concepção de vida terrena que quereria bastar-se a si mesma, quer dizer, o mundo satisfeito consigo mesmo e totalmente dobrado sobre os bens terrenos enganadores e efémeros. Não é sem razão que se tornou habitual falar da **«Igreja dos pobres»** como a Igreja ideal, ao passo que a **«Igreja constatiniana»** representa as contaminações temporais reprováveis (se bem que esta expressão seja imprópria e pareça menosprezar o grande acontecimento histórico que foi para a Igreja o princípio da sua liberdade).

a Igreja do Concílio procura no mundo a imagem de Deus

Embora tudo isto seja verdadeiro, nós não podemos esquecer o optimismo — devendo mesmo dizer o amor — com que a Igreja do Concílio olha o mundo no qual vive, que a rodeia, a domina, a esmaga com as suas mudanças gigantescas.

É este um dos aspectos salientes do Concílio. Considera o mundo em toda a sua realidade, com uma atenção que sabe descobrir em toda a parte a mão de Deus e, por conseguinte, bondade, beleza, verdade. Não se trata ùnicamente da filosofia do Concílio, mas da sua teologia. Eis para que serve a revelação. A luz do Evangelho ilumina o panorama do mundo. Neste panorama há nuvens terríveis e fortes, o pecado sobretudo, e a morte. Mas onde quer que chegue esta luz vê-se surgir o reflexo de Deus. A Igreja procura este reflexo, assume-o, alegra-se. Encontra-o no cosmos: a ninguém, tanto como a um cristão, o universo pode fascinar. O olhar da Igreja encontra-se com este cosmos cheio da luz do Deus criador que, como diz a Escritura, «viu todas as coisas que tinha feito e eram boas» (Gén. 1, 31).

O olhar da Igreja pousa sobre o homem e é sobretudo no seu rosto que ela descobre a imagem de Deus. Debruça-se sobre a história da humanidade e descobre nela um rumo, uma convergência para Cristo. Sim, o olhar da Igreja está sobre este mundo moderno. Ela não o teme, não foge; contempla e abençoa. A Igreja contempla e abençoa a obra dos homens: a ciência, o trabalho, a sociedade. Como sempre, a Igreja encontra misérias e grandezas, mas hoje ela encontra algo mais: a Igreja vê a sua vocação, a sua missão, a necessidade da sua verdade, da sua caridade, dos seus serviços, da sua oração.

Quantas coisas teríamos a dizer a este propósito. Compreendei com que espírito, com que coração a Igreja do Concílio se aproxima do mundo moderno. Ela abre-se-lhe, não para ser contaminada pela sua maneira de viver, mas para nele colocar o fermento da salvação. Compreendei que agora nos devemos formar segundo esta concepção da Igreja e do mundo. Que a nossa bênção apostólica seja o penhor desta renovação.

Tradução de JORGE VALA

os problemas da urbanização

carta pontifícia

A pastoral tem de aprender cada dia a olhar para um mundo que se transforma velozmente. O fenómeno da urbanização, situado e definido de modo tão magnífico nesta carta pontifícia, deve determinar uma transformação dos processos pastorais.
Favorecer entre nós, e em ordem ao nosso meio, o estudo de tal fenómeno, é uma exigência que deve ser assumida por todos os sectores da vida do Povo de Deus.

Esta carta é endereçada ao Professor Frederico Rodriguéz, Presidente nacional das Semanas Sociais de Espanha.

Ex.^{mo} Senhor

A visita do episcopado espanhol ao Santo Padre durante a última sessão do Concílio proporcionou ocasião a Sua Santidade de exprimir a sua satisfação pelo plano de apostolado social elaborado pela Comissão episcopal competente, a pedido da Conferência dos metropolitas. Recentemente, uma assembleia, reunindo representantes de todas as dioceses espanholas, estudou a aplicação deste plano. É este o testemunho — tão consolador para o Vigário de Cristo — da preocupação crescente que envolve os padres e os apóstolos leigos no empreen-

dimento decidido de uma vasta acção pastoral de testemunho cristão nos meios sociais, especialmente nas regiões industriais e agrícolas, e na formação das consciências na justiça e na caridade evangélicas.

É no quadro destas aspirações que se há-de situar a próxima XXIVª semana social, que se propõe estudar os problemas da concentração urbana.

A Comissão episcopal do apostolado social quis confiar-vos a presidência do Comité nacional das Semanas sociais. Este cargo que S. Exc. Mons. Gonzalez Moralejo desempenhou nos últimos anos com elevado saber e valor é, portanto, doravante confiado à responsabilidade de um leigo altamente qualificado e competente.

De bom grado transmiti ao Santo Padre o desejo, por vós expresso, em dele receber uma palavra de encorajamento e de exortação para as vossas reuniões de Madrid. Foi assim que tive a honra de ser encarregado de transmitir os seus votos cordiais a esta eminente assembleia.

um processo irreversível que deve ser benéfico para a humanidade

O desenvolvimento vertiginoso de numerosos aglomerados urbanos, os quais actualmente polarizam os vastos movimentos de populações que abandonam as zonas rurais para procurar uma existência humanamente melhor, é um fenómeno social bem conhecido de todos. Este fenómeno não se processa sem relações com o desenvodvimento demográfico e com a importância adquirida na vida moderna pelo mundo da indústria e dos serviços. Tal processo histórico-social, diz-se com justeza, ser irreversível, embora deva ser examinado, e — na medida do possível — controlado. Portanto, seria vão lamentar as velhas estruturas patriarcais em que viveu a grande maioria das populações rurais durante numerosos séculos, estruturas que constituiam o quadro da sua actividade profissional e, normalmente, guiavam mesmo a sua vida familiar, cultural e religiosa. Ao invés, urge seguir este fenómeno com benevolência e, na medida do que é lícito, considerá-lo com um certo optimismo. É um problema de desenvolvimento e um sinal dos tempos. Deve portanto ser um caminho aberto para o bem estar material e cultural da humanidade, e mesmo para o aperfeiçoamento da sua vida cristã.

os riscos do desequilíbrio

Mas não pode esconder-se que este processo histórico - social comporta igualmente perigos e riscos que não devem ser ignorados. Por um lado, se a urbanização não se efectua com muita inteligência, com a intervenção prudente da autoridade e dispondo dos meios materiais suficientes, produz tantos desequilíbrios sociais, humanos, culturais e religiosos que os seus bons efeitos são privados de eficácia ou muito comprometidos, pelo menos durante o período de instalação da população. Estudar estes desequilíbrios e procurar o modo de reduzir o mais possível as suas consequências negativas, tal é o objectivo que se propõe a presente Semana. Trata-se de uma tarefa extremamente importante e urgente em países que, como a Espanha, caminham corajosamente para o pleno desenvolvimento das suas forças económicas e sociais.

promover paralelamente o mundo agrícola

Ademais, o interesse pela urbanização não deve fazer esquecer a necessidade de promover também a produtividade e o nível de vida do mundo agrícola. De outro modo, agravar-se-ia um desequilíbrio que, cedo ou tarde, se repercutiria sobre toda a comunidade nacional, e anularia os efeitos benéficos que, no plano económico e humano, são intentados pela concentração urbana. «Daí, um problema de fundo que se põe a todos os Estados — lê-se na encíclica **Mater et Magistra** —: como proceder para reprimir o desequilíbrio da produtividade entre o sector agrícola dum lado, e o sector industrial e dos serviços doutro lado; para que o nível de vida das populações rurais se afaste o menos possível do nível de vida dos citadinos; para que os agricultores não tenham um

complexo de inferioridade; pelo contrário, que eles estejam convencidos de que, também no meio rural, podem desenvolver a sua personalidade pelo seu trabalho, e olhar o futuro com confiança».

a especulação

A vontade de não ver ùnicamente o aspecto exterior da urbanização é muito louvável. Debaixo deste aspecto cabe o crescimento incoercível de metrópoles gigantescas, e a solução dos problemas técnicos postos particularmente pela instalação e pelo bom funcionamento dos serviços essenciais. Estes problemas em razão da sua importância retêm a atenção das autoridades locais, por vezes de organismos elevados e mesmo do Estado. Mas todos estes problemas têm a sua repercussão no plano social e, mais ou menos directamente, no plano moral e religioso. Sabe-se, por exemplo, que o desenvolvimento acelerado de certas zonas pode dar lugar a especulações sobre os terrenos, gravemente abusivas, que prejudicam imensamente a sociedade e constituem uma exploração para muitas pessoas inconscientes. O indivíduo fica desarmado diante de tais abusos. Só os organismos sociais, uma legislação prudente, um poder executivo decidido e moralmente íntegro estão em condições de remediar eficazmente situações abusivas.

a desagregação da comunidade rural e a ausência de novas estruturas

Sem descurar estes aspectos e outros ainda da urbanização moderna, deve sobretudo atender-se a este processo de transformação social e humana que constitui a corrente migratória afluindo em direcção às grandes cidades, abandonando o campo em favor da indústria e do sector dos serviços em que se procura empregar. Aqui o problema fundamental é a desagregação da comunidade rural e a ausência de novas estruturas profissionais, sociais, humanas e religiosas que permitam e facilitem a integração social dos citadinos. É esta ausência que dá aos arredores a sua triste fisionomia, que acentua as oposições ideológicas entre marxistas e capitalistas, que cria tantas deficiências e contratempos na vida familiar. Tudo isto está inscrito no programa da actual semana social. Será bom ter igualmente presente ao espírito a diferença de estrutura entre a comunidade rural e a comunidade urbana, a necessidade de suscitar nesta última novas estruturas, conformes à natureza humana e correspondendo às sua sexigências sociais, sociológicas e religiosas. Os leigos católicos têm aqui uma tarefa particular; esta perspectiva abre-lhes possibilidades magníficas de tornar a Igreja presente e activa no mundo actual.

a família, alma da comunidade rural

Se examinarmos o processo de transformação da sociedade no decorrer destes últimos tempos, constatamos que o suporte e a alma da comunidade rural foi e é sempre a sua estrutura familiar. A família é neste caso a base existencial, o meio psicológico e moral em que cada um dos seus membros cresce, amadurece e herda do património material e espiritual que dá forma à sua vida, o mantém no respeito pelos valores tradicionais, preside às suas decisões, e o integra numa comunidade mais vasta, a comunidade regional — sempre rural — e também a comunidade paroquial. O controle social, que não falta em nenhum grupo humano, é igualmente exercido (e de que maneira!) na própria família pelos membros que têm autoridade sobre ela. A personalidade do indivíduo recebe a sua afirmação precisamente da sua integração na vida familiar. As relações humanas são imediatas, isto é, de pessoa a pessoa; totais, isto é, na comunidade encontra-se integrada toda a personalidade do indivíduo que aceita os seus valores como valores pessoais; hierárquicas, isto é, cada um sob a direcção do pai de família, tem uma missão concreta que é respeitada pelos outros membros com os quais está em relação. Esta missão é a própria base da sua inserção e da sua existência no grupo humano extra-familiar.

da comunidade rural às solidariedades urbanas

Quando esta comunidade original vem a desagregar-se nos aglomerados ur-

banos, as relações daquele que vive numa contínua mobilidade social são principalmente funcionais. É assim que, a partir do seu emprego, o homem cria para si zonas de solidariedade temporal correspondendo às suas exigências humanas. No melhor dos casos vive na sua pequena família, mas quase totalmente isolado dos seus vizinhos se, como acontece frequentemente, estes pertencem a categorias profissionais, ideológicas, etc., diferentes.

A diferença essencial entre a vida rural e a vida urbana, consiste em que a hierarquia vertical — a única existente, e que constitui a espinha dorsal da comunidade familiar e rural — é substituída por múltiplas solidariedades horizontais, — dos grupos de trabalho, dos grupos profissionais, ideológicos, dos grupos de amizade ou de interesses. O controle social que constitui em grande parte o regulador de todo o comportamento humano, já não é exercido por uma comunidade em razão dos valores religiosos, morais ou simplesmente humanos, estabelecidos e aceites por tradições seculares, mas por estes novos grupos de solidariedade que apesar de tudo dão ao indivíduo a impressão de fazer parte da vasta sociedade, e acordam nele a consciência de novas posibilidades no que diz respeito ao reconhecimento da sua própria personalidade.

Um estudo ainda mais aprofundado do processo de urbanização considerado do ponto de vista humano e cristão, faz ressair claramente o que constitui a estrutura fundamental dando equilíbrio à sociedade industrializada. Com efeito, não basta construir alojamentos em quantidade suficiente, segundo um plano equilibrado, e sobre este ponto o exemplo deste país é encorajante. Não basta demolir os bairros miseráveis que por vezes envolvem os modernos aglomerados urbanos com uma cintura bem triste e ofensiva da dignidade humana. Não basta criar serviços públicos que correspondam às necessidades do crescimento da população. Não basta ainda, que o grave fenómeno do desemprego desapareça e que os salários se ajustem progressivamente às exigências da justiça lembradas constante e fortemente pela doutrina da Igreja. Tudo isto é necessário mas — para lá do alojamento familiar suficiente e constituído em unidades orgânicas dotadas de centros convenientes para as diversas actividades recreativas, religiosas, culturais, etc. — é indispensável que a sociedade que vive nos aglomerados urbanos possua uma saudável estruturação interior em virtude da qual cada indivíduo se sinta integrado nos grupos que verdadeiramente militam pelos seus interesses humanos, materiais e morais.

respeito pela pessoa e sentido da responsabilidade

Esta reconstrução, segundo os novos grupos de solidariedade, só será estável e válida se estes grupos na sua organização se inspirarem nos valores sociais autênticos que são capazes de dar vida a uma sociedade industrializada: o respeito sincero da dignidade pessoal de cada um e o sentido da responsabilidade nos diversos graus de colaboração no bem comum. Um aglomerado que constantemente recebe no seu seio pessoas novas provenientes de diversos grupos éticos, de lugares afastados, de origem social diferente, só poderá refazer-se numa nova comunidade humana se todas estas diversidades tiverem por denominador comum este único valor humano fundamental: a dignidade da pessoa, ser espiritual, dotado de inteligência e de vontade livre (cfr. Encíclica **Pacem in Terris**, A. A. S., LV, 1963, p. 259). Quanto mais se desenvolve o processo de socialização, mais é preciso avivar e manter o espírito de responsabilidade pessoal na actividade de cada um.

Estes dois valores devem ser apresentados onde quer que se constituam os grupos humanos, e, dum modo particular, devem ser promovidos pelos cristãos. Com efeito, para estes o respeito da pessoa, sem discriminação de espécie alguma, constitui um dever de caridade fraterna, a qual, mais do que a simples dignidade humana, reconhece no próximo o homem por quem o Verbo incarnado realizou na terra a

sua obra de redenção. Mais ainda: para o cristão, o sentido da responsabilidade social e o exercício leal e consciencioso da sua profissão constituem não só um serviço dos outros e da sociedade, mas também uma participação na obra da Providência, à qual Deus quis associá-lo a título de colaborador: «pois nós somos os cooperadores de Deus» (1 Cor. 3, 9).

a caridade

A opção da vida cristã não se faz sem algum sacrifício pessoal; exige um carácter recto e forte; exige que se seja capaz de dar um testemunho corajoso e, muitas vezes, que se seja capaz de paciência, de bondade, de silêncio, de perdão e de amor, mesmo nas situações dolorosas e difíceis da vida quotidiana (Discurso de S.S. Paulo VI aos ACLI, 19 de Março de 1965). É portanto indispensável que os católicos pratiquem generosamente e em toda a sua amplitude a caridade, que é o fermento mais nobre, o cimento mais apto para dar coesão a toda a comunidade. Esta caridade deve exprimir-se na ajuda àqueles que estão em necessidade e na aplicação da sua própria fé de modo que a comunidade se torne humana e cristã, olhando para Deus, sem o qual é em vão que se edifica a cidade (cfr. Sl. 126, 1).

O Santo Padre formula os votos mais cordiais para que os congressistas e para aqueles que colaborarem nas próximas sessões, implorando sobre eles as melhores graças do céu e enviando-lhes, para manifestar a sua benevolência e a sua afeição, como penhor dos frutos esperados, uma especial Bênção apostólica.

Aproveito a oportunidade que me é dada para vos expressar os sentimentos de especial consideração daquele que é vosso dedicado servidor em Cristo.

† A. G. Cardeal CICOGNANI

Tradução de

PEDRO JORGE

os jovens na igreja de paris

Carta pastoral da Quaresma de S. E. Cardeal Feltin, Arcebispo de Paris e de S. Ex.ª Mons. Veuillot, Arcebispo Coadjutor de Paris

«As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração.» (1)

Estas primeiras linhas da Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje são, para a nossa comunidade diocesana, um programa de vida e acção.

Elas convidam-nos a olhar o mundo parisiense de que fazemos parte, a compreendê-lo e a amá-lo, a partilhar as suas esperanças, as suas dores e os seus esforços. Diz ainda o texto conciliar «mundo que os cristãos acreditam ser criado e conservado pelo amor do Criador; caído sem dúvida, sob a escravidão do pecado, mas liberto pela cruz e ressurreição de Cristo, vencedor do poder do Maligno; mundo finalmente, destinado, segundo o desígnio de Deus, a ser transformado e alcançar a própria realização.» (2)

Nesta época post-conciliar, queríamos neste espírito considerar convosco, à luz da Fé, uma das realidades dominantes da nossa região parisiense — a sua juventude.

Com efeito, o mundo que se transforma, mais do que a outros, diz directamente respeito aos jovens; mais do que outros, apesar das aparências, eles encontram obstáculos para nele se integrar e nele descobrir o sentido da sua vida. Cra, na imensa aglomeração parisiense, a dificuldade é ainda mais acentuada: hoje a muitos parece mesmo intransponível.

Por isso não hesitamos consagrar esta primeira carta pastoral post-conciliar a uma tomada de consciência colectiva da urgência e da amplidão dum serviço cristão da juventude.

Dirigimo-nos a todos, porque todos os membros da comunidade cristã têm de se renovar no espírito de compreensão e de acolhimento em relação aos jovens. Esperamos ajudar de um modo particular os pais e os educadores, tantas vezes sem preparação, para a tarefa que lhes compete.

Mas são sobretudo os próprios jovens que nós queremos interpelar. Possam eles reconhecer, nestas páginas, o nosso sincero desejo de os servir, de responder às suas interrogações e de os conduzir ao reconhecimento de Deus, presente à sua própria vida!

Esforçar-nos-emos por discernir em primeiro lugar «alguns sinais dos tempos» característicos da juventude parisiense de 1966.

Estes permitirão, assim, propor-lhe com melhor conhecimento de causa uma resposta — a da Fé, de que nós próprios vivemos, e lhe anunciarmos uma pessoa — Cristo, que é a luz do mundo e o salvador do mundo.

Uma última parte, mais destinada ao conjunto da comunidade cristã, definirá algumas linhas de acção para o serviço da juventude.

o mundo dos jovens

Qual é então este mundo vivo, dinâmico, simpático?

Muito se escreveu sobre ele e numerosos inquéritos descreveram o comportamento da nova geração.

O sociólogo interessa-se pelo «fenómeno juventude» no nosso mundo urbanizado; o psicólogo constata a falta de maturidade duma juventude, que estuda durante longos anos; o moralista alarma-se pela transformação rápida dos costumes, verdadeiro pôr em causa dos valores tidos como os mais firmes. E o que se não diz do lugar dos jovens na vida económica e social, do seu papel mais precoce que outrora na vida política! Tais são as legítimas e indispensáveis investigações.

Mas é outra a perspectiva do bispo. É a do pastor, o da testemunha de Jesus Cristo. Atento a todas as formas de aproximação e de reconhecimento das realidades humanas, a sua visão espiritual esclarecida pela Fé, penetra muito mais além no mistério do homem. Não é um olhar indiscreto, mas sobretudo um olhar compreensivo das aspirações mais íntimas e plenamente respeitoso da liberdade de cada um em matéria religiosa. Eis algumas características da vida dos jovens de Paris, características comuns às diferentes classes sociais, apesar das particularidades próprias de cada uma. Estas são, segundo a nossa maneira de ver, particularmente significativas do mundo no qual vivem todos esses jovens.

indivíduo e comunidade

A vida em Paris e nos arredores movimenta um grande número de jovens. Para muitos o lar familiar deixa de

ser, desde muito cedo, o centro das actividades, o centro do encontro e da diversão. O jovem vive com o jovem. É o que se chama o tempo da camaradagem! Desejam ver-se, reunir-se, discutir, sentir-se solidários, fazer coisas em conjunto. As distâncias já não contam: ràpidamente tornam-se cidadãos do mundo e pelo transistor ou pela televisão comungam dos sentimentos do Porque-Riquenho ou do Vietnamita. Entusiasmados pela consciência das suas formas comuns, descobrem-se ao mesmo tempo próximos e diferentes, numerosos e solitários, fortes e demasiado fracos. Na massa anónima das grandes cidades, eles sentem-se muitas vezes perdidos, ignorados, isolados.

Neste universo de contrastes que demasiado cedo os movimento, ei-los dominados pelas modas e pela publicidade, pelo conformismo de grupo, tanto no liceu como no H. L. M. (I).

Contudo no coração deste mundo sem rosto, os jovens sentem a necessidade cada vez mais viva dum encontro pessoal, marcado por um sinal de amor. A liberdade de que gozam e os encontros mistos dão a muitos jovens ocasião de fazer a experiência precoce dos sentimentos do amor humano. Isto em todos os meios ainda que segundo condições diferenciadas.
As relações entre rapazes e raparigas multiplicam-se. Daqui resultou uma maior simplicidade e naturalidade. Mas não terá o sentimento perdido delicadeza e profundidade?
Os jovens interrogam-se: será normal viver assim neste Paris que provoca aglomerados tão impessoais? O nosso olhar lança-se sobre os milhares de jovens dos liceus e faculdades, das empresas e dos grandes grupos. A questão posta merece ser escutada.

movimento e evasão

Na região parisiense a vida desinstala e desenraíza contìnuamente os jovens. Passam longas horas nas deslocações quotidianas, porque tanto para o estudo como para o trabalho muitos são obrigados a deslocarem-se para longe de casa.
Quem conhece a fadiga dos meios de transporte poderá calcular as repercussões sobre a saúde psicológica e moral dum rapaz ou de uma rapariga de vinte anos.

As famílias são obrigadas a mudar de domicílio muitas vezes e para o adolescente são laços rompidos na idade em que se vinculam as amizades tão frágeis quanto insubstituíveis. Apesar de tantas dificuldades, são aos milhares os que vindos da província, cada ano chegam a Paris.

O ritmo do movimento marca também a vida nos tempos livres. Nos fins de semana fogem em grande número para fora de Paris enquanto que os entusiastas do filme de Domingo partem em massa dos arredores para a capital. Eles não deixam escapar nenhuma oportunidade de «faire les ponts» (II) dos dias feriados e durante as férias escolares ou remuneradas sentem uma imperiosa necessidade de atravessar as fronteiras. O turismo, o campismo, os «routes de jeunes» (III) marcam esta geração. Têm o gosto do movimento e precisam de caminhar ràpidamente.

A pressa e o barulho são o pão de cada dia de numerosos jovens.

Muitas vezes o silêncio assusta-os mais do que a solidão. O ritmo das «quarenta e cinco rotações» domina-os e eles amam-no como um convite a um perpétuo movimento para fora de si mesmos, para um mundo trepidante e frenético.

Mas os mais ponderados sabem bem que este movimento que os soliciita, se os pode abrir ao outro, tem o perigo de os esvaziar de si mesmos.

(I) H. L. M. (habitation de location modérée) — aproximadamente equivalente às casas de renda económica. São prédios com caracteresticas esteriotipadas que condicionam portanto um estilo de vida especial.

(II) «Faire le pont» — sistema de estabelecer feriados, utilizado por numerosas empresas e casas comerciais e que consiste em transformar um dia de trabalho em feriado quando o referido dia está compreendido entre dois feriados oficiais.
(III) «Routes de Jeunes» — regiões frequentadas por jovens devido a variados centros de interesse, aí existentes (albergues de juventude, por ex.).

Como aprofundar um conhecimento ou uma amizade? Como enraizar-se, permanecer, encontrar-se a si mesmo?

Não podendo agarrar os meios eficazes, fàcilmente se refugiam na evasão, na ilusão e no sonho. O abuso do cinema ou da televisão pode levá-los a isso.

Com este estilo de vida, como será o amanhã que se prepara? Apesar disso eles perguntam se se poderá hoje viver de outro modo. Como reencontrar os caminhos da fidelidade a si próprio?

liberdade e verdade

A vida parisiense faz viver os jovens num movimento constante das mais diversas correntes de ideias. Ouvem, lêem e vêem uma multidão de coisas que nem o seu espírito, nem a sua sensibilidade podem dominar. Tudo solicita a sua atenção. Gostam de discutir de tudo uns com os outros, mas permanecem cépticos, o que não impede que se entusiasmem, por vezes até ao delírio, pelos «ídolos» do cinema ou da canção — os da sua geração.

No plano religioso ou filosófico encontram cristãos, marxistas, ateus, existencialistas, gente da direita, gente da esquerda: em quem acreditar, interrogam-se eles?

Estes jovens que crescem afrontando tudo, ávidos de libedade, refractários aos princípios que porventura lhes queiram impor, interrogam-se mais do que se pensa sobre a verdade da sua vida.

Procuram testemunhos convictos mas não sectários, abertos ao diálogo e ao confronto.

A sinceridade deslumbra-os e fàcilmente a confundem com a verdade. Pretendem-se verdadeiros nas suas relações com os outros, sem se darem conta de que isso muitas vezes não é mais do que uma falta de coacção. Apreciam o testemunho vivido mas hesitam ante os compromissos que limitariam a sua liberdade.

Saberá mesmo esta geração, no fluxo e refluxo das ideias, das posições e das sínteses, encontrar o rochedo de uma verdade estável?

Mas uma questão mais imediata nos inquieta: a juventude sedenta de verdade, impaciente de liberdade encontrará entre os cristãos adultos, os mestres e amigos, que a tomarão a sério, que respeitarão os caminhos da sua liberdade e a conduzirão às fontes da verdade?

realismo e sucesso

Em Paris, por fim, a vida é dura para milhares de jovens que se inquietam àcerca do seu futuro. Ora eles querem ter êxito.

Na escola é a corrida para o sucesso, para os primeiros lugares, por todos os meios. Para muitos desde a adolescência, a oportunidade é séria porque se trata da única ocasião que têm de prosseguir os estudos e de atingir o fim profissional que se propuseram. A grande ramificação das possíveis orientações escolares, por mais respeito que tenha pelas possibilidades e desejos de cada um, não correrá o risco de conduzir a caminhos sem saída?

Por outro lado, as condições de trabalho impõem um esforço, por vezes intransponível, àqueles que em grande número procuram nos cursos nocturnos promover a sua qualificação profissional ou enriquecer a sua cultura.

Com realismo os jovens interrogam-se porque vêm, sobretudo no mundo operário, jovens mais velhos que, tendo-se preparado para uma profissão, vêem-se obrigados a exercer outra.

Terão todos amanhã uma profissão conveniente e que acima de tudo seja bem remunerada? Isto porque o dinheiro faz falta e tiveram tão cedo a experiência da sua necessidade, que ele exerce neles uma real fascinação.

Como poderia ser de outro modo, no mundo em que crescem estes jovens: não se medirá, para a maioria, o êxito pelo salário?

No mundo estudantil os dados do problema são diferentes, mas a análise das mentalidades colectivas conduz às mesmas conclusões.

As dificuldades da existência quotidiana por vezes são grandes. Não se terá também, apesar de um forte desejo de independência, o gosto do risco ou da aventura? Aspira-se sobretudo à segurança. Através dos concursos e exames é necessário ter êxito depressa e bem, e não se vai perder tempo a aprender coisas inúteis.

O esforço gratuito torna-se tão raro como o serviço gratuito. O «cada um que se arrange» é ainda o que vale mais. Está para nascer um mundo novo. Neste o valor profissional é decisivo mas passa depressa.

Este mundo, sob muitos aspectos, é duro e os jovens sabem-no. Nós, os adultos, que os vemos tão ràpidamente a braços com a áspera luta da existência, apesar do crescimento geral do nível de vida — que responderemos àqueles que querem construir um mundo mais humano e que nos interrogam: O que é realizar-se e dar sentido à vida?

Com estas breves indicações não se pretende de modo algum descrever o mundo dos jovens. Chega pelo menos para o ter presente, e cada um de ns pode, conforme o seu meio, enriquecer esta breve análise com a sua própria existência.

Levantam-se já alguns problemas.
Neste borbulhar da vida, no meio das tensões e das contradições da sua idade, os jovens de hoje afrontam-se com verdadeiros problemas — os da civilização nova que se constrói — os do mundo de contrastes em que o optimismo das conquistas planetárias se opõe aos sofrimentos da fome e da guerra.

Visto isto, como nos havemos de admirar que eles levantem, com ansiedade em relação a si próprios e com severidade em relação aos mais velhos, a interrogação fundamental das grandes épocas de viragem?

Qual é o sentido do caminhar desta humanidade em crescimento?

Que mundo construir e porquê?

Qual é a unidade íntima de uma existência solicitada por tantas possibilidades ou miragens?

É hoje difícil para os adultos que se baseiam na experiência do passado guiar a nova geração na sua procura.

De facto, ao passar-se de uma época para outra, a realidade vivida deixa de ser a mesma.

A partir de agora os métodos pedagógicos, o ensino, as técnicas de trabalho, os estilos de vida, tudo muda ràpidamente.

Precipita-se o ritmo das gerações.

Os jovens estão hoje mais desarmados que outrora, porque hoje não é só o mundo dos jovens que a si próprio se procura — seria então sempre possível o recurso ao passado — mas é o mundo no seu conjunto que se interroga!

Mas a juventude como uma caixa de ressonância amplia e repercute os debates e os afrontamentos, os risos despreocupados ou os apelos trágicos dos homens do nosso tempo. Ela espera de nós não uma lição de sabedoria mas um diálogo aberto. Ela procura no dizer de Paulo VI «um perito em humanidade».

Impõe-se agora uma última questão, e a religião?

Que lugar ocupa ela de facto na sua vida, na idade das interrogações decisivas?

Os números dizem-nos pouco. Foram já feitos numerosos inquéritos. Para falar apenas dos baptizados, sabemos que na maioria a formação religiosa recebida na infância não lhes permite ultrapassar cristãmente as crises sucessivas da adolescência, dos estudos, da entrada na vida de trabalho e dos contactos com o mundo dos adultos.

Mesmo aqueles que possuem conhecimentos religiosos mais desenvolvidos nem sempre tomaram consciência da união a estabelecer entre a fé que professam e os acontecimentos da sua vida pessoal ou social.

É a todos eles que nos dirigimos esperando que encontrarão no seu ca-

minho jovens católicos da sua idade, com uma fé viva e já amadurecida, e cujo exemplo confirmará as nossas palavras e implicará a adesão dos hesitantes ou dos cépticos.

Pedimos a todos que evitem as falsas soluções, demasiadamente estreitas: a evasão ou a dispersão, a tradição ou a revolução, o serviço de um humanismo ou a construção de um mundo fechado sobre si mesmo.

Para um cristão não se trata de sair do mundo ou recusá-lo, mas é necessário aprender a julgá-lo bem para melhor o construir.

Após o concílio a Igreja quer permitir a todos que ouçam a Boa-Nova da salvação em Jesus Cristo, que reconheçam a presença activa do Espírito, que descubram as grandes coordenadas do plano do amor de Deus sobre a humanidade de sempre e mais precisamente sobre a de hoje.

É exactamente a finalidade que nos propomos ao iniciar o diálogo convosco, jovens de Paris e arredores. Não espereis desta carta a resposta imediata e particular dos vossos problemas, mas esperai sim a única luz que vos permitirá compreender a vossa vida na sua unidade e na sua verdade.

a fé dos jovens

Se não hesitamos em convidar-vos a esta tomada de consciência e se temos o vivo desejo de vos ajudar a assumir serenamente a vossa responsabilidade de homens na construção do mundo de hoje, apesar da insegurança da vossa condição, é porque para nós o mundo tem um sentido e o homem tem um destino.

A história do nosso tempo é uma história em que Deus está em acção.

É como testemunha da fé viva do Povo de Deus, em Paris, que Nós vos convidamos a lançar um olhar novo sobre as realidades da vossa vida: um olhar lúcido que não esconda nem o mal que está no coração do homem, nem a dureza da existência; olhar respeitoso da liberdade de cada um, cheio de estima e de amizade pela vossa juventude; um olhar nítida e voluntàriamente optimista (3) como aquele que o Concílio lançou sobre o mundo, porque a fé nos revela o paciente trabalho da Graça no íntimo das consciências leais e fundamenta a nossa esperança invencível.

Por outras palavras, queremos discernir convosco «nos acontecimentos, as exigências e as aspirações» deste mundo dos jovens de que vós sois «como que os verdadeiros sinais da presença ou da vontade de Deus» (4).

uma comunidade fraterna

Ser feliz em conjunto não será o que vós desejais? É o que procurais espontâneamente nos múltiplos laços que tecem entre vós uma apertada rede de amizades. Neste mundo, em procura muitas vezes dolorosa da sua unidade, vós participais no desejo imenso de paz que tem conquistado a humanidade. Aspirais, e com razão, a uma sociedade fraterna. Sem terdes o desejado, vós estais profundamente marcados, tal como todos nós, pelo fenómeno da socialização que no dizer de João XXIII «é um dos aspectos característicos da nossa época» (5).

Será esta multiplicação progressiva das relações humanas uma fruto do acaso — o resultado fatal do progresso técnico?

Certamente que os recursos da ciência tornam-na possível, mas mais ainda reconhecemos aí a obra dos homens — seres conscientes, livres e responsáveis.

Nesta perspectiva esta marcha para a unidade e para a paz corresponde à vocação do homem: é bom que os jovens sejam sensíveis e a ela consagrem as suas energias. Mas este ideal humano que é válido em si mesmo, tem um significado que o transcende. «O próprio Deus é ao mesmo tempo criador e salvador, Senhor não só da história humana como também da história da salvação» (6).

Não há duas histórias do mundo, tal como não há duas histórias na nossa vida — uma religiosa e outra profana.

E a Igreja tem a missão, dada por Deus de vos revelar esta face escon-

dida da vossa existência e de vos dar um verdadeiro conhecimento daquilo que o Concílio chama «a vocação integral do homem» (7).

Escutai portanto a voz do Concílio.

«Entre os principais aspectos do mundo actual conta-se a multiplicação das relações entre os homens, cujo desenvolvimento é muito favorecido pelos progressos técnicos actuais, todavia — e aqui o pensamento avança — o diálogo fraterno entre os homens não se realiza ao nível destes progressos, mas ao nível mais profundo da comunidade de pessoas, a qual exige o mútuo respeito pela sua plena dignidade espiritual. A revelação cristã favorece poderosamente o surto desta comunhão de pessoas» (8). Mas o ensino conciliar adianta mais. «Ao mesmo tempo a revelação leva-nos a uma compreensão mais profunda das leis da vida social que o criador inscreveu na natureza espiritual e moral do homem: ... Deus quis que os homens formassem uma só família, e se tratassem uns aos outros como irmãos. Criados todos à imagem e semelhança de Deus... todos são chamados a um só e mesmo fim, que é o próprio Deus» (9).

Se todos os homens são irmãos, todos são chamados a participar na mesma mesa de família. Quaisquer que sejam os seus lugares, os seus hábitos, as suas ocupações, nós devemos amá-los com vontade de promover esta solidariedade que deve .crescer sem cessar, até se consumar naquele dia em que os homens, salvos pela graça, darão perfeita glória a Deus, como família amada do Senhor e de Cristo seu irmão» (10).

Ao ler isto, direis que estamos muito longe dos vossos problemas de jovens e das vossas aspirações a melhor viver no mundo novo, que ides construir! E, no entanto, é o contrário que é verdade. Esta fraternidade desejada não é uma quimera inacessível. Já no meio de vós, nos vossos colégios, bairros e fábricas, ela é uma realidade vivida por uma comunidade de homens, que acolhendo o dom de Deus acreditaram na sua palavra e se fizeram discípulos de Jesus Cristo.

A Igreja, Povo de Deus espalhada por toda a região parisiense, quer ser a testemunha, o penhor, o germe eficaz desta comunidade fraterna a que a humanidade aspira.

A Igreja não é um negócio clerical. Ela não é um refúgio contra a infelicidade que existe no mundo. Não professa uma ideologia partidária e sectária. A Igreja de que vós ainda não compreendestes o mistério, é o povo daqueles que pela fé em Cristo, sabem que o mundo foi salvo do ódio e da divisão, daqueles que por graça conheceram Deus e a Boa Nova da paz, da felicidade e da caridade.

Este Povo de Deus, nós sabemos que está destinado a dilatar-se às dimensões do universo inteiro» (11), a começar pelas dimensões das nossas cidades. Em toda a parte ele visa apenas servir o homem»: mas «ao debruçar-se sobre o homem e sobre a terra é para o reino de Deus que o seu impulso o conduz (12).

Aplicai portanto à vitalidade do vosso mundo de jovens, solidários na renovação da humanidade, esta afirmação do Concílio «a Igreja, simultâneamente agrupamento visível e comunidade espiritual, caminha juntamente com toda a humanidade, participa da mesma sorte do mundo e é como que o fermento e a alma da sociedade humana, a qual deve ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus» (13).

Tereis vós reconhecido sob a sua verdadeira face, esta Igreja que após o Concílio marcha ao ritmo da história do mundo, partilhando as suas esperanças tal como os seus receios?

Ela é fraterna e está muito próxima, na pessoa do amigo cristão ou na familiaridade de uma comunidade de jovens.

Ela é misteriosa, porque é uma presença autêntica de Deus às nossas vidas e um apelo permanente a descobrir o valor último dos nossos compromissos, o incalculável alcance do menor dos nossos actos.

Ela é dinâmica, isto é, animada por um movimento interior que lhe vem do espírito de Deus: a Igreja traça o caminho, ela conhece o sentido da história

e o seu termo: renovar em Cristo a sociedade humana e transformá-la em comunidade fraterna!

«A religião católica e a vida humana reafirmam assim a sua aliança, a sua convergência para uma única realidade humana: a religião católica é para a humanidade; em certo sentido ela é a própria vida da humanidade. É a vida em razão da explicação que dá do homem, a única explicação, afinal, exacta e sublime» (14).

Vocação pessoal

Este apelo de Deus que quer reunir todos os homens em Igreja não é um apelo anónimo, é uma vocação pessoal.

A Igreja é cada um de nós, que acreditamos na palavra de Deus e que somos reunidos pelo seu Espírito. A Igreja sois vós, jovens cristãos que entre os vossos colegas crentes ou não crentes, estais prontos a manifestar a esperança que está em vós por causa de Jesus Cristo.

Ora, vós bem sabeis, que o mundo dos jovens tem necessidade da vossa mensagem. Para todos, vós sois o fermento, o sal da terra, segundo as imagens evangélicas. E esta exigência não é nem acessória nem facultativa. Esta exigência marca profundamente a vossa vocação de cristãos.

Reflecti nesta vocação pessoal que é a vossa no Povo de Deus. Vós sois jovens com os jovens — no trabalho como os outros, no «movimento» com todos.

Sede verdadeiros para convosco e também para com os outros. Responder à vocação cristã não é representar uma personagem — mesmo que fosse a de um cristão; é tender humildemente a ser o que Deus quer que vós sejais, com todas as capacidades e as misérias que provêm da hereditariedade, do carácter, da experiência adquirida e dos mil acontecimentos que marcam uma existência humana.

É preciso temer sempre tornarmo-nos fariseus, qualquer que seja a idade. O fariseu é aquele que se endureceu e se fechou na sua própria segurança; a partir de então recusa o diálogo, e torna-se surdo aos apelos de seus irmãos e ao convite de Cristo.

Este perigo, neste tempo post-conciliar, seria ainda muito mais grave. A vocação do cristão é a mesma da Igreja — abrir-se, escutar, partilhar, compreender, servir. Não se trata de qualquer serviço, é sempre o da verdade e o da liberdade.

Jovens cristãos de hoje sede plenamente da vossa idade e do vosso tempo. Estai presentes no mundo, mas que Deus vos guarde do mal! Sede presentes a tudo, com uma presença activa, sincera, humilde e fraterna: no mundo escolar, no mundo do trabalho, durante os tempos livres, nos desportos de inverno, nos campos de férias, ou nos vossos movimentos.

E no entanto nunca vos esqueçais da originalidade da vossa pertença a Cristo.

Se quereis honrar a vossa vocação, não aceitai nunca ser tal qual como os outros, seja qual for o preço desta fidelidade ao Senhor.

A vossa originalidade será amar os vossos irmãos à maneira de Cristo. «Dou-vos um mandamento novo: amai-vos uns outros como eu vos amei. Nisto vos reconhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros» (15).

Este amor autêntico, corajosamente evangélico, pelos vossos irmãos, pode manifestar-se de muitas maneiras, e vós o sabeis por experiência: desde a alegre camaradagem à delicadeza da amizade, da entre-ajuda quotidiana ao sacrifício de si próprio.

Se na clareza do sinal da caridade que manifestardes vos reconhecerem como discípulos de Cristo, alegrai-vos. Mas lembrai-vos que como verdadeiros discípulos vós devereis dar testemunho da vossa fé. Diante desta obrigação, muitos jovens sentem-se desconcertados, assaltam-lhes múltiplas objecções. Sentem-se frágeis, instáveis e não conseguem olhar de frente esta fé que no entanto os liga a Jesus Cristo e define a sua vocação cristã.

Em quem e no que acreditar? Perguntam à sua volta e a si mesmos, no íntimo do seu coração: o que será acreditar? Será que eu acredito?

Mais do que refutar as objecções e as dificuldades que surgem em cada geração, queremos esclarecer e firmar a vossa vocação pessoal evocando ràpidamente as grandes etapas do crescimento da fé.

Para a maioria a recepção do baptismo precedeu em muitos anos o despertar da fé.

Crescestes solidários da vossa família e do vosso meio — tanto em relação à vida religiosa como em relação a todo o condicionamento humano.

Desde a vossa infância, a idade dos primeiros conhecimentos adquiridos, Deus solicitou de vós a primeira resposta da vossa fé — um sim sincero ao grande mistério do amor de Deus por nós.

A profissão de fé dos vossos doze anos foi um acto reflectido e livre, na medida das vossas possibilidades de crianças: o diálogo interior pelo qual nós aderimos livremente à palavra de Deus estava iniciado, graças ao apoio então indispensável dos vossos pais e educadores. De ora em diante, competia a vós prossegui-lo pessoalmente.

Aos quinze anos o Senhor vos incita de novo ao diálogo, agora no íntimo da vossa personalidade que desabrocha. No meio de muitas dificuldades, de muitos fracassos, uma mesma fidelidade vos é pedida.

A expressão da vossa resposta pode desconcertar os adultos e ser mesmo obscura para vós próprios. A fé da infância não desaparece no entanto. Ela procura muitas vezes através de contradições a sua nova forma.

No início da idade adulta, o Senhor vos interpela de modo decisivo. Os acontecimentos substituiram os sonhos da adolescência. O contacto com a vida, algumas vezes tão rude para a sensibilidade dos jovens, o despertar dos sentimentos do amor humano, a escolha de um futuro, são outros tantos apelos para fortalecer uma fé, que a procura livre e pessoal da verdade religiosa vos deve permitir descobrir e assumir com consciência. Neste acto de fé vós sois livres; ninguém vo-lo pode impor, porque semelhante pressão, o concílio o disse com firmeza, desvirtuaria a adesão consciente a que a palavra de Deus convida todo o homem.

Na idade em que todas as solicitações do pensamento e da vida vos espreitam, não vos refugieis sòmente ao abrigo das soluções sociais e políticas do problema humano. Não vos alieneis num sentimentalismo religioso que é apenas uma caricatura da verdadeira piedade. Não cedais ao cepticismo que é uma demissão do espírito. Não vos contenteis com uma sinceridade apenas subjectiva quando se trata de reconhecer a verdade revelada por Deus.

Tomai pelo contrário consciência de que não há dever mais imperioso para o homem, nem trabalho que o engrandeça tanto, do que pôr todos os valores do seu espírito, da sua vontade e do seu coração na procura humilde e paciente de Deus, até ao dia em que puder dizer, como Pedro a Jesus: «a quem iremos nós Senhor? Só vós tendes palavras de vida eterna!» (16).

Tomai consciência da grandeza da vocação cristã. Ela só se dirige a homens livres e longe de esmagar a sua liberdade, salvaguarda-a, purifica-a. Realiza a unidade da pessoa humana. Reconhece-se em plena harmonia com o progresso do conhecimento humano. Tem por lei o amor mútuo e dá frutos de paz. Ilumina o caminho da humanidade e cria em nós um dever mais imperioso de servir todas as causas justas deste mundo. Reune-nos desde já na sociedade de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo e põe nas nossas almas sementes de eternidade.

Chegou o momento de vos perguntar:

— Acreditais no plano de Amor de Deus de reunir os homens na Igreja?
— Acreditais no apelo que vos é dirigido por Deus de viver livremente nesta Igreja e de participar na sua missão de salvação?

a amizade de Jesus Cristo

Mas é preciso ir mais longe. A vossa resposta ao plano de Deus depende dum compromisso mais radical ainda: aceitais Jesus Cristo?

Cristo, homem e Deus, é o «termo da história humana, o ponto para o qual convergem os desejos da história e da civilização, o centro do género humano» (17)... Pedro em Jerusalém o afirmaria: Não há sob o céu outro nome dado aos homens pelo qual possamos ser salvos» (18).

Mas dum modo mais pessoal, o encontro de Jesus Cristo na nossa caminhada incerta, enche para lá dos nossos desejos, as aspirações dum coração crente e faz na alegria duma amizade inalienável a unidade duma vida, a sua segurança e a sua felicidade.

Deixai que vos falemos de Jesus Cristo. Testemunha de Jesus Cristo perante o seu povo, o bispo é primeiramente um discípulo, um cristão com todos vós.

Ele próprio se esforça por seguir o Mestre e por responder à sua amizade, e diante dele, com todos vós, se reconhece pecador.

Ele recebeu missão de dar testemunho do seu Senhor, e como S. João escrevia aos primeiros cristãos: «o que vimos e tocámos do Verbo da Vida nós vo-lo anunciamos». Testemunho, aliás, que não é dum homem, muito embora seja bispo, mas de toda a Igreja. Com Paulo diremos: «eu sei em quem pus a minha confiança» (19).

Nós acreditamos que a sua palavra que ilumina a nossa própria existência, permanece a luz decisiva para o mundo que se interroga e para cada um de vós. É verdade que ainda hoje, como em todo o tempo, Cristo é para uns escândalo e loucura, mas para aqueles que acreditam, quem quer que sejam, Ele é a sabedoria de Deus e o poder de Deus (20).

Nenhuma época escapa a esta contradição, porque a resposta de cada um ao mistério cristão da Páscoa, enraíza-se no mais profundo do coração humano. Ela empenha toda a nossa vida.

Igualmente nos lembramos de tantos jovens que tudo ignoram de Deus e do seu Cristo. São uma multidão os jovens que, nos liceus e nas fábricas da região de Paris, talvez nunca tenham ouvido falar de Jesus em condições que o possam reconhecer como Senhor e Salvador. Interrogam-se sobre a sua vida. É pensando neles que repetimos Paulo VI: a resposta que eles ignoram nós a queremos «proclamar e fazer ouvir pelo mundo que vos rodeia — é o Cristo, o Cristo que é o nosso princípio, o Cristo que é o nosso caminho e o nosso guia, o Cristo que é a nossa esperança e o nosso fim» (21).

Conheceis este Jesus Cristo, vós jovens que sois atraídos pelos êxitos de uma vida feliz, que sois tentados pelas satisfações do dinheiro ou que vos sentis já esmagados pelo poder dos fracassos, pelo escândalo do sofrimento ou pelo mistério da morte?

Nós conhecemos as suas palavras e os seus gestos através de testemunhos irrecusáveis. É alguém que conhecemos pelo nome, que situamos na história. «Trabalhou com mãos de homem, pensou com uma inteligência de homem, agiu com uma vontade de homem, amou com um coração de homem, nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, em tudo semelhante a nós, menos no pecado» (22).

Na verdade ele não é só homem. Conhecemos a sua Morte e a sua Ressurreição. Eis como Pedro, que foi o primeiro a proclamar a Boa Nova, se dirigiu ao mundo na manhã de Pentecostes: «Homens de Israel, ouvi estas palavras: Jesus de Nazaré, homem de quem Deus tem dado testemunho diante de vós com milagres, prodígios e sinais que Deus por ele realizou no meio de vós, como vós próprios o sabeis, depois de ter sido entregue segundo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos de ímpios. Mas Deus o ressuscitou, rompendo os grilhões da morte... A este Jesus Deus o ressuscitou: do que todos nós somos testemunhas. Exaltado pela direita de Deus, havendo recebido do Pai o Es-

pírito Santo prometido, derramou-o como vós vedes e ouvis... Que toda a casa de Israel saiba portanto com a maior certeza que este Jesus, que vós crucificastes, Deus o constituiu Senhor e Cristo» (23).

Foi assim. É este o mistério da fé. Desde Pedro, a longa lista dos Papas, bispos, e a Igreja universal, não cessaram de testemunhar perante o mundo a Ressurreição de Cristo: fundamento inabalável da nossa fé, princípio da nova vida, oferecida aos homens de tdos os tempos, luz definitiva sobre a enigma do sofrimento e da morte, revelação plena do amor de Deus, «que enviou o seu Filho único ao mundo a fim de que vivamos por ele.» (24)

S. João termina a sua primeira carta com estas palavras: «escrevo-vos estas coisas para que saibais que tendes a vida eterna, vós que acreditais no nome do filho de Deus» (25). É a mesma mensagem de vida que nós hoje vos dirigimos. E esta mensagem não se refere só ao plano de Deus sobre o mundo através da evolução da história: atinge-nos a todos pessoalmente.
Cada um poderá dizer com o apóstolo: o filho de Deus «amou-me e entregou-se por mim» (26). «Sofrendo por nós, não só nos deu exemplo, para que sigamos os seus passos, mas também abriu um caminho novo, em que a vida e a morte são santificadas e recebem um sentido novo... É verdade que para o cristão é uma necessidade e um dever lutar contra o mal através de muitas tribulações, e sofrer a morte; mas, associado ao mistério pascal, configurado à morte de Cristo, vai ao encontro da Ressurreição, fortalecido pela esperança.» (27).

É esta a fé que vos anunciamos, com a esperança que compreendais melhor a que ponto o mistério da salvação, longe de vos afastar das vossas ocupações temporais, é a única resposta qüe pode realizar totalmente as vossas aspirações mais íntimas. Pondo de parte qualquer outra recomendação, centrámo-nos no essencial: a vossa fé em Cristo Jesus Salvador e a vossa comunidade de fé na Igreja.

Portanto, «sede filhos da luz» (28). No mundo dos jovens «avançai como filhos da luz» (29).

o serviço dos jovens

O apóstolo S. Tiago escreveu: «a fé sem obras é morta» (30). Jesus no Evangelho já nos advertia: «não são os que dizem «Senhor, Senhor» que entrarão no reino dos céus, mas os que fazem a vontade de meu Pai» (31). Estas afirmações incisivas convidam-nos à acção. Não basta contemplar o plano de Deus, é preciso realizá-lo no mundo dos jovens: é obra dos próprios jovens: é também pelo seu serviço, obra de toda a comunidade cristã.

compromissos para os jovens

Confrontando a vida dos jovens, tal como a procurámos definir ao princípio, com a fé que propomos a estes jovens, uma primeira convicção se nos depara: um imenso campo de trabalho se nos oferece a todos, para fazer frutificar em vida cristã, graças ao Evangelho e à Eucaristia, as inumeráveis possibilidades desta geração.

Aos jovens católicos, camaradas de turma, de faculdade, de oficina ou de bairro, incumbe em primeiro lugar a responsabilidade disso. De facto, não só «os jovens, segundo a palavra do Concílio, devem tornar-se os primeiros apóstolos dos jovens» (32), mas também pela sua própria vida um rapaz ou uma rapariga que tem fé em Jesus Cristo, o torna presente no mundo com o qual ele próprio se quer solidário.

Adentro dos limites desta carta à juventude parisiense, é impossível determinar as directrizes específicas para cada movimento ou para cada meio. Não é esse o nosso propósito. A nossa carta, longe de pretender dar soluções concretas, quer ser para todos um convite ao trabalho. Mas eis três compromissos que vos dizem respeito a vós todos, jovens cristãos desta diocese.

O primeiro incide sobre o Evangelho, já que é pela Palavra de Deus que a fé é semeada no mundo.

Não podemos deixar de vos desejar que sejais um dia profundamente revolucionados pela leitura do Evangelho! O que interessa não é uma qualquer leitura, distraída, crítica, curiosa... Mas o olhar dum espírito respeitoso e disponível, à escuta da palavra do Senhor que nos fala no interior dos próprios acontecimentos, a procura humilde do Mestre da vida. «Onde vives?» perguntavam os primeiros discípulos, e Jesus respondeu-lhes: «vinde e vede» (33). Acontece a mesma coisa quando nos familiarizamos com o Evangelho; ele vos tornará próximos de Deus e vos dará costumes evangélicos.

No meio de vós, amigos da vossa idade estão dispersos e absorvidos por milhentas ambições. Estão fascinados pelo êxito. Neste movimento e neste barulho em que muitos se comprazem, quantos saberão parar e fazer silêncio? Quanto a vós, deixai tempo para o essencial. O essencial duma vida humana é encontrar Jesus Cristo. A oração vos conduzirá a ele.

Eis o segundo compromisso que propomos à vossa fé: viver da Eucaristia. Ela é a fonte e o vértice da nossa comunidade eclesial.

Vós sois cristãos, não só pela adesão do espírito mas pela participação efecva na comunidade eucarística reunida no Espírito Santo. Vós não sereis daqueles que vão ao Domingo à missa por rotina ou conformismo social. A missa é o lugar de encontro eficaz com o poder de Cristo que suscita a vossa oferta espiritual e consagra todas as vossas actividades. Mistério de fé, de vida e de unidade, a Eucaristia exige de vós o modo de presença mais activo possível: o dom de vós próprios. A comunhão sacramental que a completa perfeitamente, torna-vos autênticamente participantes da vida de Cristo ressuscitado.

Além disso, a assembleia dominical deve manifestar a amizade que une os irmãos na fé. Ir à missa, o que não é abandonar os vossos camaradas que lá não vão, é construir esta comunidade fraterna de que a Igreja é o sinal e a prefiguração. Sem dúvida, conscientes das vossas responsabilidades cristãs e das vossas solidariedades humanas, vós levareis para a missa o vosso mundo de jovens que amais. Mas ao voltar trazei a esse mundo, através da vossa amizade fraterna, o próprio amor do Salvador.

Adivinhais já o terceiro compromisso, ao qual a caridade de Deus vos convida: o serviço dos vossos irmãos.

Serviço de todas as tarefas humanas, a que sois conduzidos pelo trabalho quotidiano e pela inserção no vosso meio. «A própria fé, tendo em conta a vocação de cada um, faz do serviço um dever ainda mais premente» para vós, para que vos esforceis em servir com competência. Esta exigência manter-vos-á em relação natural com outros jovens cristãos ou não: nunca recuseis qualquer dos laços proporcionados pela Providência (34)!

Serviço fraterno e aberto àqueles que precisam da vossa amizade. Em Paris o mundo inteiro se cruza. Acolhei os vossos irmãos estrangeiros, jovens como vós, mais isolados que vós. Estudantes, trabalhadores, estagiários vivem aos milhares na nossa região parisiense. Não deixeis que o veneno do racismo penetre no vosso coração.

Trata-se afinal de um serviço apostólico intimamente ligado a tudo o que acaba de ser dito. Problemas de trabalho e de estudo, discussões sobre o amor, conflitos sociais, afrontamentos políticos: a vida colectiva dos jovens desenrola-se à volta destes centros de interesse. E é, aí, que a Acção Católica tem a missão de estar presente, através dos seus militantes, a fim de levar a luz da verdade e da caridade de Cristo.

Todas estas tarefas, pergunta-se, são funções dos leigos ou dos padres? Dos leigos certamente, se se considera os jovens aos quais dirigimos estas advertências. «No que lhes diz respeito, diz o Concílio, são chamados por Deus, para que, aí, exercendo o seu próprio ofício, inspirados pelo espírito evangélico concorram para a santificação do mundo a partir de dentro, como o fermento, e deste modo manifestam Cristo aos outros, antes de mais pelo testemunho da própria vida, pela irradiação da sua fé, esperança e cari-

dade» (35). Este testemunho, lê-se noutro texto conciliar, «é capaz de despertar em cada homem o amor da verdade e do bem e de incitar a um dia amar Cristo e a Igreja» (36).

Mas no serviço do laicado quem interpretará a Palavra de Deus, quem celebrará a Eucaristia, quem fará a educação da fé dos militantes se não for o padre? E quem construirá autênticamente a Igreja, se não fôr o padre? O mundo dos jovens de Paris tem necessidade de padres. Neste mundo em pleno crescimento e cheio de vitalidade, quem dentre vós se levantará para responder ao apelo do sacerdócio, ao apelo de Jesus Cristo?

uma tríplice exigência para a comunidade cristã

Todos os adultos cristãos encarregados ou não de responsabilidades directas em relação à juventude parisiense, ao lerem esta carta não se devem sentir alheios ao ensinamento e às directrizes que ela dá à geração que desponta. «As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias» dos jovens são também as suas (37). Mais ainda, as exigências da fé e da vida cristã, de que tão longamente falámos são fundamentalmente as mesmas em todas as idades: não há tantas igrejas quantas as gerações ou classes sociais, mas há um só Povo de Deus.

Com S. Paulo todos os filhos da Igreja proclamam «um só Senhor, uma só fé, um só baptismo» (38).

No entanto, pareceu-nos necessário dirigirmo-nos sucesivamente aos jovens e agora a vós adultos cristãos da comunidade diocesana, porque ao passar de uma a outra época, a expressão da fé e os problemas concretos que ela levanta são diferentes.

Entre gerações o primeiro dever de caridade chama-se diálogo, isto é, a capacidade de aceitar, escutar, de se compreender. Ouvi sobre este assunto o próprio ensino do Concílio. «Os jovens exercem na sociedade de hoje um influxo da maior importância. As condições em que vivem, os hábitos mentais e até as relações com a própria família estão profundamente mudadas. É frequente passarem com demasiada rapidez a uma condição social e económica nova.» E concluindo, «os adultos procurem estabelecer com os jovens um diálogo amigável que permita a ambas as partes, superando a distância das idades, conhecerem-se mùtuamente e comunicarem uns aos outros as próprias riquezas» (39).

Quais são para a comunidade cristã as exigências deste diálogo?

Em primeiro lugar, temos de conhecer os jovens de hoje ou melhor reconhecê-los tais como eles são, com as suas aspirações e os seus limites.

Os seus juizos sobre a sociedade por mais duros que sejam, trazem a marca de um ideal aos quais os mais velhos renunciaram talvez demasiado depressa. Os seus costumes por mais livres que eles nos apareçam merecerão necessàriamente condenações definitivas? Sejamos lúcidos sobre esta nova geração; sejamos francos com ela; estimemo-la pelos valores que ela encerra; ajudemo-la!

A segunda condição de um diálogo sincero é dar provas de uma vontade eficaz em oferecer à juventude instituições familiares, escolares, educativas, profissionais que lhe permitirão realizar-se plenamente.

Há muito a fazer neste domínio, as reformas escolares sucessivas destes últimos anos manifestam que esta necessidade foi percebida: poder-se-á dizer que está realizada? Quantos jovens após terem aprendido um ofício são obrigados a exercer um outro para ganhar a sua vida? As novas organizações educativas — tais como as casas de jovens — estão longe de corresponder às aspirações daqueles que as utilizam.

Por causa de tudo isto os cristãos têm hoje a grave responsabilidade de contribuir para a construção, com os jovens e para eles, das estruturas necessárias à formação dos homens de amanhã. Os nossos diversos movimentos católicos de juventude devem estar na vanguarda desta procura. Toda a comunidade cristã sustentá-los-á pela sua capacidade de olhar o futuro. En-

fim há um testemunho insubstituível da comunidade cristã como tal.

Os jovens esperam dela a prova de que a mensagem evangélica, recebida em conjunto na fé, é capaz sempre de transformar as vidas dos homens. Não que eles peçam uma sociedade perfeita em que o pecado não exista: eles são realistas. Mas a Palavra de Deus influencia ainda os fenómenos esmagantes da vida moderna, como a corrida ao dinheiro, os abusos do amor humano, a injustiça social, a guerra ou a fome? Às comunidades paroquiais compete responder com sinais indubitáveis de abertura a estes problemas humanos e da renovação conciliar.

um apelo aos pais e educadores

Se todos os adultos cristãos têm de se interrogar sobre as suas responsabilidades para com os jovens, não se pode negar que os responsáveis mais imediatos da fé da juventude parisiense são os pais e educadores. No final desta carta seja-nos permitido dirigir-lhes um apelo mais preciso. «Os pais devem ser reconhecidos como os primeiros e principais educadores dos seus filhos.» (40).

Toda a família, mesmo não cristã, deve favorecer a educação total, pessoal e social dos filhos, «e por isso merece ser chamada «a primeira escola das virtudes sociais necessárias a toda a sociedade» (41).

A esta responsabilidade fundamental dos pais cristãos, acrescenta-se a obrigação de iniciar os seus filhos na vida da Igreja.

É no lar cristão com efeito «que eles fazem a experiência da Igreja e de autêntica vida humana em sociedade: é pela família que se vão a pouco e pouco introduzindo na comunidade dos homens e no Povo de Deus» (42).

Era necessário confirmar com o ensino conciliar a actualidade destes princípios.

No exercício dos seus deveres os pais, mesmo os mais conscientes, deparam com dificuldades tais que alguns renunciam a usar a sua autoridade; demitem-se. Nós encorajamos os pais cristãos a aprofundar esta questão capital, não por desejo de defender a sua autoridade, mas em espírito de serviço. A autoridade não lhes foi dada, com efeito, senão para servir uma autêntica educação da personalidade dos jovens, isto é, da sua consciência moral, da sua liberdade.

A educação da fé, de que falámos põe em particular o gravíssimo problema do respeito da liberdade religiosa na idade da adolescência e da juventude. Sobre este ponto o Concílio ilumina a nossa reflexão.

Por um lado reafirma o direito de cada família organizar livremente a sua vida religiosa sob a direcção dos pais. «A estes compete o direito de decidir, segundo a sua própria convicção religiosa, qual a formação religiosa a dar aos seus filhos» (43). Apesar disso este direito dos pais está ao serviço da autenticidade do acto de fé dos jovens na idade em que se afirma a sua personalidade e nenhum deles «deve ser constrangido a abraçar a fé contra a vontade» (44).

Quando o filho cresce, a delicadeza do respeito, a descrição do conselho e do exemplo substituir-se-ão pouco a pouco à firmeza duma decisão que se empenha pela autoridade. A finalidade desta educação é permitir aos jovens atingir esta adesão livre e pessoal a Jesus Cristo, que é a honra do cristão.

Mas esta ratificação da fé da sua infância pelo jovem de vinte anos, faz-se muitas vezes através das solidões e obscuridades de uma crise religiosa. Ninguém sabe de antemão o que dará deste encontro: o próprio Jesus apesar da sua tristeza, deixa afastar o jovem que preferiu a sua fortuna a Ele.

Para os pais educadores haverá sofrimento maior que essa recusa? É o afrontamento com o mistério da cruz. A sua oração será um apelo ao Senhor para que através dos acontecimentos da sua vida o jovem permaneça empenhado na procura de Deus. Portanto pais, padres e educadores devemos fazer tudo para que a juventude não seja submetida na sua fé a uma provação que ultrapasse as suas forças. É serviço próprio da escola

católica, oferecer as garantias mais seguras pela unidade que ela quer explìcitamente realizar entre a fé, a vida e a instrução dos jovens. É também o serviço insubstituível que dá às famílias, a assistência do ensino público que assegura a educação da fé dos milhares de jovens. Em ambos os casos, as facilidades da fundação e do exercício destas instituições, a pedido dos pais são um sinal que permite julgar da liberdade religiosa reconhecida aos católicos de França (45). A educação da fé dos jovens com os jovens e pelos jovens ao serviço das famílias, em ligação com os educadores é uma das funções capitais do sacerdócio. É por excelência o papel do padre, semear a fé no coração do jovem, velar pelo seu crescimento e pelo seu fortalecimento até à idade adulta. Que ninguém disto duvide. A atenção legítima ao laicado adulto pode renovar as formas desta pastoral dos jovens, mas não nos deve distrair dela.

Desejamos que esta nossa carta pastoral consagrada aos jovens reforme neste ponto as afirmações demasiado apressadas de alguns, confirme as convicções de outros e reuna o clero na alegria de servir a juventude.

conclusão

A Igreja viva de Jesus Cristo, a Igreja presente no mundo serva dos homens, a Igreja «sinal e meio de união íntima com Deus e da unidade de todo o género humano» (46), é ela que nós com fé e amor queremos fazer conhecer à juventude parisiense.

Somos levados pela urgência do nosso tempo, como sublinha o Concílio, «é necessário, com efeito, que todos os homens, ìntimamente ligados entre si por laços sociais, técnicos e culturais realizem igualmente a sua plena unidade em Cristo» (47). A missão permanente da Igreja é aqui mais actual do que nunca; ela pertence em primeiro lugar, à juventude que quer para o mundo, a unidade na paz.

Simultâneamente queremos apresentar de certo modo por esta carta, a juventude à Igreja de Paris. Não que ela não seja já conhecida. Mas porque parece que agora em que começa o trabalho post-conciliar mais o deve ser. É preciso compreendê-la sempre mais nos seus problemas de vida e nos problemas de fé. Acolhamo-la nas nossas assembleias paroquiais; demos-lhe todo o seu lugar. Que no respeito e na estima recíprocas, jovens e adultos construam em comum o edifício espiritual duma comunidade cristã renovada pelo Concílio.

Na hora em que a Igreja, fiel ao seu Senhor, se volta resolutamente para o futuro, fazemos um apelo ao contributo dos jovens cristãos.

É a vós, jovens cristãos, que nos dirigimos. Mas através de vós, bem o adivinhais, é a toda a juventude parisiense que falamos. Fazei-vos eco da nossa mensagem mesmo junto daqueles baptizados ou não, que vivem longe da Igreja.

A nossa conclusão será uma outra mensagem mais autorizada e mais universal que a nossa, é a do Concílio à juventude deste tempo (48). Escutai-a:

«Finalmente, é a vós, rapazes e raparigas de todo o mundo, que o Concílio quer dirigir a sua última mensagem. Pois sois vós que ireis recolher o facho das mãos dos mais velhos e que vivereis no mundo a quando das mais gigantescas transformações da sua história. Sois vós que, guardando o melhor do exemplo e dos ensinamentos de vossos pais e mestres, ides formar a sociedade de amanhã: salvar-vos-eis ou perecereis com ela.

A Igreja vem, de há cerca de quatro anos, trabalhando para rejuvenescer a sua face, para melhor responder aos desígnios do seu Fundador, o grande Vivente, o Cristo eternamente jovem. E, no termo desta grandiosa «revisão de vida», ela volta-se para vós. É sobretudo para vós, jovens, que ela acaba, pelo seu Concílio, de acender uma luz: luz que ilumina o futuro, o vosso futuro.

A Igreja preocupa-se para que essa sociedade que vós ireis constituir seja respeitadora da dignidade, da liberdade, do direito das pessoas: essas pessoas sois vós.

A Igreja preocupa-se sobretudo por que esta sociedade deixe expandir o seu tesouro sempre antigo e sempre novo — a fé, e por que o vosso espírito possa penetrar na sua luz criadora. Ela confia em que vós tereis tal força e alegria que nem sequer sereis tentados, como o foram alguns dos vossos antepassados, a ceder à sedução das filosofias do egoísmo e do prazer, ou às do desespero e do nada; e que, ante o ateísmo — fenómeno da lassidão e de velhice — vós sabereis afirmar a vossa fé na vida e naquilo que lhe dá um sentido: a certeza da existência de um Deus justo e bom.

É em nome deste Deus e de seu Filho Jesus que vos exortamos a alargar os vossos corações à dimensão do mundo, a escutar o apelo dos vossos irmãos e a pôr, ardentemente, ao seu serviço as vossas juvenis energias. Lutai contra todo o egoísmo. Recusai o livre curso aos instintos de violência e de ódio, que geram as guerras e o seu cortejo de misérias. Sede generosos, puros, respeitadores, sinceros. E construí, no entusiasmo, um mundo melhor que o de vossos antecessores!

A Igreja olha-vos com confiança e amor. Rica de um passado nela sempre vivo e caminhando para a perfeição humana no tempo e para os destinos últimos da história e da vida, ela é a verdadeira juventude do mundo. Possui aquilo que faz a força e o encanto dos jovens: a faculdade de se alegrar com o que é novo, de se dar sem esperar recompensa de se renovar e de partir para novas conquistas. Olhai-a e vereis nela a face de Cristo, o verdadeiro herói, humilde e sábio, o profeta da verdade e do amor, o companheiro e amigo dos jovens. É, assim, em nome de Cristo que vos saudamos, vos incitamos e vos abençoamos.»

† Maurice, cardeal FELTIN
arcebispo de Paris

† Pierre VEUILLOT
arcebispo-coadjutor de Paris

notas

(1) Constituição Pastoral, Gaudium et Spes, n.º 1.
(2) Constituição Pastoral, Gaudium et Spes, n.º 1 § 2.
(3) Paulo VI: discurso da sessão pública de 7 de Dezembro de 1965.
(4) Constit. Past. Gaudium et Spes, n.º 11 § 1.
(5) João XXIII, Mater et Magistra, 15 de Maio de 1961.
(6) Constit. Past. Gaudium et Spes, n.º 41 § 2.
(7) Constit. Past. Gaudium et Spes, n.º 11 § 1.
(8) Constit. Past. Gaudium et Spes, n.º 23 § 1.
(9) Const. Past. Gaudium et Spes, n.º 23 §1; n.º 24 § 1.
(10) Constit. Past. Gaudium et Spes, n.º 32 § 5.
(11) Constituição Dogmática Lumen Gentium, n.º 13 § 1.
(12) Paulo VI, discurso da sessão pública de 7 de Dez. de 1965.
(13) Const. Past. Gaudium et Spes, n.º 40 § 2.
(14) Paulo VI, discurso da sessão pública de 7 de Dez. de 1965.
(15) Jo. 13, 34-35.
(16) Jo. 6, 68.
(17) Constit. Past. Gaudium et Spes n.º 22 § 2.
(18) Act. 4, 12.
(19) II Tim. 1, 12.
(20) I Cor. 1, 17-31.
(21) Paulo VI, discurso de 29 de Setembro de 1963.
(22) Constit. Past. Gaudium et Spes, n.º 45 § 2.
(23) Act. 2, 22-36.
(24) I Jo. 4, 9

(25) I. Jo. 5, 13.
(26) Gál.2, 20.
(27) Const. Past. Gaudium et Spes, n.º 22 § 3, 4.
(28) Jo. 12, 36.
(29) Ef. 5, 8.
(30) Tiago, 2, 26.
(31) Mc. 7, 21-23.
(32) Decreto sobre o Apostolado dos Leigos, n.º 12.
(33) Jo. 1, 38-39.
(34) Const. Past. Gaudium et Spes, n.º 43 § 1.
(35) Const. Dogm. Lumen Gentium, n.º 31.
(36) Decreto sobre Apost. dos Leigos, n.º 12.
(37) Const. Past. Gaudium et Spes, n.º 1.
(38) Ef. 4, 6.
(39) Decr. Apost. Leigos n.º 12.
(40) Declaração sobre a educação cristã, n.º 3.
(41) Declaração sobre a educação cristã, n.º 1.
(42) Declaração sobre a educação cristã, n.º 3.
(43) Declaração sobre a liberdade religiosa, n.º 5.
(44) Declaração sobre a liberdade religiosa, n.º 5.
(45) Declaração sobre a liberdade religiosa, n.º 5.
Decl. sobre Ed. Cristã, n.º 7.
(46) Const. Dogm. Lumen Gentium, n.º 1.
(47) Ibid.
(48) Mensagem aos Jovens de 8 de Dezembro de 1965.

★

patriotismo e autoridade supranacional

intervenção de mons. ancel na aula conciliar

No número 100 do nosso texto duas coisas são clara e excelentemente afirmadas:

1.º — O bem-comum da humanidade exige hoje que, de comum acordo, todas as nações renunciem ao direito à guerra.

2.º — Essa renúncia apenas se pode fazer se, ao mesmo tempo, for estabelecida uma autoridade supranacional suprema, munida de autoridade correspondente ao seu cargo.

Mas é um facto que são vários os que se opõem a estas afirmações. Dizem que a aceitação de uma autoridade supranacional seria contrário ao verdadeiro amor da pátria. É por isso que acusam a Igreja de se opôr ao amor da pátria, ou de desprezar aqueles que combateram pela defesa da sua pátria e deram a vida por ela.

Outros, pelo contrário, acusam a doutrina do Concílio de completa falta de eficácia. Esperavam dele um testemunho como que profético, e encontraram apenas exposições intelectuais. Mais ainda, pensam eles que ao afirmar a legitimidade da guerra defensiva, mesmo atómica e ao tolerar o «equilíbrio do terror», a Igreja decepcionará sèriamente a expectativa do mundo inteiro.

Esta a razão por que eu queria responder de maneira positiva a esta dupla objecção. Falarei primeiro do amor da pátria e depois da eficácia da nossa doutrina.

o autêntico amor pela pátria

O amor pela pátria não é apenas legítimo, mas impõe-se moralmente à consciência do homem. Os cidadãos, com efeito, devem estar ìntimamente unidos pelos laços do amor e ajuda mútua; é por isso que, preocupados em primeiro lugar com o bem de todos, eles devem estar prontos a fazer e mesmo a suportar o que lhes é imposto pelas exigências do bem comum. Pecaria, portanto, contra o amor da pátria aquele que, menosprezando o bem comum, procurasse ùnicamente o seu próprio interesse ou o de um grupo determinado.

O amor da pátria não estará manifestado em N. S. Jesus Cristo que chorou sobre a sua pátria terrestre, prevendo o castigo da infidelidade desta? (Cf. Luc. 19, 41-44). É igualmente manifestado por São Paulo que desejava ser anátema, separado de Cristo, por causa dos seus irmãos segundo a carne (Rom. 9, 1-5).

Uma vez salvaguardadas as exigências do bem-comum, todos podem legìtimamente e devem mesmo amar os seus concidadãos e a sua pátria mais do que as outras.

Do mesmo modo, quem quer que se guie pelo amor da sua pátria, pode e deve mesmo desejar a grandeza da sua pátria e trabalhar para a sua realização.

Porém, a verdadeira grandeza de uma nação não consiste principalmente nas suas riquezas materiais, mas na justiça e na fraternidade que existam entre todos os seus membros. É verdadeiramente grande e digna de louvor a nação na qual, respeitando-se sempre a necessária diversidade de funções, todos podem, graças ao seu trabalho, tomar parte nos bens comuns de uma maneira equitativa e pacífica.

A verdadeira superioridade de uma nação em relação às outras não consiste em primeiro lugar no seu poder económico ou político, mas na sua vontade eficaz de cooperar com as outras nações no bem comum da família humana, assim como na sua vontade de ajudar as outras nações, sobretudo as mais pobres.

É válido também para as nações o mandamento novo do Senhor de amar os seus irmãos sem esperar seja o que for (cf. João 13, 14; Luc, 6, 35); às nações é prometida igualmente a especial bem - aventurança reservada àqueles que, a exemplo de Nosso Senhor e Mestre, se fazem servidores dos outros (cf. João 13, 17).

Pelo contrário, as nações que quisessem dominar os outros ou enriquecer à sua custa não mereceriam qualquer espécie de louvor. Tal grandeza seria digna de vergonha e não de elogio.

A Igreja não se opõe, portanto, ao amor autêntico da pátria, mas ao falso patriotismo a que frequentemente se chama «hipernacionalismo». Porque o amor, pátrio qualquer que seja a sua nobreza intrínseca, pode estar manchado pelo pecado, sobretudo por egoísmo e orgulho.

A renúncia ao direito de fazer guerra não se opõe também ao verdadeiro amor à pátria. Não existe, de facto, perante Deus direito algum à guerra ofensiva, isso é evidente; quanto ao direito à guerra defensiva só existe de uma maneira indirecta, isto é, à falta de uma autoridade internacional que fosse capaz de defender as nações contra um agressor injusto.

Como já se disse muitas vezes, se tal autoridade suprema estiver constituída, essa renúncia nada tirará ao direito das nações como sociedades per-

feitas; pelo contrário, trar-lhe-à a segurança e uma maior prosperidade. Aparentemente, talvez, e segundo o o juízo dos homens, uma nação fica inferiorizada com tal renúncia, mas na realidade e perante Deus, as nações ganharão em prestígio, se por amor da paz renunciarem todas de comum acordo ao direito de fazer a guerra.

Finalmente, a Igreja de modo algum despreza a coragem daqueles que defenderam a sua pátria vertendo o seu sangue por ela. Certamente ela não felicita aqueles que pela força oprimiram outras nações. Deus os julgará. Mas, porque faltava uma autoridade supranacional, era necessário defender o seu país pelas suas próprias forças contra agressores injustos. De facto, a Igreja exaltou numerosas vezes aqueles que morreram pela defesa da cidade.

Aliás, enquanto durou o mundo presente sujeito ao poder do Mal (cf. João 5, 19) serão sempre necessários exércitos internacionais. E se foi honroso sofrer e até morrer pela paz da pátria, ainda será mais louvável dar-se inteiramente pela paz de toda a família humana.

uma autoridade internacional eficaz

Posto isto, poderemos responder ràpidamente à segunda objecção. Acusa-se a nossa doutrina de ser ineficaz. Mas qual a eficácia que o mundo espera de nós? Nós não podemos servir-nos nem das riquezas, nem das armas, nem da chamada acção psicológica. Só podemos uma coisa: dar testemunho da verdade, como representantes de Cristo. E esperamos de todo o coração que aqueles que amam a verdade escutarão a nossa voz, ou melhor, não a nossa voz, mas a do Príncipe da Paz que fala por nós (cf. Jo. 18, 37; Luc. 10, 16).

O nosso texto já condena claramente a guerra como meio para resolver os conflitos; condena especialmente toda a acção de guerra chamada «total», como sendo «objectivamente e de si um crime contra Deus e contra o homem». Transparece, pois, como o escrevia S. Em. o cardeal Ottaviani no seu **Compendium Juris publici ecclesiastici**, que a guerra que utiliza as armas modernas, mesmo por uma causa justa, deve ser absolutamente proibida (pp. 88 e ss. **Poliglota Vaticana**, 1964).

Além disso, o nosso texto diz que há a obrigação de envidar todos os esforços para fazer penetrar o espírito de paz nas nações, assim como para reduzir os armamentos até à sua supressão total.

Mas para que tudo isso se realize de facto, parece indispensável criar uma autoridade suprema internacional munida dos meios apropriados. Como dissemos, o nosso texto fala disso; mas dada a importância desta questão proponho que seja posta em lugar conveniente uma declaração solene que poderia formular-se assim, ou melhor ainda:

«Para responder às aspirações dos povos à paz, assim como à angústia daqueles que temem uma guerra desumana, este sagrado Concílio, reunido pelo Espírito Santo que é o Espírito de verdade, de amor e de paz, declara solelemente diante de Deus e do seu Cristo, que chegou a hora em que, respeitados inteiramente todos os direitos de cada nação, é necessária a criação de uma autoridade suprema internacional que tenha à sua disposição os meios eficazes, graças aos quais, exigindo da parte de todos a renúncia ao direito da guerra, poderia arbitrar as questões entre as nações segundo as exigências da justiça, e poderia igualmente impôr a todos uma redução progressiva dos armamentos, até à sua supressão defenitiva, e poderia enfim reprimir e constranger eficazmente aqueles que perturbassem de qualquer maneira a ordem da paz internacional.»

Com esta declaração não violamos de maneira nenhuma a autonomia que cabe ao poder civil, mas exprimimos ùnicamente as exigências do bem comum actual, deixando aos governantes a escolha dos meios políticos que lhes parecerão os melhores e mais eficazes.

um apelo a todos os chefes de Estado

Por último proponho humildemente uma sugestão: não poderíamos nós,

Padres conciliares, que estamos ìntimamente unidos ao Sucessor de Pedro nos seus esforços para manter a paz, enviar uma mensagem de paz a todos os Chefes de Estado? Essa mensagem impulsionada por um profundo amor lembrar-lhes-ia as aspirações dos seus povos, expor-lhes-ia os meios que na fidelidade ao Evangelho, a Igreja propõe a todos para a defesa da paz, e incitá-los-ia, enfim, a criar urgentemente essa autoridade suprema eficaz.



†Alfred ANCEL
Bispo-Auxiliar de Lyon

Tradução de

LUÍS GOTTSCHALK

CLARAS – TRANSPORTES

S. A. R. L.

TORRES NOVAS

CARREIRAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE PASSAGEIROS
CIRCUITOS TURÍSTICOS
AUTOCARROS DE ALUGUER
SERVIÇO DE PEREGRINAÇÕES
AUTOMÓVEIS DE ALUGUER COM E SEM CONDUTOR

Filiais:

ABRANTES — ALCOBAÇA — ALCOENTRE — BOMBARRAL — CALDAS DA RAINHA — CHAMUSCA — COVA DA IRIA — LEIRIA LISBOA — LOURINHÃ — MARINHA GRANDE — NAZARÉ — PENICHE — RIO MAIOR — SANTARÉM — TOMAR — TORRES VEDRAS — VILA FRANCA DE XIRA — VILA NOVA DE OURÉM

comodidade / segurança / economia / ao serviço do público

PLATEX

PLACA de FIBRAS de MADEIRA

A MADEIRA MAIS ECONÓMICA

APLICAÇÕES EM:

CONSTRUÇÃO CIVIL
DECORAÇÃO
CARPINTARIA E MARCENARIA
CARROÇARIAS
PUBLICIDADE
CONSTRUÇÕES AGRÍCOLAS
ACONDICIONAMENTO ACÚSTICO

AGENTES EM TODO O PAÍS

FÁBRICAS MENDES GODINHO, S. A. R. L.

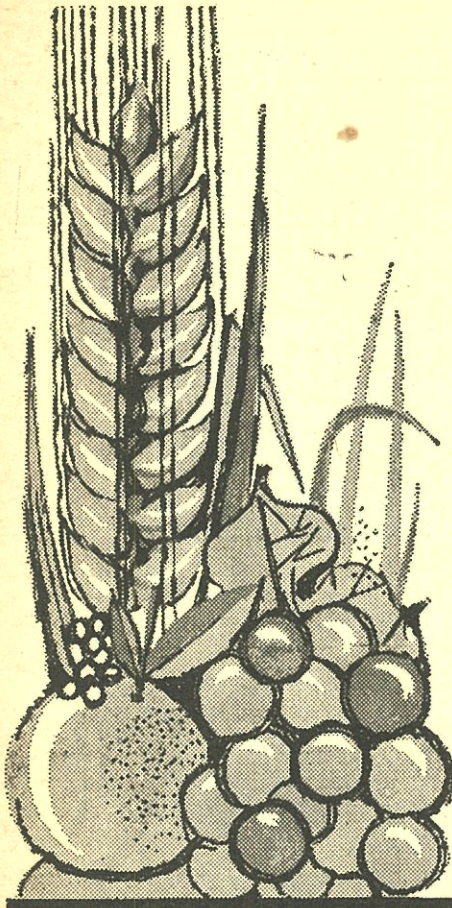
APARTADO 3 — TOMAR

BURROUGHS

A MARCA MAIS ANTIGA
E MAIS CONHECIDA
NO MUNDO DE
MÁQUINAS DE SOMAR

ROBINSON, BARDSLEY S. A. R. L.

AVENIDA 24 DE JULHO, 3-1.º — LISBOA



NITRATOS DE PORTUGAL

S. A. R. L.

Rua dos Navegantes, 53 - 2.º
LISBOA

Produziram em dois anos mais de 290 000 toneladas de:

NITROLUSAL, com 20,5 % e 26 % de azoto, metade nítrico, metade amoniacal.

NITRATO DE CÁLCIO com 15,5 % de azoto nítrico.

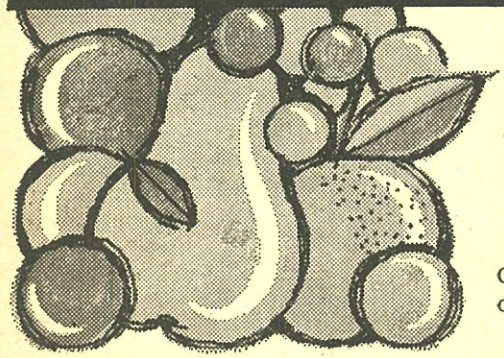
NITRAPOR — complexo binário com 20 % de azoto e 18 % de potássio.

Destes quantitativos foram exportados em menos de três anos para Espanha, África do Sul, Roménia, Rodésia, Checoslováquia, Líbano, Síria, Austrália, Tailândia, Chipre, Turquia, Inglaterra, etc., muitas dezenas de milhar de toneladas que corresponderam a mais de 200 000 contos de divisas entradas no País.

Após diversos ensaios industriais e agrícolas vão ser lançados no mercado:

NITRAFÓS — complexo binário.
NITRAPÊS — complexo ternário.

NITRATOS DE PORTUGAL, S.A.R.L.





Os adubos dos **NNNN** são, sem dúvida, os **ADUBOS DAS BOAS COLHEITAS.**

Prefira-os
NÃO POUPE NOS ADUBOS!

8 — 437

HORÓPTICA, LDA.

OCULISTA

Rua de Santa Justa, 27 — LISBOA

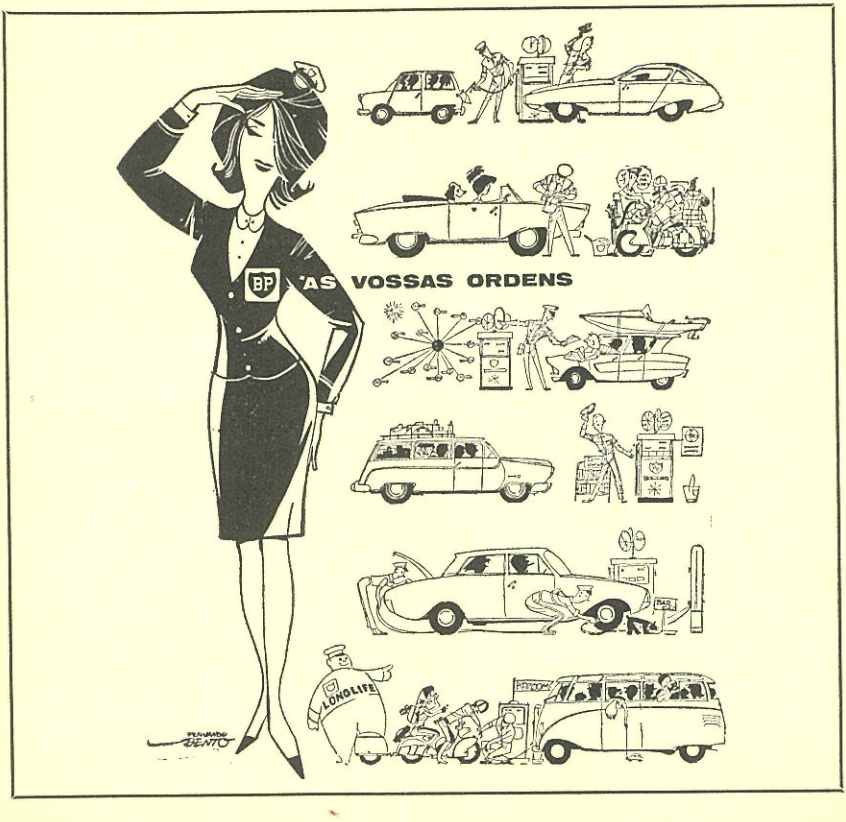
Execução de todo o receituário de óptica sob a direcção de óptico diplomado na Escola Superior de Óptica de Colónia — Alemanha

LENTES DE CONTACTO

Espumantes naturais

CAVES IMPÉRIO

TEL. 74204 - SANGALHOS



REPA

SOCIEDADE PORTUGUESA DE PAPÉIS

E DE

REPRESENTAÇÕES, LDA.

ANTIGA SOCIEDADE ZIG-ZAG

- **ROLOS DE PAPEL:** para:

  Somadoras e Calculadoras
  Registadoras e relógios de ponto
  Teleimpressores

- **CORTE E BOBINAGEM** de todos os papéis, cartolinas e cartões

  IMPRESSÕES ESPECIAIS EM BOBINAS
  PARA MÁQUINAS DE EMBALAGENS

- **PAPÉIS HIGIÉNICOS** nacionais e estrangeiros

- **TOALHAS DE PAPEL** (para enxugar as mãos) e **GUARDANAPOS DE PAPEL** e de ovate de celulose

- **ARTIGOS DE PAPELARIA E BRINDES:**

  Isqueiros a gás
  Porta-chaves e esferográficas com motivos turísticos.
  NOVIDADE (EXCLUSIVA). Esferográfica com a «PONTE SOBRE O TEJO» e navio em movimento.

AVENIDA DO BRASIL, 56-2.° • LISBOA-5

TELEFONES: 77 46 37 - 76 93 03 TELEG. ZIGAPEIS

CASA NUN'ÁLVARES — PORTO

Artigos religiosos / Tipografia / Livraria / Pratas litúrgicas / Paramentaria

Requisita catálogo ilustrado grátis, com mais de 300 desenhos

RUA DE SANTA CATARINA, 630 / TELEFONES 2 35 85 - 2 35 97 / PORTO

ALGUMAS NOVIDADES

- **ANÚNCIO DE JESUS CRISTO**
  de J. Claude-Barreau (3.º da col. SÍNTESE) ... ... 25$00
- **COMO SE VISSE O INVISÍVEL**
  de J. Loew (4.º da col. SÍNTESE) ... ... 25$00
- **OS GRUPOS SOCIAIS — FORÇAS VIVAS?**
  de Henry Thery (4.º da col. FORMAÇÃO HUMANA) ... 40$00
- **MORAL CONJUGAL NO SÉC. XX**
  Origens e perspectivas, de P.E. Charbonneau ... ... 82$50

Acaba de sair o 2.º ALBUM da col. **LITURGIA E PASTORAL** sobre a doutrina cristã do CASAMENTO. Cada 7$50

LIVRARIA SAMPEDRO EDITORA

AVENIDA DA REPÚBLICA, 10-2.º — LISBOA-1

Telefs. 46772 - 46715

OURIVESARIA ALIANÇA

Verdadeiro atelier de arte, conhecido no País e no Estrangeiro

As mais especializadas oficinas para a esmerada confecção de todos os objectos do Culto Católico

PORTO — R das Flores, 119-121 **LISBOA — R. Garrett (Chiado), 50**

FÁBRICAS ALELUIA — AVEIRO

TELEF. 2 20 61 — 3 LINHAS

AJULEJOS — LOUÇAS

LISBOA

RUA RODRIGO D AFONSECA, 70, R/C., ESQ. — TELEFONE 5 48 72

PORTO

GALERIA DE PARIS, 96, 1.º — TELEFONE 2 70 12

LISNAVE

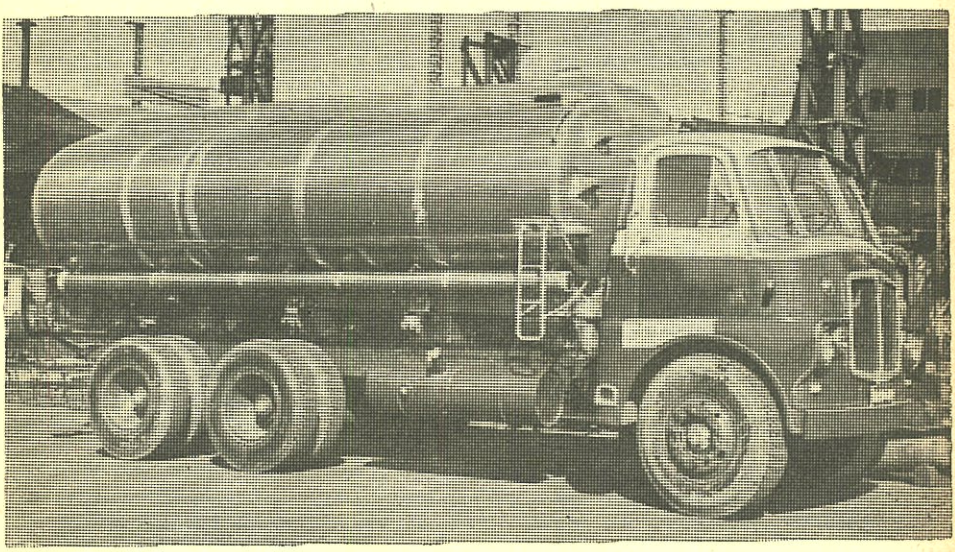
ESTALEIROS NAVAIS DE LISBOA, S. A. R. L.

Direcção Geral 67 70 21 (8 linhas)—Estaleiro da Rocha (por concessão da A. G. P. L.) 67 50 61 (8 linhas): 67 61 71 (8 linhas)
Estaleiro da Margueira 27 10 26 . Ender. Teleg. LISNAVE-LISBOA . Apartado 2138

construção METALO-MECÂNICA

PROJECTO, MANUFACTURA E MONTAGEM
NO PRÓPRIO LOCAL DE UNIDADES SOLDADAS
DE QUALQUER TIPO DE AÇO
OU DE ALUMÍNIO

RESERVATÓRIOS ESFÉRICOS E CILÍNDRICOS
FUNDOS COPADOS
CISTERNAS RODOVIÁRIAS
ESTRUTURAS, PONTES ROLANTES, COMPORTAS
CONDUTAS FORÇADAS, CHAMINÉS
CALDEIRAS, SERPENTINAS
CANALIZAÇÕES
ENCURVAMENTO DE TUBOS, ETC.



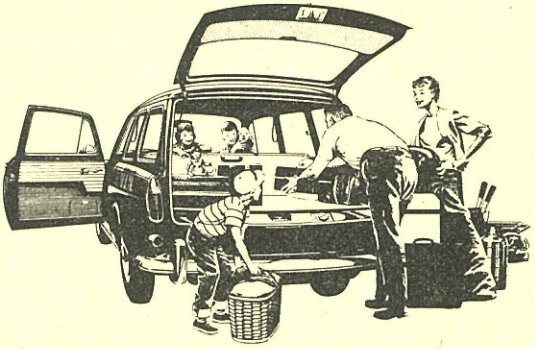
CONSTRUÇÃO METALO-MECÂNICA

CISTERNA RODOVIÁRIA DE ALUMÍNIO

agora em duas versões a

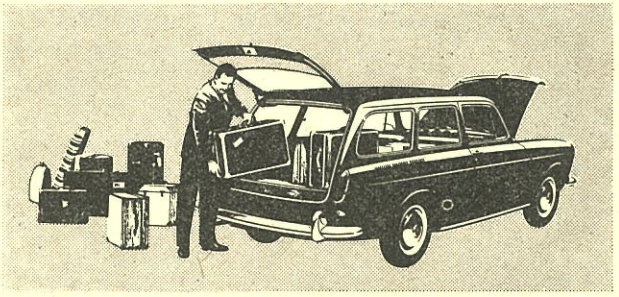
Volkswagen
VARIANT

uma station tão prática... como elegante !



* PASSAGEIROS

PARA 5 PASSAGEIROS OU BAGAGEM
1600 c.c. DE CILINDRADA



* MISTA

PARA 5 PASSAGEIROS OU 520 Kgs. DE CARGA
MAIS BARATA • 1500 c.c. DE CILINDRADA

PEÇA UMA DEMONSTRAÇÃO
NO AGENTE MAIS PRÓXIMO

SOCIEDADE COMERCIAL GUÉRIN, S.A.R.L.

AVENIDA DA LIBERDADE, 12 — TELEFONE 366751 (7 LINHAS)

FILIAIS OU AGENTES EM: ARRIFANA, AVEIRO, BEJA, BRAGA, CASTELO BRANCO, CHAVES, COIMBRA, COVILHÃ, ELVAS, ÉVORA, FARO, GUARDA, LEIRIA, LISBOA, - AV. PADRE MANUEL DA NOBREGA, MIRANDELA, MOURA, PORTALEGRE, PONTE DE SÔR, PORTO, SANTARÉM, SANTIAGO DO CACÉM, SETÚBAL, TOMAR, TORRES VEDRAS, VIANA DO CASTELO, VILA REAL, VISEU, FUNCHAL, PONTA DELGADA, ANGRA DO HEROISMO, HORTA E S. TOMÉ

Índice do ano de 1966

Artigos

PROBLEMA OPERÁRIO

O mundo operário na diocese de Lisboa — Padre José Carlos 5-20
Ao serviço do mundo operário — Maria Fernanda Patrício 5-40
Paróquia e vida operária — Padre Avelino Pinto 5-55

LITURGIA

O Mistério Pascal e a sua celebração — Padre José Ferreira 6-137
A Quaresma «preparação da Páscoa» — Pedro Jorge A. Vieira 6-147
Tempo pascal «grande domingo» — Padre Gabié 7-244
Introdução à Liturgia quaresmal (do primeiro domingo da Quaresma a quinta-feira santa) 6-165
Introdução à Liturgia pascal (Tríduo pascal, primeiro domingo depois da Páscoa, domingo do Bom-Pastor e domingo do Pentecostes) 7 267

TEMAS VÁRIOS DO CONCÍLIO

A Igreja dos pobres — Mons. Ancel 5-6
Doutrina do Concílio sobre Maria — Cardeal Silva Henriques 7-255
Novos rumos da Eclesiologia — Padre João A. de Sousa 8-344
Renovação Pastoral do Concílio — Padre Cassiano Floristán 8-354
A Constituição «A Igreja no mundo» — Padre Artur Lemos 8-366

Reflexões

ACTUALIDADES

Padres no mundo operário — reflexões sobre o relatório da assembleia dos Filhos da Caridade, Novembro de 1964 5-64
Padres no trabalho — comunicado do Episcopado francês e declaração de Mons. Veuillot 5-79
Conselho mundial da Joc — Maria Elisa Salreta 5-85
Conclusões do encontro de assistentes da A.C.O. 5-95
«Esquema 14» 5-98
Mediocridade dos cristãos — Padre Fernando Belo 5-100
Pelo Seminário — João Peres 8-378
Maturidade — A. Santos 8-385
Algumas reflexões sobre o militante da Jac — J. Guia 8-390

LIVROS

Pastorale et jeunesse travailleuse, René Guerre 5-108
Juventude de hoje, Vários 8-403

Documentação

PROBLEMA OPERÁRIO

O mundo operário — intervenção conciliar do Cardeal Cardijn 5-114
O padre no mundo do trabalho — discurso de Paulo VI a padres assistentes de trabalhadores 5 116

A IGREJA E O MUNDO

A Igreja e o mundo de hoje — Paulo VI 8-410
Os problemas de urbanização — Paulo VI 8-412
Os jovens na igreja de Paris — pastoral dos bispos de Paris 8-416
Patriotismo e autoridade supra-nacional — intervenção conciliar de M. Ancel 8-432

Sugestões

LITURGIA

Via Sacra — reflexões e sugestões — Alberto Lucas 6-207
O Rosário — Meditação dos mistérios dolorosos 6-218
— Meditação dos mistérios gloriosos 7-317
Admonições — para quarta-feira de cinzas, domingos da quaresma e da paixão e quinta-feira santa 6-219
— para o tríduo pascal e os quatro domingos depois da Páscoa 7 318
Celebração para a semana das vocações 7-310

DOCUMENTOS CONCILIARES VATICANO II

Edição em português de todos os documentos Conciliares com um Prefácio de S. Em.ª o Snr. Cardeal-Patriarca

552 páginas, papel de 1.ª, com um índice Analítico das matérias e um índice Geral por documentos

EDIÇÃO DA **UNIÃO GRÁFICA** — À VENDA NAS LIVRARIAS PREÇO 65$00

ANTÓNIO ALVES & C.ª FILHOS, SUCESSOR

Fundada em 1885

TORRES NOVAS

Telef. P. P. C. 2 23 17-2 23 18-2 23 19-2 2717 — Telex. 661
Endereço Postal: Apartado 3 Telegs. LANAR

LAVAGEM E PENTEAÇÃO DE LÃS — FÁBRICA DE CURTUMES — FÁBRICA DE COLAS INDUSTRIAIS — FÁBRICAS DE ADUBOS ORGÂNICOS

Unidade industrial de grande valor económico no Ribatejo

A mais importante do País, no género

LÃS LAVADAS E PENTEADAS, NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
Fábrica de CARNEIRAS e de CAPICUAS para forros de calção

PELES PARA ENCADERNAÇÃO — CAMURÇAS PARA VESTUÁRIO e para LIMPEZA DE AUTOMÓVEIS — TIRAS PARA CHAPÉUS

Fábrica de GRUDE EM PLACAS E GRANULADO por sistema alemão e de COLAS LÍQUIDAS

FILIAIS: LISBOA — PORTO — COVILHÃ — GOUVEIA — ÉVORA BEJA — FARO

novellae olivarum

Revista dos Alunos do Seminário dos Olivais — Lisboa

DIRECTOR Pedro Jorge Alves Vieira CHEFE DE REDACÇÃO José Francisco Gonçalves
EDITOR João Peres

Avulso: 12$50 • Assinatura anual: 35$00 • Estrangeiro: 2 dólares U.S.A.

COM AS DEVIDAS LICENÇAS DA AUTORIDADE ECLESIÁSTICA | **Outubro-Dezembro 1966** | **COMP. E IMP. NA TIPOGRAFIA DA UNIÃO GRÁFICA — LISBOA**

nos **novos tempos** da igreja

paróquia

— projecção comunitária de uma fé viva

— uma preocupação de todos os cristãos conscientes

— uma estrutura em busca de renovação

PARÓQUIA — o próximo número de novellæ olivarum

colaboradores — Armindo Duarte, Fernando Belo, José Paula, Mário Teixeira e outros